

Armas de urânio

## A ponta do icebergue



Declarações contraditórias, desmentidos formais e mentiras descaradas revelam até que ponto os responsáveis políticos e militares dos países da NATO estão desorientados com a polémica gerada em torno das armas com urânio empobrecido. É só a ponta de um icebergue. As consequências são incalculáveis.

Págs. 15 a 18

**PELO FIM DA PRESENÇA MILITAR  
PORTUGUESA NOS BALCÃS**

**CONCENTRAÇÃO**

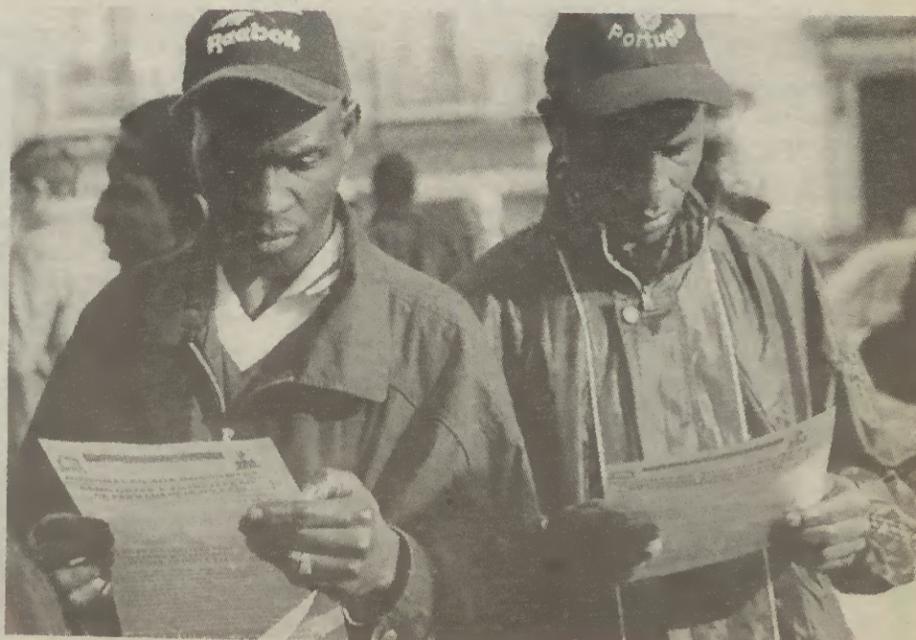
em frente à Residência do Primeiro-Ministro  
(na Rua Borges Carneiro junto à Calçada da Estrela)

**Hoje  
(quinta-feira)  
18 horas**

**CGTP desencadeia movimentação  
sindical entre os imigrantes**

## Por iguais direitos

Não basta entrar em vigor uma nova lei, ela própria limitada, para garantir a igualdade de tratamento dos trabalhadores imigrantes. É necessário que estes se organizem e lutem, lado a lado com os portugueses.



Págs. 5 a 6

**Avante!**  
Publicações de todos os países  
ENI-VOS!

PROPRIEDADE  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.º-A, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93

E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

Director  
José Casanova

Chefe de Redacção  
Leandro Martins

Chefe Adjunto  
Anabela Fino

Redactores  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lúcia Calapez  
Margarida Folque

Grafismo  
José Araújo

Fotografia  
Jorge Caria  
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 924 04 47  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS\*  
IVA e portes incluídos

PORTUGAL  
(Contínente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 8 100\$00  
25 números: 4 200\$00

EUROPA  
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA  
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,  
S. TOMÉ E PRÍNCIPE  
e MACAU  
50 números: 23 000\$00

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Em defesa da EPPET pais e alunos continuam a luta

## Resumo

### 17 Quarta-feira

A equipa de rua de apoio aos toxicodependentes do Casal Ventoso é extinta por recusar a proposta de integração nas novas equipas • No discurso proferido por ocasião do 10.º aniversário da Guerra do Golfo, Saddam Hussein diz estar pronto para bombardear Israel, que «só poderá resistir algumas semanas» • Hisham Mekki, director da televisão palestina e membro da Fatah, é mortalmente alvejado em Gaza • Duas gémeas de seis meses encontram-se no meio de uma polémica sobre adopção através da Internet.

### 18 Quinta-feira

O partido Os Verdes e outros ambientalistas defendem que o Governo impeça a passagem ao largo da costa portuguesa dos dois navios que transportam plutónio • Segundo dados da EU, a incidência da BSE em Portugal passou de 161,6 por milhão de animais para 173 • O porta-voz do governo da República Democrática do Congo, Dominique Sacombi, confirma a morte do presidente Laurent Kabila.

### 19 Sexta-feira

O cientista Delgado Domingos afirma que o perigo da contaminação com urânio empobrecido reside na inalação e ingestão de partículas • António Guterres solicita informações ao secretário-geral da NATO, George Robertson, acerca do uso por parte dos EUA de munições com partículas de plutónio nos Balcãs • O Ministério da Agricultura desmente os números avançados pela UE quanto ao aumento da BSE em Portugal • O presidente dos EUA, Bill Clinton, decide levantar por decreto as sanções comerciais e financeiras contra a Jugoslávia.

### 20 Sábado

O ex-ministro Fernando Gomes diz em declarações ao DN que «a longevidade do Governo nesta legislatura depende do resultado das eleições autárquicas» • Os comerciantes queixam-se de que a rotulagem da carne de vaca «é só um pretexto para os fiscais nos chatearem» • Depois do Supremo Tribunal das Filipinas declarar o vazio do poder, Glória Arroyo torna-se a nova presidente • George W. Bush

presta juramento como 43.º presidente dos Estados Unidos.

### 21 Domingo

O presidente da Associação de Bancos (APB), João Salgueiro, afirma que «a reforma fiscal foi feita em cima do joelho» • Um grupo de militares próximos do general congolês Ngandu Kisase, desaparecido em circunstâncias não esclarecidas, reivindicam o assassinio de Laurent Kabila • A morte de um adolescente palestino tem repercussões negativas na reunião sobre a segurança que termina sem resultados • Logo após a sua tomada de posse na Casa Branca, o novo presidente dos EUA, George W. Bush, congela as últimas decisões de Bill Clinton.

### 22 Segunda-feira

Sobre o combate à BSE, o bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários, Tito Fernandes, refere que «a rotulagem não está a ser praticada a cem por cento» • Um tribunal de Jacarta ordena a continuação do julgamento do dirigente integracionista Eurico Guterres • Num tribunal de Paris começa o processo do antigo ministro socialista Roland Dumas acusado de abuso de bens sociais • Após a indignação do novo dirigente da República Democrática do Congo, major-general Joseph Kabila, Angola envia para Kinshasa um contingente de 400 homens.

### 23 Terça-feira

Como protesto contra a intenção do Ministério da Educação de passar a Escola Profissional Pública de Electrónica e Telecomunicações (EPPET) a privada, os alunos e encarregados de educação encerram as portas a cadeado • O ministro da Defesa, Castro Caldas, revela que o Presidente da República estava ao corrente do uso de munições com urânio empobrecido pelas forças da Aliança Atlântica • Quatro ministros da Resistência da Guiné-Bissau (RSG) demitem-se, o que leva à queda do Governo • A justiça britânica decide que as gémeas «vendidas» pela Internet permanecem sob a guarda dos serviços sociais • A Federação Internacional de Planeamento Familiar critica o presidente George W. Bush por se recusar a financiar os programas de ajuda ao aborto no estrangeiro.

## Aconteceu

### Violência no campo da bola

No decorrer de um jogo de futebol entre duas equipas de adolescentes, o jovem Marcelino Costa, de 13 anos, foi esfaqueado tendo como resultado deste acto várias lesões no tórax e num pulmão.

O agressor, outro adolescente de 16 anos, assistia ao jogo de futebol com uma faca no bolso do fato de treino. Pertencendo à equipa de futebol da OTO (Organização Terrorista dos Olivais), o adolescente, que já foi presente a tribunal e que se encontra em prisão domicili-

ária, justificou o seu acto pelo facto de ter sido agredido por elementos pertencentes à equipa adversária, a Polónia do Prior Velho, à qual pertence o jovem Marcelino.

Fonte da PSP salienta que o agressor exibiu «com vaidade» a faca do crime «ainda com vestígios de sangue». A PSP deteve igualmente outro elemento da OTO que seria portador de um revólver, resultante da adaptação de um isqueiro, sem munições mas que servia para intimidar.

### Dois cardeais em Portugal

D. José Policarpo, Patriarca de Lisboa, e D. José Saraiva Martins, Prefeito da Congregação para a causa dos Santos, foram ambos agraciados com a atribuição da dignidade cardinalícia pelo Papa João Paulo II.



D. José Policarpo passa assim a ser o 16.º cardeal português com o título de Patriarca de Lisboa, tendo sido o primeiro D. Tomás de Almeida, quando o Papa Clemente XI em 1731 elevou à dignidade de Igreja e Basílica Patriarcal a Real Capela

com o título S. Tomé na Cidade de Lisboa. Com estas duas agraciações, Portugal volta a ter dois cardeais como foi tradição no século XVIII. Juntamente aos dois arcebispos portugueses, o Papa anunciou a criação de outros 35 «príncipes da Igreja», dois dos quais recebendo o título em reconhecimento dos serviços eclesiais prestados. A entrega do barrete cardinalício será feita durante um Consistório a realizar a 21 de Fevereiro em Roma com a participação de todos os cardeais.

### Vinte mil vacas a abater



### Derrocada num viaduto da A15

Cerca das 11 horas e 30 minutos de sexta-feira, um tabuleiro do viaduto de S. Gregório em construção, próximo das Caldas da Rainha, abateu provocando a morte a quatro operários e ferimentos em 11, alguns dos quais em estado grave.

Trata-se do segundo acidente desta

envergadura que ocorre no troço da A15, não tendo o primeiro registado vítimas. Os trabalhadores encontravam-se a 25 metros de altura quando a estrutura ruiu levando consigo cerca de 28 toneladas de cimento. Foi difícil confirmar o número de vítimas visto que se encontravam a trabalhar

no local, além dos 18 trabalhadores oficiais, vários operários «por conta própria». A dimensão da tragédia levou ao local vários responsáveis políticos, entre eles o secretário de Estado das Obras Públicas, Luís Parreirão, que garantiu um inquérito para apurar as circunstâncias do acidente.

### Desfile de motas

Em prol da segurança nas vias rápidas, motards portugueses saíram à rua e protagonizaram uma marcha lenta

desde a área de serviço de Leiria até à entrada da capital. Apesar de ser ilegal, esta marcha, protagonizada por

cerca de três centenas de motociclistas, provocou uma fila de mais ou menos 35 quilómetros na A1, atingindo a velocidade máxima de 40 a 50 quilómetros por hora.

Os motociclistas pretendiam assim chamar a atenção para a segurança, que afirmam ser inexistente nas estradas portuguesas.

De acordo com um membro do Grupo de Acção Motociclista, já se conhecem as medidas que são consideradas suficientes para evitar a morte num despiste, sendo a mais económica a colocação de pneus usados que evitam o embate nos prumos metálicos de suporte dos rails de protecção.



## Crónica Internacional

• Carlos Aboim Inglês

... *pero que las hay, las hay!*

De quando em quando chegam-nos e retemos alguns artigos, «insuspeitos» vindos de quem vêm. É o caso do «Jugoslávia. Os deutschemarsks da Liberdade», publicado a 4-1-01, pela *Visão* (na sua colaboração com o *Le Nouvel Observateur*). Os seus dados não eram todos desconhecidos. Mas este «condensado» de alguns aspectos fundamentais do que foi a maciça ingerência do «Ocidente» no último processo eleitoral na Jugoslávia é arrasador e revelador de com que linhas se cosem certas «democracias» *made in* «Ocidente». Focaliza-se no **dinheiro**, servindo para comprar agentes, pagar serviços, equipar logísticas, elaborar e implementar *marketings*, seleccionar temas e personalidades, etc., etc. O panorama é esclarecedor.

Recomenda-se a leitura, impossível resumir. Foram mesmo muitos milhões de contos usados, com experiência e mestria, para financiar e dirigir as forças da oposição dita «independente» na Jugoslávia para derrubar Milosevic - ou para conquistar a Jugoslávia. Apenas num ano! Das mais diversas origens, o grosso dos EUA, mas também da Alemanha, da Grã-Bretanha, da Noruega, da União Europeia, etc. Desde o Congresso dos EUA e a Comissão de Bruxelas até aos canais confidenciais de vários tentáculos: o *US Aid*, a *IRI* (fundação ligada ao P. Republicano), o *NDI* (fundação ligada ao P. Democrático), o *OTI* (Gabinete para as Iniciativas de Transição), este considerado «quase tão eficaz como a CIA», além da «filantrópica» *Fundação Soros*. As poderosas

*Stiftungen* (fundações) do SPD e da CDU alemãs, fora o resto... A «estranha *Fundação Westminster*, um organismo do Estado co-dirigido pelos três [principais] partidos políticos britânicos... Os «canais» foram mais que muitos, incluindo o que a revista chama «ONGs governamentais» (*sic e NB*). Agindo no interior, claro, e no exterior, com bases nos EUA, no Reino Unido, na Alemanha, na Hungria, Roménia, Eslovénia, Bósnia, Bulgária, Montenegro... Os programas «*Energia para a Democracia*», da Comissão de Bruxelas, e «*Asfalto para a Democracia*», de alemães e noruegueses, dedicaram-se à nobre tarefa de «aliviar o sofrimento» das populações onde a oposição ganhara as eleições autárquicas. Como terá dito o então presidente da Câmara de Nis, e novo ministro do Interior, «estas acções deram mais 20% de votos à oposição e a Kostunica»: eleições «limpas»... E confessa: «Os grupos de manifestantes que ocorreram a Belgrado a 5 de Outubro, dia da tomada do Parlamento, eram todos oriundos das cidades apoiadas pela Europa.»

Não há que espantar, não é caso único. O *Le Monde Diplomatique* de Outubro último traz a revelação detalhada, baseada num relatório da CIA divulgado pelo *New York Times*, do golpe de Estado que em 1953 derrubou o progressista Mossadegh de 1.º ministro do Irão e repôs a ditadura do Xá e das petrolíferas estrangeiras por mais 26 anos. Passam agora 40 anos sobre o assassinato do progressista Lumumba, 1.º ministro do Congo, a que se seguiram 30 anos da brutal ditadura de Mobutu. Em 1973, o golpe de Estado derrubou (e matou) Allende, no Chile, impôs a ditadura Pinochet por mais de 2 décadas. Etc., etc. Podíamos percorrer várias vezes todos os países da América Latina, muitos da Ásia, África, até Europa (incluindo Portugal), para recordar uma infundável sucessão de intervenções externas do imperialismo como factor de «promoção» dos «valores ocidentais», diga-se interesses do grande capital, no processo interno da vida de outros países.

Não somos adeptos de explicações «conspirativas», teórica e praticamente unilaterais e redutoras, dos processos históricos, secundarizando o essencial, à análise da luta de classes interna. A análise do PCP nos seus XIII e XIV Congressos sobre as causas essenciais da derrota do modelo de socialismo que acabou por se impor no Leste da Europa, incide sobretudo em questões internas. Todavia, nenhum processo político nacional se desenrola num vácuo internacional, tudo deve ser tido em conta. Cabe dizer, como os espanhóis: *No creo en brujas, pero que las hay, las hay!* O artigo da *Visão*, que revela bruxas e bruxarias (algumas), lança também luz crua sobre a «independência», «liberdade», «democracia», na boca de tais bruxas, seus cúmplices e seus propagandistas: *It's marketing, stupid!*

## Editorial

# PELA PAZ E CONTRA A GUERRA

A guerra desencadeada contra a Jugoslávia a mando do imperialismo norte-americano tinha objectivos óbvios: a defesa dos interesses económicos e geo-estratégicos dos Estados Unidos da América e o reforço e consolidação da sua posição enquanto líder incontestável e incontestado da nova ordem mundial. Foi o governo dos EUA que decidiu a guerra e ordenou os hipocritamente denominados «bombardeamentos cirúrgicos de carácter humanitário», e foi a NATO que, servilmente, executou a ordem imperial.

Na realidade, tratou-se de um crime brutal, de um frontal, assumido e ostentado desrespeito pela ONU, pelo Direito Internacional, pelos Direitos Humanos - crime do qual são co-responsáveis os governos europeus que concretizaram os bombardeamentos e enviaram militares para a região.

Tudo isto estaria hoje esquecido pela opinião pública não fora o caso de, nos bombardeamentos então efectuados, terem sido utilizadas munições com urânio empobrecido (tal como já acontecera no Iraque, há dez anos) e, em consequência dessa barbaridade, dezenas de militares de várias nacionalidades (excepto norte-americanos...) terem

interesses nacionais e o cumprimento servil de todas as ordens emanadas da Casa Branca, constituem um verdadeiro atentado à soberania e à independência nacionais. As «solidariedades» constantemente invocadas pelo Primeiro-Ministro (com as referências ao caso de Timor) para tentar justificar a conivência do seu Governo com os crimes cometidos na Jugoslávia, constituem uma flagrante falsificação da realidade: de facto, a intervenção em Timor - legítima, necessária, exigida pela opinião pública internacional e realizada no quadro da ONU - não tem qualquer semelhança com a bárbara agressão militar da NATO à Jugoslávia, ordenada pelos interesses exclusivos dos EUA e executada à revelia da ONU.

Em torno das mortes e do estado de saúde dos soldados portugueses vítimas da política do Governo de António Guterres e do sobressalto nacional daí resultante, procura-se, igualmente, iludir a realidade. Se é verdade que se impõe a operação de rastreio a todos os militares que estiveram e estão nas zonas flageladas pelas munições de urânio empobrecido, se é inquestionável a decisão de enviar ao local uma equipa de especialistas (cujas conclusões até agora apresentadas dificilmente convencerão mais alguém do que os próprios e os membros do Governo), também é verdade que todo este processo está povoado de mentiras, de ocultações, de dilacões, de fuga às responsabilidades por parte do Governo. Só por ingenuidade (em que ninguém acredita) ou por hipocrisia é possível sustentar a ideia de que as leucemias que afectaram cerca de oito dezenas de soldados de vários países - tendo como traço comum o facto de todos terem estado nas regiões atingidas com o urânio empobrecido - podem não passar de uma simples coincidência... Bastaria o exemplo do Iraque, onde semelhantes munições foram utilizadas com consequências semelhantes, para nos permitir chegar a conclusões bem mais realistas e credíveis do que as «dúvidas» com que finge debater-se o Primeiro-Ministro - «dúvidas» que, ao que parece, não existem no governo dos EUA que, conhecedor da realidade, decidiu não enviar soldados norte-americanos para a Jugoslávia...

“Mais importante do que as «medidas» decididas pelo engenheiro Guterres, é tomar as decisões que a situação e a evidência impõem”

sido vítimas da crueldade do «amigo americano».

Importa, assim, não deixar que permaneçam esquecidas as causas e os responsáveis dos sofrimentos actuais desses soldados e das suas famílias - e dos certamente muito maiores e mais graves sofrimentos das populações das regiões bombardeadas.

Na última década, o imperialismo norte-americano intensificou a sua política agressiva e arrogante: multiplicou as agressões e as ingerências na vida interna dos povos, desprezou as instâncias internacionais, agiu como se fosse dono e senhor do Mundo. E tal postura foi aceite, apoiada e aplaudida pelos governos da União Europeia, os quais, mascarados de defensores de uma política de segurança e de salvaguarda da paz, se comportam, de facto, como fiéis servidores dos interesses dos EUA. Nesta matéria, a União Europeia caminha para a sua transformação num bloco militar que mais não é do que o pilar europeu da NATO. Porque é disso que se trata e, no caso concreto do Governo português, a persistência na identificação dos interesses dos EUA com os

Estamos, assim, perante um cenário em que, mais importante do que as «medidas» decididas pelo engenheiro Guterres, é tomar as decisões que a situação e a evidência impõem, a saber: o não envio de mais contingentes portugueses para os Balcãs e o regresso imediato dos que aí se encontram estacionados; a abertura de uma urgente linha de solidariedade às populações vítimas dos criminosos bombardeamentos; a reclamação da dissolução da NATO; o fim da corrida aos armamentos e a recusa da militarização da União Europeia; o fim do envolvimento de Portugal na política agressiva do imperialismo; o apuramento do processo de utilização de armamento com urânio empobrecido e das consequentes responsabilidades.

É na base destas preocupações e tendo como referência estes objectivos que o PCP decidiu levar a cabo um conjunto de iniciativas, nomeadamente a concentração junto à residência do Primeiro-Ministro, hoje, às 18 horas.

Porque é necessário e urgente que cada um de nós assuma como sua a luta pela paz e a solidariedade entre os povos. Porque é necessário e urgente lutar pela paz e contra a guerra.

## Actual

## Acorrentados

• José Casanova

Pelo menos para já, o Big Brother da TVI venceu, de forma categórica e incontestável, os Acorrentados da SIC. E, não fora o Benfica-Porto de domingo (confirmando, aliás, que o futebol continua a ser rei das audiências), a estação de Carnaxide ter-se-ia visto relegada para um modestíssimo lugar no ranking do fim-de-semana. Ao que parece, o Big Brother caiu no goto dos portugueses: veio para ficar, chegou, foi visto e venceu – ou, dito de outra forma, o seu «formato conquistou o público português». É contra isto... só o futebol, e nem todos os jogos como se viu com o Farense-Sporting na RTP1.

Estou em crer que o êxito do Big Brother radica, de facto, no tal «formato» já que, como se pôde verificar, não são grandes as diferenças e são muitas as

semelhanças no que respeita ao conteúdo dos dois programas. E a verdade é que fechar (voluntariamente, é claro) um grupo de pessoas numa casa, vasculhar-lhes a vida e a mente 24 horas por dia e expulsar da casa, de quando em quando, a menos boa (ou a menos má) dessas pessoas, é um «formato» que contém ingredientes visivelmente ausentes nas peripécias ocorridas com os cinco (voluntariamente, é claro) acorrentados.

Há que reconhecer, no entanto, que ambos os modelos são decorências naturais do modelo de sociedade dominante à escala planetária. Este Bom Irmão que nos vigia em regime de permanência, que nos diz o que devemos pensar e nos leva a pensar que pensamos e temos ideias próprias e que, sempre magnânimo, nos

impõe e nos permite deixarmo-nos acorrentar livremente, está presente em ambos os programas – e, como se sabe, estes programas não nasceram na TVI ou na SIC: são criações pensadas em centros especializados de produção de ideologia – a ideologia do Grande Irmão, obviamente – e exportados para cadeias de televisão de todos os países. Big Brother e Acorrentados são, de facto, dramas da vida real ou, se se optar pela utilização do dicionário da novilíngua, «novelas da vida real»...

Entretanto, diz-nos o «Expresso», citando dados do INE, que «um quinto dos trabalhadores portugueses por conta de outrem estão vinculados à entidade patronal por meio de contrato precário», essa forma nova e brutal de exploração tão cara ao Big Brother. Eis um aspecto da vida real dos trabalhadores: fechados à força, de facto, na casa do trabalho precário; sujeitos à expulsão imediata, de facto, se se «portarem mal»; enfim, acorrentados de facto.



## Poupem-nos

• Vítor Dias

Já não nos lembramos se foi «a notícia do dia» mas temos a certeza que saiu em tudo onde podia sair. As televisões, não fosse alguém duvidar, mostraram mesmo o «fac-símile» da carta de Guterres a «pedir explicações» à NATO sobre o uso de plutónio, onde até se conseguia ver escrito pelo punho do Primeiro-Ministro um «Dear Mr. Secretary General».

É claro que, nas circunstâncias difíceis que neste caso enfrenta, na NATO o lado para onde se dorme melhor é aquele onde estiverem cartas destas, fingidamente inquietas, preocupadas, firmes e exigentes.

É claro que, antes da carta seguir, pelo telefone ou pelos canais diplomáticos, alguém do Governo disse ao Secretário-Geral da NATO que compreendesse que, face à inquietação das opiniões públicas, era bom para os interesses duradouros da própria NATO que governos nacionais marcassem publicamente alguma reserva ou distância. E é claro que o Sr. Robertson terá respondido «Yes, yes, I am the first to understand» («sim, sim, eu sou o primeiro a compreender»).

Num assunto e problema onde já tinha havido, a nível oficial, do pior que imaginar se pode – desde mentirolas a hipocrisias, desde insensibilidade a insolências, desde truques de manipulação a puras parvoíces – havia de chegar

fatalmente, e chegou com esta carta, a fase das encenações insultuosas para a inteligência dos portugueses.

Pelos vistos, temos um Primeiro-Ministro que fala muito da Internet (de modo tão deslumbrado quanto superficial, convenhamos) mas afinal devia julgar que as milhares de referências e as dezenas ou centenas de «sites» especiali-

zados que, crescentemente desde há 10 anos, lá se encontram sobre o tema «urânio empobrecido, plutónio, EUA e NATO» (incluindo abundantes notícias sobre seminários e estudos sobre os efeitos da utilização militar daquelas substâncias), devem ser obra de maluquinhos que não têm mais nada que fazer.

Por nós, desejosos de ser poupados a mais cenas tristes, trocávamos de bom grado a carta de Guterres ao Secretário-Geral da NATO por uma confissão mais honesta e verdadeira perante o país, algo do género «É verdade: na NATO, sempre fomos, somos e seremos um verbo de encher. Desculpem, mas é a vida!».

Embora, como vamos mostrar hoje e depois, não haja nenhuma resignada exclamação de que «é a vida» que possa adormecer a indignação e o protesto contra uma política desumana e indigna e as atitudes serventuárias que dela são cúmplices e por ela têm de ser co-responsabilizadas.



## Tomar ar

• Leandro Martins

Que há-de comentar um «comentador»? Que escolher, em cada semana, por aquele a quem foi distribuída a tarefa de botar opinião avulsa em folha de jornal? Certamente que muitos são aqueles a quem não inquieta a obrigação, arvorados muitos a dar sentença, outros muitos com farta matéria de sua «especialidade» encontrada no caixote do mexerico e da moda – e estas duas vertentes têm vasto espectro abrangente, alargam-se à política, enveredam pela vidiinha das estrelas sejam elas de que firmamento forem, ramificam-se pela «cultura» onde também as estrelas vicejam, invadem o desporto, onde menos comentam o que se passa nos relvados e nas pistas preferindo os balneários e os gabinetes onde se transaccionam milhões.

Entre os comentadores de especialidade, a coisa não costuma ser difícil – há sempre um tema de actualidade, daquela já feita ou da que se prevê que venha a ocupar a ribalta no tempo imediato. E um ponto de partida que radica no conhecimento especializado do tema. Mas há-os que, fadados para a

generalidade, se dispõem facilmente a dar opinião sobre qualquer assunto, partindo ora de um evento ora de uma congeminação. Nunca deixarei de admirar-lhes a facilidade, mesmo que não concorde com as ideias, com os métodos ou com a eloquência. O que vale, na coluna que ocupam, é o seu ponto de vista, e este costuma ser para os leitores que somos todos os que têm um ponto de partida para a reflexão onde se forma a opinião própria.

É essa responsabilidade – a de sugerir um ponto de vista pessoal, enquadrado embora numa visão comum que é ideológica e é política – que me torna difícil a tarefa e a escolha. Passo uma vista de olhos aos jornais, pelas escolhas já feitas na realidade diversa e muita, e logo nos cabeçalhos me surgem temas que se oferecem à opinião. Que escolher? Sobre a questão do urânio empobrecido, que faz a riqueza americana e o seu poder fala o nosso jornal abundan-

temente – e nunca é de mais falar nisso. E sobre o julgamento de Pinochet que finalmente parece ter começado, já que os americanos desistiram dele? E sobre a tragédia ecológica que alastra nas Galápagos? E sobre as primeiras decisões do presidente Bush que vai declarar o Alasca aberto à exploração, acrescentando certamente mais tragédias nesse santuário gelado? E sobre os imigrantes, legais ou ilegais, que, vindos da miséria, chegam para partilhar a nossa pobreza, mais desarmados do que os seus camaradas portugueses? E sobre a Swissair que abandona a TAP – o que não será mau – e vai tomar ar para outras bandas? E sobre as contas que o Governo já deve estar a fazer para despedir trabalhadores na transportadora nacional?

Não digo que venha o diabo e escolha. Acabo sempre por escolher o pior. Para que a gente possa meditar numa solução.



## Frases

“Acabem com essa história dos delfins. Marco congresso e ponho os conspiradores todos no olho da rua. O único delfim sou eu.”

(Alberto João Jardim, *Público*, 22.01.01)

“O PSD-Madeira sempre se caracterizou por ser um partido muito unido, que aceitou sempre as minhas orientações.”

(idem, *ibidem*)

“[Os meus] excessos de democracia às vezes reflectem-se nalguns actos de indisciplina.”

(idem, *ibidem*)

“Se fosse reconhecido, como deveria ser, que as armas utilizadas [nos Balcãs] são “armas químicas”, estariam proibidas pela Convenção de Genebra.”

(Rui Namora Rosa, investigador da Junta de Energia Nuclear, *idem*)

“As declarações relativamente à não existência de perigo [de contaminação radioactiva nos Balcãs] são prematuras e insensatas.”

(Delgado Domingos, professor de Engenharia Ambiental no Técnico, *Diário de Notícias*, 20.01.01)

“Há pelo menos 20 anos que são conhecidos os riscos do urânio empobrecido. A candura de certos políticos revela irresponsabilidade e incompetência. Basta de hipocrisia!”

(Alfredo Barroso, *Expresso*, 20.01.01)

“Temos consciência dos erros – e temos cometido muitos, alguns desnecessários.”

(Ministro Jorge Coelho, *idem*)

“Dêem aos portugueses uma causa (...) e teremos portugueses mobilizados.”

(Francisco José Viegas, *Jornal de Notícias*, 18.01.01)

“Acorrentado a uma estratégia de “cowboy solitário”, [Paulo Portas] renega aparentemente um final feliz para o centro-direita.”

(Miguel Coutinho, *Focus*, 21.01.01)

“Dava-te tudo menos a minha mulher; por que é que não ficas com uma das minhas amantes?”

(Joseph Estrada, presidente deposto das Filipinas, falando para um dos seus colaboradores, *Público*, 22.01.01)

“Única entre as grandes nações, só aqui [nos EUA] há uma maneira certa e uma maneira errada de pensar sobre todos os assuntos (...) Qualquer cidadão que se permita ter uma opinião contrária à corrente maioritária é enfrentado com desconfiança.”

(Maria Filomena Mónica, *Público*, 19.01.01)

“A culpa não é do “sistema”, é de PS e PSD serem há 20 anos as duas faces de uma mesma política. A por eles tão desejada “reforma do sistema” [eleitoral] não pretende diminuir a abstenção, mas diminuir as possibilidades e a esperança na mudança que o povo português continua a investir no seu voto democrático.”

(Ruben de Carvalho, *Diário de Notícias*, 19.01.01)



Domingos Mealha

Texto:

Jorge Caria

Fotos:

O trabalho vai prosseguir, para uma melhor intervenção dos sindicatos e dos trabalhadores na luta contra as discriminações e as ilegalidades

Estruturas da CGTP desencadeiam movimentação sindical entre os imigrantes

## Por iguais direitos

**N**ão basta entrar em vigor uma nova lei, ela própria limitada, para garantir a igualdade de tratamento dos trabalhadores imigrantes. É necessário que estes se organizem e lutem, lado a lado com os portugueses.

A CGTP-IN abriu, decididamente, uma nova frente de actividade sindical e apela aos trabalhadores imigrados, sejam eles oriundos de África, do Brasil ou da Europa de Leste, para que se dirijam às sedes dos sindicatos, onde vão ser organizados comissões e grupos de acção especialmente dedicados à luta para que sejam respeitados os direitos conquistados e reconhecidos nas leis e na contratação colectiva.

«Esta vai ser uma luta difícil, para vós e para os sindicatos», alertou Carvalho da Silva, ao intervir no domingo passado, num muito concorrido encontro, que teve lugar em Lisboa, por iniciativa da União dos Sindicatos do distrito e de

estruturas sindicais de vários sectores onde a mão-de-obra imigrante adquire já um peso significativo – como a construção civil, a vigilância e limpeza, a alimentação e hotelaria, a metalurgia, as indústrias eléctricas e a indústria química – e também um grupo de imigrantes.

O encontro começou com uma concentração no Largo de São Domingos, local onde habitualmente se reúnem imigrantes e onde os sindicalistas distribuíram um comunicado, em português e em russo, sobre as implicações da entrada em vigor da nova legislação. Umhas dezenas de metros mais acima, na sede do Sindicato da Hotelaria, teve depois lugar o debate (que também propiciou uma

ocasião de convívio), com a presença de muitos imigrantes de diferentes origens, evidenciando uma grande vontade de obter informação e, também, de denunciar as duras e frequentemente humilhantes condições em que trabalham.

A grande afluência motivou algumas alterações de última hora. A mesa, a que se deveriam sentar os oradores e um jovem imigrado que assegurou as traduções entre português e russo, transformou-se em estrado, de onde era mais fácil falar mesmo sem microfone.

Foi desse «palco» que João Serpa, do Sindicato da Construção do Sul, explicou a decisão de realizar o encontro, salientando as novas responsabilidades que cabem aos patrões (subempreiteiros, empreiteiros e donos de obras), após a entrada em vigor do decreto-lei

4/2001. Alertou logo para o facto de que muitos empregadores irão manter atitudes de desrespeito da lei, apelando a que os trabalhadores não tenham receio de, em eventuais inspeções pelas autoridades, se encontrarem a trabalhar sem contrato, pois não poderão ser expulsos do País por esse motivo.

**Trabalhadores com formação e funções iguais devem ter idênticos salários, direitos e regalias**

**Dirijam-se aos sindicatos!**

A frase mais repetida pelos sindicalistas, como conselho sobre o que qualquer trabalhador imigrado deverá fazer quando se sentir lesado nos seus direitos, foi «dirijam-se aos sindicatos».

Um primeiro obstáculo, apontado no encontro, foi a recusa patronal de celebrar contrato de trabalho. Mas também foram referidos casos de patrões que já estão a exigir

dinheiro a imigrantes para, alegadamente, lhes tratar do número de contribuinte; outros, logo que é exigida a celebração do contrato, respondem com o despedimento.

Em diferentes respostas, foi salientada a importância de os trabalhadores saberem resistir às fraudes e à chantagem dos patrões.

Arménio Carlos, coordenador da USL/CGTP, refutou ainda as manobras com que alguns empregadores procuram semear a divisão entre trabalhadores portugueses e imigrantes, salientando que «se nos unirmos, todos temos a ganhar». Apelou a que seja

feito um esforço de unidade e organização, a partir do estabelecimento de contactos nas sedes dos sindicatos e avançando depois para a constituição de comissões, integrando imigrantes, para desenvolver acções futuras.

O apelo foi imediatamente correspondido, com muitos trabalhadores a deixarem os seus contactos e até a disponibilizarem-se para colaborar em futuras traduções de informação sindical. Mas, salientou João Serpa, a encerrar a iniciativa, este foi apenas mais um passo, «vamos ter mais encontros e precisamos de vós para continuar a luta».

### Sessão no Algarve

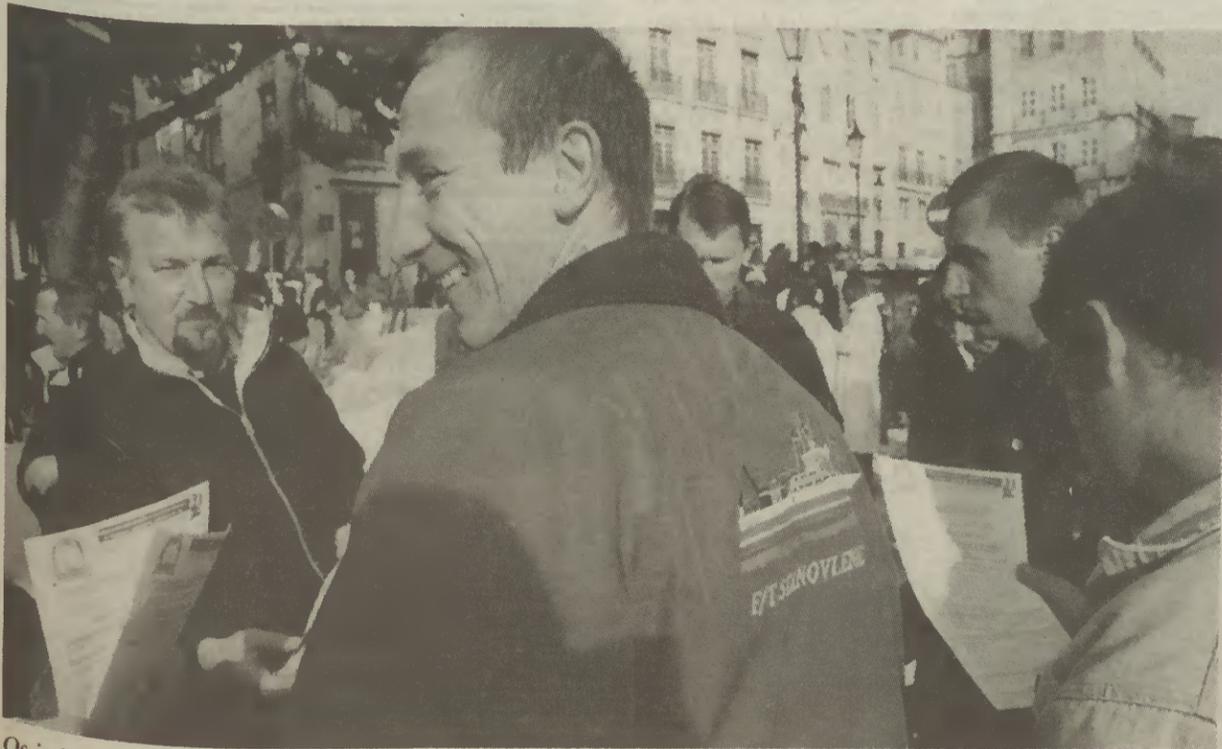
O coordenador da União dos Sindicatos do Algarve assegurou domingo que as organizações sindicais da CGTP «irão às últimas consequências» na denúncia de situações irregulares relativas ao trabalho clandestino.

«Denunciaremos às entidades competentes, nomeadamente à Inspeção de Trabalho, todas as situações irregulares de que venhamos a ter conhecimento, impeditivas da legalização dos trabalhadores», advertiu António Goulart, em declarações prestadas à Agência Lusa, à margem de uma sessão de esclarecimento para trabalhadores imigrantes a viver no Algarve. A sessão, realizada horas antes da que teve lugar em Lisboa, reuniu cerca de 150 trabalhadores, quase todos originários do Leste europeu.

Apesar das tentativas de fuga à Lei, por parte de entidades patronais, António Goulart manifestou-se convicto de que a esmagadora maioria dos 15 a 20 mil trabalhadores imigrantes, na região, verá a sua situação legalizada. Reconhecendo «aspectos positivos» agora alterados, sublinhou todavia que há «demasiada dependência do processo de legalização face a terceiros», como as entidades patronais.

«O sindicato deve estar no centro do processo de legalização», acentuou o sindicalista, que garantiu todo o apoio jurídico possível aos imigrantes que vierem a sindicalizar-se. Advertiu, a propósito, para o perigo de «pessoas sem escrúpulos» virem a pedir dinheiro aos candidatos à legalização, à semelhança do que sucedeu em processos anteriores.

«Os trabalhadores imigrantes têm que ter um estatuto igual ao dos trabalhadores portugueses», sublinhou o coordenador da USAL, manifestando-se contra a utilização dos imigrantes para fazer baixar os salários dos portugueses e vice-versa.



Os imigrantes demonstraram muito interesse em conhecer o enquadramento legal e muita indignação perante as condições de exploração a que são sujeitos

Lei resulta da luta e da denúncia sindical  
mas deixa o principal por resolver

## Da permanência à residência

A CGTP-IN vai empenhar-se na legalização dos trabalhadores imigrantes, mas defende a sua legalização através da autorização de residência e alerta desde já para perigos do novo regime.

O novo quadro legal, lembra a Intersindical Nacional, numa nota que divulgou ontem, foi «aprovado pelo Governo para responder às situações de exploração desumana de que os trabalhadores imigrantes são vítimas por parte dos patrões, denunciadas pela CGTP-IN», mas «não responde à principal reivindicação das comunidades imigrantes, ou seja, a sua legalização através da concessão de autorização de residência».

A «autorização de permanência», válida por um ano e renovável até um máximo de cinco anos, «fica muito aquém das expectativas dos cidadãos e das necessidades de um real processo de legalização que estabilize (material e psicologicamente) os cidadãos imigrantes actualmente em situação irregular, conforme a CGTP-IN reivindica desde o seu 9.º Congresso», considera a central.

No entanto, para a *Inter* «é justo reconhecer que a activi-

dade firme e serena por si desenvolvida no período de aprovação da autorização legislativa (Junho e Julho) permitiu que tivesse sido encontrada uma solução política bem menos gravosa para os imigrantes do que a inicialmente prevista, como é a de, após um período de 5 anos com o estatuto de autorização de permanência, os cidadãos estrangeiros podem requerer a autorização de residência em Portugal».

### Vigiar e exigir

Perante a nova realidade, a central afirma que se vai empenhar, «através da acção desenvolvida nos locais de trabalho e nas empresas, pelos seus dirigentes, delegados e activistas, no acompanhamento da aplicação da nova legislação». Na nota de imprensa refere-se, em especial, a exigência de que o patronato celebre **contratos de trabalho com todos os trabalha-**

dores imigrantes, que é condição básica para a sua legalização.

A CGTP vai ainda zelar «para que o patronato cumpra escrupulosamente os direitos estipulados nos contratos colectivos de trabalho de cada sector ou empresa, combatendo qualquer discriminação laboral» relativamente aos imigrantes e opondo-se às pressões patronais e a qualquer tentativa de violação da nova legislação.

São publicamente assumidos pela central três outros compromissos:

– continuar a reivindicar do Governo medidas políticas que permitam a integração em Portugal das comunidades imigrantes que contribuam para o desenvolvimento do nosso país, ou seja, políticas de imigração humanistas e solidárias;

– intervir sindicalmente para eliminar os aspectos gravosos da nova legislação (é apontado o exemplo da eventual definição de **contingentes** de imigrantes);

– promover a integração dos trabalhadores imigrantes na acção sindical desenvolvida, prosseguindo e aprofundando as relações fraternas com o movimento associativo da imigração.



A estabilidade material e psicológica dos trabalhadores imigrantes ainda não fica garantida, mesmo depois das melhorias introduzidas após o período de discussão pública

## Passo a passo para a autorização

Do quadro legal regulador das condições de entrada, permanência, saída e afastamento dos cidadãos estrangeiros em Portugal fazem parte, para além do decreto-lei N.º 244/98, de 8 de Agosto, republicado em anexo ao decreto-lei n.º 4/2001, de 10 Janeiro, outros diplomas, referidos em informação oficial: a Lei N.º 27/2000, de 8 de Setembro; a lei N.º 20/98, de 12 de Maio; o aviso sobre o trabalho de estrangeiros em território português, publicado no Boletim do Trabalho e do Emprego, N.º 17, de 8 de Maio de 1999; e o despacho do secretário de Estado da Segurança Social N.º 55-A-1/SESS/2000.

O Sindicato da Construção do Sul, abrangendo um sector onde é particularmente elevado o número de trabalhadores imigrantes e excepcionalmente graves as violações de direitos a que aqueles estão sujeitos, editou um folheto especialmente dedicado à explicação do processo de obtenção da autorização de permanência.

Este processo foi também motivo de muitas dúvidas e inquietações, colocadas por diversos participantes no encontro promovido pela USL/CGTP no passado domingo.

Com base no folheto – editado em português e em russo e que, como anunciou Carvalho da Silva, será brevemente traduzido para inglês e francês – e nas explicações dos sindicalistas, é possível descrever a «via sacra» com que se vai defrontar cada um dos milhares de imigrantes que se encontram em situação irregular.

O primeiro passo é a celebração de um contrato de trabalho, que a entidade patronal deve remeter à Inspeção Geral do Trabalho para certificação e do qual devem, depois, ser entregues dois exemplares ao trabalhador. Esta será logo a primeira dificuldade, como se ficou a saber por alguns dos que estiveram no encontro: há patrões que despedem quem lhes exige contrato, há outros que alegam não ser possível fazer o contrato sem o trabalhador apresentar cartão de contribuinte (o que a lei dispensa), há mesmo outros que cobram 15 contos para tratarem de um processo a que estão obrigados por lei.

Para ultrapassar estes obstáculos, os trabalhadores deverão recorrer ao sindicato (até sem necessidade de qualquer comunicação ao patrão), indicando o local da obra e a identificação do empregador. A partir daqui, é chamada a Inspeção do Trabalho, para verificar a presença, no local de trabalho, de qualquer imigrante sem contrato. As multas, caso se verifique a irregularidade, incidem sobre os empregadores e os utilizadores da mão-de-obra, incluindo empreiteiros gerais, e podem ir de 750 a 4900 contos por cada trabalhador sem contrato. A irregularidade não implica qualquer punição para o trabalhador.

Além de dois exemplares do contrato, o imigrante necessita obter também um certificado do registo criminal, que custa 500 escudos. Munido de fotocópia integral do passaporte e de três fotografias iguais tipo passe, deve então dirigir-se ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, onde tem que preencher um

## Muitas perguntas e algumas respostas

Quanto tempo demora a concessão da autorização de permanência? Após esta pergunta de um imigrante, João Serpa recordou que, ao abrigo da lei anterior, milhares de pedidos de autorização de residência ficaram nas gavetas dos ministros; esses pedidos de nada valem para o novo processo.

Que fazer quando os trabalhadores imigrantes são mandados para tarefas em que não são asseguradas condições de higiene e segurança, quando são ameaçados de despedimento, quando são discriminados e ofendidos por atitudes racistas e xenófo-

bas? Carvalho da Silva reafirmou o empenho dos sindicatos em combater a diminuição dos salários e dos direitos e o aumento da precariedade, principais objectivos da maior parte dos que recorrem à mão-de-obra imigrante, pediu aos trabalhadores estrangeiros que não desistam, resistam e se organizem junto das estruturas da CGTP; sublinhou que vão ser necessários muitos trabalhadores em Portugal nos próximos tempos e que os estrangeiros são bem-vindos para a maioria da população. «Para conseguirmos os nossos direitos temos que lutar por eles, não esperem que os patrões ou

os poderes vos vão oferecer algo, lutem conjuntamente com os trabalhadores portugueses», apelou.

Como podem assinar um contrato de trabalho, sem compreender a língua em que ele está escrito? Quais as possibilidades de reagrupar famílias ou de filhos de imigrantes terem acesso ao ensino? Como proceder quando o patrão se recusa a pagar e não há prova de que as horas de trabalho foram dispendidas ao seu serviço? Para muitas perguntas sem resposta fica um caminho aberto aos imigrantes: **dirijam-se ao sindicato!**



A resposta aos problemas dos imigrantes depende de uma forte acção diária, junto com os trabalhadores portugueses

**SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO, MARMÓFES (MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DO SUL)**  
(ÂMBITO: LISBOA, BEJA, ÉVORA, FARO, PORTALEGRE, SANTARÉM, E SETÚBAL)  
SEDE: Praça D. Luís I, 17 - 1.º Andar - 1203 Lisboa COOR. Tel.: 3961102/3 Fax: 3960866

---

**ПРОФСОЮЗ ГРАЖДАНСКОГО СТРОИТЕЛЬСТВА, СТРОИТЕЛЬНЫХ МАТЕРИАЛОВ, И ДЕРЕВООБРАБОТКИ ЮЖНОГО РЕГИОНА**

ЛИССАБОН, БЕЖА, ЭВОРА, ФАРУ, ПОРТАЛЕГРЕ, САНТАРЕН, СЕТУБАЛ  
АДРЕС: Praça D. Luís I, 17 1.º D.º, 120-148, LISBOA Tel.: 213 961 102 Fax 213960869

---

**ИНФОРМАЦИЯ ДЛЯ ИММИГРАНТОВ**

---

**КАК ПОЛУЧИТЬ РАЗРЕШЕНИЕ НА ПРЕБЫВАНИЕ В ПОРТУГАЛИИ**

---

Процесс урегулирования положения иммигрантов находящихся и работающих в Португалии нелегально

10 января 2001 года вступил в силу Закон № 4/2001 который вносит изменения в Закон 244/98 и который регулирует новые условия для въезда, нахождения, выезда и депортации иностранцев из Португалии.

Профсоюз, в связи с этими изменениями, призывает всех иммигрантов, которые не имеют вида на жительство, срочно урегулировать своё положение в Иммиграционной Службе Португалии. Для этого необходимо заполнить Заявление которое можно получить в Специальных пунктах и добавить следующие документы:

ДЕЙСТВУЮЩИЙ ПАСПОРТ (фотокопия)  
КОНТРАКТ НА РАБОТУ (заверенный в И.Г.Т.)  
CERTIFICADO DO REGISTO CRIMINAL.

---

**ПРОФСОЮЗ ПРЕДОСТАВИТ ВСЕВОЗМОЖНУЮ ПОДДЕРЖКУ В ЛЕГАЛИЗАЦИИ ИММИГРАНТАМ КОТОРЫЕ ОБРАТЯТСЯ ЗА ПОМОЩЬЮ В НАШИ СЛУЖБЫ**

impresso para instrução do pedido de autorização de permanência. Assim que entregue todo o processo, o trabalhador fica imediatamente com a sua estadia em Portugal regularizada.

Na passada segunda-feira, primeiro dia em que o SEF iniciou a recepção de pedidos, foram recebidos na área de Lisboa um total de 55 (cinquenta e cinco!!!) pedidos, informou a Lusa.

## Administração local

«A falta de diálogo do presidente da Junta de Freguesia conduziu os trabalhadores do sector operário e auxiliar à greve hoje realizada e à qual aderiram a 100%». É assim que o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) dá a conhecer o resultado da greve realizada naquela freguesia do concelho de Odivelas, na passada segunda-feira, dia 22. Os trabalhadores exigiam o cumprimento das promessas de fornecimento de fardamento e equipamento de protecção condignos e pela existência de instalações dignas onde possam mudar de roupa e tomar banho. «Nós que diariamente trabalhamos para servir a população de Famões, procurando garantir o tratamento de espaços verdes, a varredura das ruas, a manutenção das vias onde circulam os munícipes, a recuperação das calçadas, queremos respeito», diz o sindicato.

## Química

Dirigentes e activistas sindicais do sector químico e farmacêutico exigiram às associações patronais uma resposta concreta às reivindicações dos trabalhadores sob pena de desenvolverem «uma acção de luta diversificada» ao longo de Fevereiro. Delfim Mendes, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas, disse à Agência Lusa que se até ao final de Janeiro não se verificar uma evolução nos processos negociais em curso no sector é provável que sejam marcadas greves em várias empresas no próximo mês. Ao nível do contrato colectivo de trabalho, o desentendimento está no facto de o patronato se recusar a discutir o aumento do número de dias de férias para 25 dias úteis e a redução progressiva do horário de trabalho semanal até às 35 horas. O sindicato reivindica para 2001 aumentos salariais mínimos de nove contos por trabalhador.

## Refer

«Este não é o acordo desejável, mas sim o acordo possível, que traz ganhos para os trabalhadores, sem qualquer retirada de direitos.» Quem o diz é o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, da CGTP-IN, depois de chegar a acordo com a administração da Refer. O acordo, semelhante ao assinado na CP na passada semana, traduz-se em 4% na tabela, em mais um dia de férias e fixou as diuturnidades, o subsídio de refeição, os prémios de exploração e produção, o subsídio de turno, entre outras medidas. No que respeita à isenção do horário de trabalho, os trabalhadores que laborarem neste regime passam a ter direito ao abono mensal correspondente à remuneração de 22 horas de trabalho.

## Convocado plenário para 31 de Janeiro

# Reestruturação à margem

**Finda, há largos anos, a Parry & Son e desmantelado o estaleiro da Lisnave na Margueira, o Arsenal do Alfeite constitui o último bastião da indústria naval no concelho de Almada. E através dias decisivos.**

«O pior momento na vida de uma empresa é aquele em que não se sabe qual vai ser o seu futuro, se não entende o seu presente e se quer esquecer o seu passado», diz a Comissão de Trabalhadores no último número do seu boletim informativo. O momento que se vive no Arsenal é de grande indefinição e inquietação, «mas também de grande expectativa e esperança», assegura a Comissão de Trabalhadores. Para que estas não sejam defraudadas, é imprescindível, na opinião desta estrutura, «que a tomada de decisões sobre o futuro do Arsenal nasça de um amplo debate, com a nossa participação», sendo inaceitável que «um pequeno grupo de "iluminados" possa tomar decisões, traçar rumos, certos ou não, com grande implicação no futuro do Arsenal e dos seus trabalhadores, não dialogue connosco, não respeitando as leis ainda vigentes neste país». Deste modo, a Comissão de Trabalhadores

**Só um pequeno número de pessoas sabe o que vai acontecer ao Arsenal**

contestará firmemente toda e qualquer decisão que ponha em causa os direitos e regalias dos trabalhadores, ou que ponha em risco a continuidade do Arsenal como estaleiro de construção e reparação naval.

A CT exige conhecer atempadamente quaisquer propostas concretas sobre o futuro do Arsenal e participar na definição do futuro do estaleiro, «que também é nosso e ao qual damos uma vida de trabalho, dedicação e profissionalismo».

### Firmes na luta

«Os trabalhadores, unidos em torno das suas estruturas representativas, não permitirão que Governo/MDN/Administração venham a penalizá-los com quaisquer tentativas de retirada de direitos, redução de postos de trabalho, desvinculação dos vínculos laborais e desmantelamento do Estaleiro.» Esta foi a resposta dada

por Comissão de Trabalhadores, dirigentes e delegados sindicais – que se reuniram em plenário a 11 de Janeiro – às manobras do Governo e da Administração, «que tem vindo a tomar medidas no sentido de implementar uma reorganização interna, sem prévio pedido de pareceres à CT, que a lei obriga, nem discutiu as mesmas com os trabalhadores». À margem ficaram também na questão da proposta de

alteração à lei orgânica do Arsenal, já entregue ao Ministério da Defesa Nacional – que tutela o estaleiro.

O Plenário dos Órgãos Representativos dos Trabalhadores (ORT's) exigiu a realização de uma audiência com o Governo, por intermédio do MDN, de forma a serem esclarecidos sobre as intenções do executivo para com o Arsenal, reafirmou a exigência de que a Adminis-

tração acompanhe o processo e mantenha informada a CT e de que seja cumprida a lei do parecer prévio.

Outra das conclusões da reunião prende-se com a realização de um plenário geral de trabalhadores para 31 de Janeiro para análise da situação e tomadas de posição.

A CT afirma-se convicta de que a «falta de transparência levará arsenalistas à luta».



Face à intransigência do patronato em não negociar, os trabalhadores saíram à rua para exigir aumentos

## Gráficos congelados

Representantes dos trabalhadores da Indústria Gráfica concentraram-se, no passado dia 18, junto ao Ministério do Trabalho, para reclamar «contra o boicote da associação patronal (APIGTP) que recusou a actualização no ano 2000 dos salários mínimos sectoriais para a indústria gráfica e de transformação do papel, que devia ter ocorrido com efeitos ao mês de Abril», afirma o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa em comunicado do mesmo dia.

Para esta estrutura sindical da CGTP-IN, a situação seria ultrapassada se o Governo emitisse uma Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) que obrigasse a associação patronal a aplicar aumentos salariais a todos os trabalhadores. «O governo só não o faz por falta de vontade política», disse, à Agência

Lusa, Joaquim Silva, dirigente do sindicato.

Esta estrutura da CGTP-IN considera que, «com o agravamento substancial dos preços de produtos e bens essenciais já verificado no ano 2000, é inadmissível que alguns patrões aproveitem o boicote da sua associação patronal para congelar salários desde Abril de 1999». Esta recusa em actualizar salários por parte da associação patronal está a afectar cerca de dois terços dos 19 mil trabalhadores deste sector, que viram os seus salários congelados no ano passado.

O conflito dura já há vários meses. Em Fevereiro de 2000 foi entregue à associação patronal a proposta de revisão do contrato colectivo e em Abril a APIGTP apresentou, com o atraso de um mês, uma proposta de revisão global. Perante a complexa proposta patronal de pretender a altera-

ção total e geral do contrato colectivo em vigor, que implicará sempre demorada negociação, o sindicato colocou como condição que «em primeiro lugar devam actualizar os salários de 2000 e só depois iniciar-se a negociação da revisão global». Em Maio e Junho do ano passado, acusa o sindicato, a «associação patronal insistiu na atitude arrogante de não pretender discutir a actualização salarial», tendo o processo passado para fase de conciliação no Ministério do Trabalho.

Depois de vários meses de negociações e de várias reuniões de conciliação, o resultado foi nulo.

O sindicato adverte o Ministério do Trabalho e da Solidariedade para o facto de não poder fugir às suas responsabilidades «de assegurar o direito à contratação colectiva e à revisão dos salários mínimos sectoriais de 2000».

## Em greve por salários

Na Unalbor, empresa de borracha situada na Pontinha, os cerca de 80 trabalhadores fizeram uma greve durante toda a segunda-feira, dia 22, contra os atrasos nos pagamentos dos salários.

Manuel Pato, da comissão de trabalhadores, disse à Agência Lusa que metade dos ordenados do mês de Dezembro estão em atraso e que os trabalhadores ainda não receberam subsídios de Natal nem de férias. «Recebemos 30 contos no mês passado, depois recebemos mais 15 contos e depois mais 30. Ainda falta pagar cerca de 40 por cento do ordenado. «Do subsídio de natal recebemos apenas 10 contos», disse Manuel Pato, que lembrou que a «Administração comprometeu-se a pagar o ordenado até ao dia 15 deste mês e até agora ainda não pagou».

Os ordenados dos trabalhadores andam entre os 120 e os 160 contos brutos e, nos últimos meses, os salários têm sido pagos às prestações.

Os trabalhadores já marcaram uma nova paralisação para o dia 29 de Janeiro, caso a sua situação não seja resolvida atempadamente.

Também na Ceranhede, em Vila Nova de Aços, Coimbra, os trabalhadores iniciaram na passada segunda-feira uma greve por tempo

indeterminado, em protesto contra atrasos no pagamento de salários, anunciou a União de Sindicatos de Coimbra (USC) à Lusa.

Em causa está o pagamento dos subsídios de Natal, de Férias e a remuneração referente ao mês de Dezembro por aquela empresa de cerâmica, acusa a estrutura sindical.

Os 15 trabalhadores estão em «greve pela sobrevivência», pois «tudo indica que para o mês de Janeiro também não haja salário», sustenta a União, sublinhando que o patrão «não é visto na empresa desde Dezembro», refere o sindicato.

«A violação de um direito fundamental como é o pagamento do salário não se mede pelo número de trabalhadores», disse o coordenador da USC, António Moreira, que solicitou uma audiência com carácter urgente ao Governador Civil de Coimbra.

António Moreira defende que o Governo «devia ser implacável com os empresários prevaricadores», impedindo-os de exercer actividade até regularizarem toda a situação.

«Seria a forma de impedir que empresários sem escrúpulos tentem lucrar à custa dos outros, dos trabalhadores», afirmou.

## IPSS com contrato colectivo

A Fenprof e a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) assinaram, no dia 18 de Janeiro, o texto de um contrato colectivo de trabalho. Este texto contempla as tabelas salariais de 1998, 1999 e 2000 (até 31 de Agosto). As tabelas a aplicar a partir de 1 de Janeiro de 2001 e de 1 de Setembro de 2000 no caso dos docentes, serão objecto de negociação imediata para serem publicadas o mais rapidamente possível.

A fase que se segue «não está isenta de escolhos que teremos de remover» afirma a

Fenprof. Está em causa a «negociação de uma tabela para os docentes das IPSS e que tenha em conta as verbas que o Ministério da Educação transfere para a Educação Pré-Escolar» e a «União das IPSS pretende estabelecer uma tabela salarial para os educadores de infância a trabalhar em Jardim de Infância, discriminando negativamente os outros educadores», considera a estrutura sindical. «Esta é uma discriminação que a Fenprof não aceita nem vai aceitar», diz o comunicado da federação, que reafirma que só assina uma tabe-

la que não crie educadores de primeira e de segunda.

«De qualquer modo, a publicação de um contrato colectivo de trabalho entre a União das IPSS e a Fenprof constitui um marco histórico», sendo que este processo foi iniciado em 1992 e seguiu um percurso atribulado.

«O texto a publicar não é aquele que inicialmente propusemos», diz a federação. Contudo, considera-o «profundamente positivo pois vai contribuir para a redução das decisões arbitrárias e prepotentes das direcções das instituições».

## Acidentados no trabalho

Os níveis miseráveis de reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais vão ser hoje à tarde denunciados, com número e exemplos concretos, pela CGTP. A central e a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho promovem uma conferência de imprensa, em Lisboa, onde vão também dar a conhecer as razões de contestação ao regime que vigora desde o início deste ano e que, «embora trazendo algumas medidas positivas, não alterou a filosofia» do anterior. «No fundamental, constitui ainda uma cedência inequívoca aos interesses das seguradoras», afirma-se na nota divulgada pelo Departamento de Informação da Inter.

As duas organizações vão anunciar «iniciativas que estão ou pensam desenvolver junto da opinião pública e órgãos do poder político».

## Sindicatos excluídos

O trabalho dos bombeiros profissionais deverá ser abrangido por um regime uniforme, como estes trabalhadores e as suas estruturas representativas têm exigido. No entanto, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa foram excluídos pelo Governo da comissão de acompanhamento da elaboração da nova legislação e respectivos diplomas regulamentares. Logo no dia em que foi conhecida a composição da comissão, a 27 de Outubro, os sindicatos remeteram ao ministro da Administração Interna um ofício de protesto, exigindo ser recebidos em audiência. Após novo contacto com o Ministério, na semana passada, também sem resposta, o STAL promoveu na passada segunda-feira uma concentração de sindicalistas e alguns bombeiros frente ao gabinete de Nuno Severiano Teixeira. Para esse dia fora também solicitada uma audiência com o ministro, mas apenas foi conseguida uma conversa com um assessor. Já na terça-feira, o STAL recebeu do secretário de Estado adjunto um fax a informar que Carlos Zorrinho vai propor que os sindicatos participem na comissão... como observadores. António Augusto, dirigente do STAL, adiantou ao «Avante!» que esta proposta não corresponde à exigência dos sindicatos, que continuariam excluídos da participação de pleno direito. Tal como sucede com a Associação Nacional de Bombeiros, o STAL e o STML reclamam voz activa em defesa dos «soldados da paz» Sapadores e Municipais, e levantam sérias dúvidas acerca da legalidade da sua exclusão da comissão, que pode violar a legislação em vigor sobre negociação colectiva.

Sindicato dos Médicos da Zona Sul denuncia irregularidades e perseguições ao seu presidente

## «Vigilância» médica

O sindicato acusou sexta-feira o Conselho Disciplinar Regional do Sul da Ordem dos Médicos de defender os seus «círculos de amigos» e de perseguir quem lhes possa «estragar os negócios».

Em causa está uma decisão da Direcção do SMZS, tomada em 1998, de enviar para a Procuradoria-Geral da República, Polí- cia Judiciária e Inspeção-Geral de Saúde um volume de fotocópias – anonimamente deixado no sindicato – que indiciava a exis-

tência da prática ilegal de medicina privada nas instalações do Hospital de S. Bernardo, em Setúbal, por parte de alguns médicos de um dos serviços. «Existem centenas de fotocópias com nomes de doentes que, supostamente, terão sido objecto de actos médicos privados dentro das instalações do Hospital de S. Bernardo e dezenas de fotocópias de papéis timbrados de várias clínicas privadas que, supostamente, encaminhavam de forma directa os seus doentes para efectuar exames complementares de diagnóstico nesta unidade hospitalar», revelou o sindicato.

Como afirma no documento de apoio à conferência de Imprensa, o SMZS «não procedeu à divulgação pública dessa situação nem proferiu declarações acerca do conteúdo das fotocópias», tendo-se limitado a encaminhá-las para as enti-

**A Ordem pretende intimidar os médicos para que não denunciem negócios**

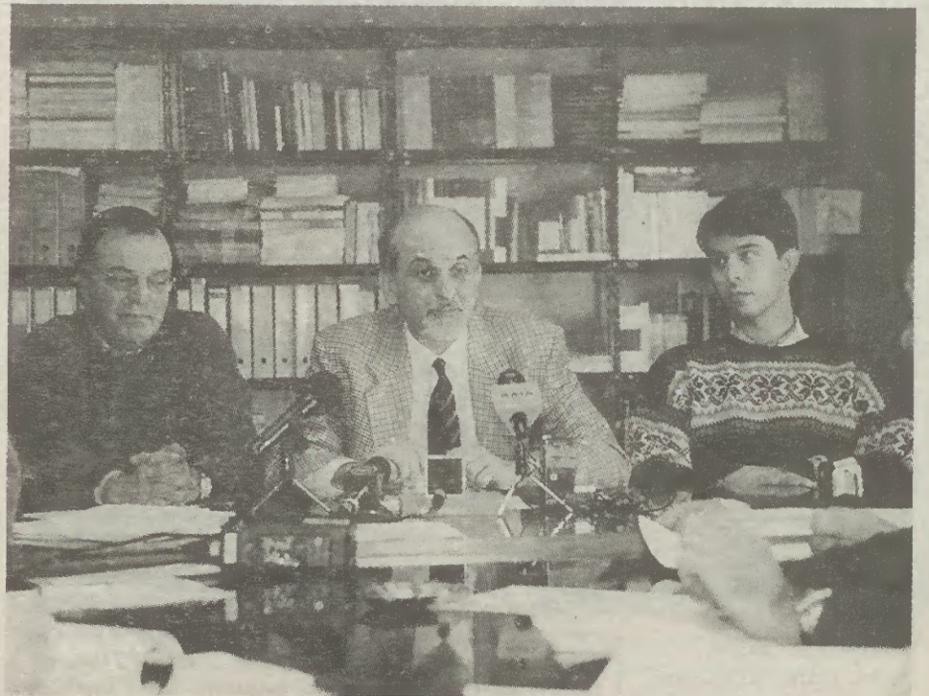
dades competentes, tal como faria «qualquer organização minimamente responsável».

Mesmo assim, em Junho de 1999, o Conselho Disciplinar Regional do Sul da Ordem dos Médicos enviou ao presidente da estrutura sindical um ofício, que tinha como título «Processo Disciplinar N.º 31/99», onde solicitava que este se pronunciasse sobre vários pontos de uma queixa enviada por quatro médicos cardiologistas do dito hospital.

### Perseguições

Já este ano, no dia 2 de Janeiro, foi recebido novo ofício daquele Conselho, onde era dado a conhecer o parecer relativo ao processo disciplinar. O relator desse parecer, Dr. José Girão Marques, refere que os ditos médicos «queixam-se do médico Dr. Mário Jorge dos Santos Neves, presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul», o que, para o sindicato, não corresponde à verdade, já que na queixa não há «uma única referência» a Mário Jorge, mas sim à direcção.

O SMZS considera que o



A denúncia da prática de medicina privada ilegal no Hospital de S. Bernardo está na origem de todo o processo, acusam os dirigentes sindicais

comportamento do Conselho Disciplinar «constitui um exemplo escandaloso do recurso à ilegalidade de processos e métodos persecutórios, transformando a Secção Regional Sul da Ordem dos Médicos numa estrutura de arremesso político ao serviço de interesses bastante evidentes».

«A reduzida inteligência política daquele conselho disciplinar vai ao extremo de reconhecer que pretende «julgar» um médico enquanto dirigente sindical, quando refere sempre o nome do colega Mário Jorge Neves como presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul», diz o sindicato, confirmando que este «comportamento persecutório tem um objec-

tivo político muito concreto, que consiste em intimidar a generalidade dos médicos, para que não tenham quaisquer veleidades de denunciar as actividades de grupos de «interesses estabelecidos» ou eventuais «negócios» à custa do erário público».

O sindicato afirma que «não é sensível a acções de intimidação», quer do poder político quer «dos «inquisidores» instalados no seio dos próprios médi-

cos» e declara-se disposto a defender «com toda a firmeza» a autonomia e independência da sua actividade sindical.

«Se os órgãos dirigentes nacionais da Ordem dos Médicos não anularem a decisão daquele conselho disciplinar regional, reconhecendo a respectiva ilegalidade, não resta outra solução senão a de interpor recursos judiciais para os Tribunais Administrativos», ameaça o SMZS.

## Às ordens

Face à insistente perseguição a Mário Jorge Neves por parte do Conselho Disciplinar do Sul da Ordem dos Médicos, a direcção do SMZS questiona: «Se é esta a sua concepção de intervenção, por que razão este conselho disciplinar não adoptou igual atitude face ao secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos devido à implementação e manutenção durante meses da chamada «greve self-service», que colocou tantas e delicadas questões éticas e deontológicas?»

Não tendo sofrido qualquer processo, foi-lhe, pelo contrário, atribuída «a medalha de mérito da Ordem dos Médicos, no Congresso Nacional de Medicina realizado a ano passado, em Coimbra». O SMZS explica esta situação pelo facto de que «a quase totalidade dos elementos da Secção Sul da Ordem, de que faz parte este conselho disciplinar, são membros e dirigentes do SIM», tal como um dos médicos queixosos, ex-director do Hospital de Setúbal. «Esta intolerável situação de promiscuidade entre estruturas distintas transforma esta secção regional num mero apêndice de uma organização estranha à Ordem que, numa lógica bem delineada, começa agora a distribuir processos disciplinares a self-service», acusa o sindicato.

O SMZS acusa a secção do sul da Ordem de agir de acordo com as «metodologias de acção da direcção do SIM» e não quando e como realmente devia. Como exemplos cita a ausência de medidas de contestação à não promulgação do «Acto Médico» e o silêncio que mantém sobre o conteúdo do decreto-lei que permite a alteração da prescrição médica de medicamentos genéricos a nível das farmácias. «E por que razão não solicitou formalmente a documentação entregue para analisar a existência de eventuais infracções aos códigos deontológico e disciplinar por parte dos quatro médicos?», questionam os sindicalistas.

«Esta secção regional e o seu conselho disciplinar são uns fiéis ressuscitadores da Ordem dos Médicos dirigida pelos «curadores» nomeados pela ditadura», afirma o SMZS considerando que «os métodos de perseguição pessoal e política são os mesmos».

## Ataque aos direitos

«A gestão da PT padece da síndrome da destruição dos direitos sociais.» A acusação é da Comissão de Trabalhadores da empresa, expressa em comunicado. A CT acusa a empresa de se preocupar unicamente com a «obtenção de lucros a qualquer preço, mesmo destruindo e ignorando os direitos e o bem-estar dos trabalhadores», denunciando ainda a cumplicidade de «alguns sindicatos da área do poder».

Como exemplos destacam o fecho de cantinas, bares, infantários e messes – processo cujo início data da assinatura do primeiro acordo de empresa, em 1995 – operado pela administração. A CT, que afirma tudo ter feito para alertar para as consequências desta situação, considera que «infelizmente esta «bomba ao retar-

dador» está a rebentar agora nas mãos dos trabalhadores que, no dia-a-dia, sentem toda a saga destruidora desta gestão, fechando tudo o que tem a ver com o social». Também aqui, a CT relembra que «aqueles que foram coniventes com as causas que permitem esta destruição vêm agora verter lágrimas de crocodilo», numa clara alusão aos, já referidos, sindicatos «da área do poder».

As dificuldades sentidas no relacionamento com outras estruturas de trabalhadores são notórias na questão do fecho dos infantários da empresa. No pagamento dos custos da Previdência Cautelar só dois sindicatos corresponderam com a sua parte, tendo a CT assumido o grosso das despesas. No que diz respeito à tentativa, a pedido da

Comissão de Pais, de avançar com uma acção judicial conjunta em nome dos sindicatos contra o encerramento, só o SINTTAV/CGTP-IN respondeu afirmativamente. Assim, a CT «não está satisfeita, bem pelo contrário, com o desfecho deste processo, o que é certo é que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance, outros certamente não poderão dizer o mesmo».

Outro problema prende-se com o sistema de incentivos. «A CT tem sido confrontada com diversas queixas sobre a discriminação que a gestão pratica na atribuição dos prémios por objectivos», tentando forçar os trabalhadores a abdicarem de direitos como as horas extraordinárias e das ajudas de custo.

Encontro de Associações de Estudantes do Secundário decide

## Dia 8 todos na rua

Paulo Marques, da Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário, fala das conclusões do encontro realizado em Coimbra, no sábado, e prevê uma grande participação na jornada de luta marcada para 8 de Fevereiro.

**- Quais as principais conclusões do II Encontro Nacional de Associações de Estudantes do Secundário?**

- Primeiro, há que realçar que o encontro foi convocado pelo Movimento de Associações de Estudantes de Coimbra. Isto quer dizer que a ideia não veio de nenhuma cúpula, foram as próprias organizações de estudantes, com necessidade de resolverem os seus problemas, que marcaram uma reunião nacional. O encontro teve centenas de dirigentes de dezenas de associações de estudantes. Para quem diz que os estudantes não são capazes, que não sabem o que estão a fazer, isto mostra como estão errados. Deslocaram-se a Coimbra pessoas da Madeira, do Algarve, de Setúbal, do Porto, de Braga, de todo o País... Quer dizer que os estudantes estão cá e querem discutir.

Na reunião falou-se muito da revisão curricular e de problemas concretos de muitas escolas, por exemplo, salas de aula que, quando chove, ficam com três palmos de água no chão.

Decidimos que o dia 8 será um dia nacional de luta, a nível nacional e de forma descentralizada. Cada concelho ou cada região faz a sua luta, de forma a trazer mais estudantes e informar mais pessoas. Concluímos que a luta é a melhor forma de resolver os problemas, é lutando que conseguimos suspender a revisão curricular e acreditamos que vai ser suspensa. Mas vai ser suspensa por nós, não pelo ministro. Não serve ir falar com ele 50 vezes ou mandar cartas, é preciso ir para a rua.



«É lutando que conseguimos suspender a revisão curricular e acreditamos que vai ser suspensa», diz Paulo Marques

cular e acreditamos que vai ser suspensa. Mas vai ser suspensa por nós, não pelo ministro. Não serve ir falar com ele 50 vezes ou mandar cartas, é preciso ir para a rua.

**- O que está previsto acontecer no dia 8?**

«Arranjámos um médico e agora vai abrir um gabinete de educação sexual»

- Primeiro, não haver alunos nas escolas. Segundo, onde houver capacidade de organização, haver manifestações, colocação de cartazes, RCAs (reuniões gerais de alunos), reuniões de delegados de turma... Foi ainda aprovado levar à Assembleia da República um abaixo-assinado para obrigar os deputados a discutir a revisão curricular.

**- Que apoios têm dos professores, de partidos, de outras organizações?**

- No ano passado, a 11 de Maio, no dia nacional de luta, a Fenprof saudou os estudantes. O Conselho Nacional de Educação e a Fenprof deram um parecer negativo à proposta de revisão curricular. Quando fomos à Assembleia da República, o grupo parlamentar do PS colocou muitas dúvidas. Na bancada do PCP sentimos que havia um real interesse e que encontrávamos ali um grande eco. O Bloco de Esquerda não nos disse nem que sim nem que não.

**- Como está neste momento o movimento dos estudantes do secundário?**

- Este ano lectivo já tiveram lugar várias manifestações: no Porto, Lisboa, Coimbra, Barreiro, Chaves... Sinto que o dia 8 vai ser um grande dia de luta e, a partir daí, a luta não vai parar. Só paramos

quando a revisão curricular for suspensa.

**- Como correu a «passagem de testemunho» dos dirigentes**

que entraram na faculdade este ano?

- Esta luta não é de meia dúzia de pessoas. É uma luta de massas. Se estiveram 70 mil pessoas na rua,

temos 70 mil dirigentes para agarrar as coisas. A luta não se ressent, ainda se reforça mais, porque vêm pessoas novas, com mais vontade.



## Educação sexual só com a ajuda dos alunos

**- Em que estado está a implementação da lei da educação sexual?**

- A lei foi aprovada em 1984, mas houve uma total inércia por parte do Governo em avançar com ela. Em 1999, a lei foi novamente aprovada. O processo de regulamentação era de três meses. Fruto da grande luta dos estudantes, a lei foi regulamentada primeiro a 10 de Agosto do ano passado e, depois dos estudantes mostrarem que discordavam com esta regulamentação, houve uma segunda a 17 de Outubro.

Essa segunda regulamentação não chegou às escolas, o que mostra que não há um interesse por parte do Ministério da Educação em fomentar a educação sexual. Assim como procurou não regulamentar a lei, também não está a querer aplicá-la. São os estudantes que estão a entregar a regulamentação da lei nas escolas.

**- E quando os conselhos executivos recebem a regulamentação, aplicam a lei?**

- Depende da vontade dos conselhos executivos. Onde há pessoas minimamente interessadas, acontece. Dou dois exemplos concretos. Na minha escola, a Escola Secundária de Santo André, no Barreiro, entregámos a lei e responderam-nos que não havia formação de professores nem dinheiro. Fomos ao centro de saúde, arranjàmos um médico e agora vai ser aberto na escola um gabinete de apoio à educação sexual. Na Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, em Almada, tentaram fazer o mesmo, mas nem no centro de saúde havia dinheiro. Não há interesse em fazer as coisas.

**- Quantas escolas estão a aplicar a lei?**

- Acho que educação sexual como está na lei, ou seja, de forma interdisciplinar, dada por todos os professores, nenhuma escola tem. Mas há pequenos exemplos, em sítios com alunos e professores interessados.

**- Outra reivindicação é a melhoria das condições materiais e humanas das escolas. A situação melhorou desde o ano passado?**

- Neste momento, as escolas portuguesas não têm condições. Existem dez cursos no ensino secundário. Aqui no Barreiro não há nenhuma escola que tenha os cursos todos. Conheço alunos que vêm do Montijo para ter aulas aqui. Na minha escola, chove nos laboratórios e nos pavilhões. A Escola dos Casquilhos, também no Barreiro, está em obras e não há Educação Física há dois ou três anos.

Há tempos, perguntámos ao ministro da Educação por que é que isto acontecia e ele respondeu: «Sabem, Portugal veio de um regime que não investia na educação...» Então, a gente pergunta: por que é que dão dinheiro às escolas pri-

vadas em vez de investirem nas escolas públicas? Se calhar, qualquer dia o dinheiro que investem nas escolas públicas a nível de equipamento é menor do que nas privadas. Não é assim hoje porque nós pressionamos, mas esse é o grande objectivo: degradar a escola pública e fomentar a escola privada.

**- Sente-se alguma melhoria desde que vocês apresentaram esta reivindicação, no ano passado?**

- As únicas escolas onde há melhorias é onde as associações de estudantes reivindicam coisas concretas. Nós sentimos que a luta é o único caminho, a única forma de resolver os problemas.

**- Tiveram alguma resposta quanto à suspensão da revisão curricular?**

- Há uma novidade: a revisão curricular já é lei desde dia 18. O Ministério da Educação disse que ia discutir com os parceiros educativos, mas onde está a discussão? A discussão é fictícia. Estão a enganar os estudantes, os professores e nós não podemos admitir isto.

## Politécnico da Guarda espera melhores dias

Uma delegação da JCP reuniu-se com a direcção da Associação de Estudantes do Instituto Politécnico da Guarda, na segunda-feira, no âmbito da campanha «Direitos não se pagam, conquistam-se».

No encontro, os representantes dos alunos apontaram os principais problemas daquela instituição, nomeadamente a elevada taxa de reprovacão em algumas cadeiras. Como resposta a esta questão, a JCP propõe a realização de uma avaliação do desempenho pedagógico do corpo docente.

Três cursos do instituto aguardam há dois anos e meio despacho por parte do Ministério da Educação para a abertura da licenciatura bi-etápica. «Entretanto, os alunos desses cursos esperam e desistem sem que o Ministério resolva o problema», comenta a JCP.

Por outro lado, a escola tem falta de salas de aula e, apesar de um pavilhão multiusos e a nova sede da associação de estudantes terem dotação orçamental no PIDDAC de 2000, nenhuma das obras arrancou. Para os jovens comunistas, isto «demonstra bem que a taxa de execução do PIDDAC é muito baixa».

A associação de estudantes referiu ainda a necessidade de haver transportes mais regulares entre o instituto e a cidade, «uma necessidade que se torna mais veemente nesta altura do ano, dadas as condições climáticas que caracterizam a nossa região».

Na reunião foi também realçado o facto das pequenas associações académicas, nomeadamente as do interior e as de institutos politécnicos, não terem o mesmo peso que outras, por exemplo ao nível das reivindicações junto ao Governo.



## LOURES Câmara defende indústrias

A propósito da situação da Companhia Portuguesa de TREFILARIA (Sacavém), o sector de empresas do PCP de Loures saúda a luta dos trabalhadores em defesa dos seus postos de trabalho e contra o encerramento da empresa, assim como a Câmara Municipal de Loures por manter a área onde a empresa se situa como espaço urbano «industrial a manter e beneficiar».

De facto, diz o PCP, é do interesse dos trabalhadores e do País que a TREFILARIA se desenvolva, mantendo, naturalmente, o emprego industrial com mais qualidade, salários e direitos e tendo em conta as exigências ambientais do nosso tempo, já que «uma indústria forte e sustentada» é essencial para Portugal.

De acordo com a orientação que defende, o PCP entende, pois, que deve ser dada prioridade à manutenção das actuais áreas de zonas industriais do concelho de Loures, ao contrário do que acontece noutros concelhos que têm preferido a viabilização de «grandes negócios imobiliários».

## BRAGA Recreio ou castigo?

A obra em curso no terreno da Escola Básica do 1.º Ciclo do Bairro Duarte Pacheco para instalação de taipais de zinco com mais de 2 metros de altura, à volta do recreio, numa extensão de mais de 100 metros do seu perímetro total, está a gerar preocupação e revolta nos pais das crianças e professores da Escola pelo grande isolamento que cria no recreio.

Uma delegação da Concelhia de Braga do PCP deslocou-se à Escola para inteirar-se do assunto, apurando que a obra está a ser realizada pelo pessoal da Câmara e à custa do Orçamento municipal, sem que a Direcção da Escola tivesse sido consultada. O PCP soube, ainda, que também o Centro de Área Educativa de Braga não fora consultado, o que se afigura estranho, dado tratar-se de um organismo do Ministério da Educação.

Face ao sucedido, o PCP dirigiu ao Presidente da Câmara um requerimento, solicitando informação sobre as razões que levaram a esta intervenção abusiva.

## BEJA Cooperativas dinâmicas

A Cooperativa de Habitação Económica Lar Para Todos concretizou a sua nona fase de construção, permitindo a mais de 92 famílias a aquisição de casa própria a custos controlados e afirmando a dinâmica do sector cooperativo - consumo, hotelaria, comunicação social e apoio à infância, entre outros - no concelho de Beja.

A Comissão Concelhia de Beja do PCP felicita, pois, a Cooperativa Lar Para Todos pelo seu êxito e saúda a Câmara Municipal de Beja por, apesar de não ser da sua competência, ter, mais uma vez, disponibilizado para este fim terrenos a custos reduzidos, permitindo mais uma resposta no sentido de resolver os graves problemas de habitação do concelho.

O PCP lamenta, contudo, as declarações da secretária de Estado da Habitação que, ignorando e omitindo as responsabilidades do Governo nesta matéria, remeteu para a autarquia a responsabilidade de ceder terrenos para a continuidade do trabalho daquela Cooperativa.

## FAMÕES Junta não sabe dialogar

Hoje não é fácil ser trabalhador na Junta de Freguesia de Famões, onde os trabalhadores são culpabilizados por cumprirem ordens incorrectas de membros do Executivo e ameaçados, depois, com processos disciplinares.

Por outro lado, os trabalhadores estão dois anos à espera de fardamento condigno com as suas actividades; alguns deles são transportados como gado para os locais onde diariamente laboram; continua a não existir um refeitório com condições dignas para uma refeição que, tomada por vezes num armazém de produtos químicos, combustíveis e ferramentas, resulta numa «aventura»; em caso de acidente, muitas vezes são responsabilizadas as próprias vítimas. Enfim, neste mandato, o diálogo foi substituído por um sistema «de ordem inquestionável» e berros.

O Sector de Empresas de Odivelas do PCP, a quem cabe a denúncia, solidariza-se, pois, com a greve realizada, na segunda-feira, pelos trabalhadores e considera que é altura de questionar o comportamento do Executivo da Junta de Famões.

Primeiras Jornadas Parlamentares do PCP/Açores discutem medidas a tomar

# Compensar custos da insularidade

**No âmbito da CDU, realizaram-se no último fim-de-semana, nas instalações da Assembleia Legislativa Regional, na Horta, as primeiras jornadas parlamentares do Grupo Parlamentar do PCP.**

Para além da discussão e tomada de decisões relativas ao funcionamento do grupo parlamentar e sua articulação com o PCP/Açores e das formas de divulgação do trabalho efectuado, realizaram-se dois painéis amplamente participados pela população: o primeiro relativo à reconstrução das ilhas do Faial e do Pico, o segundo sobre agropecuária.

Foi decidido criar um grupo de trabalho para preparar e sistematizar a posição do PCP em sede de revisão do sistema eleitoral e aprovaram-se algumas medidas legislativas a apresentar no imediato.

As Jornadas Parlamentares aprovaram, assim, a apresentação de um projecto de Decreto-Lei Regional sobre matéria fiscal e a preparação de novas propostas de alteração dos valores do complemento de

pensão, remuneração e acréscimo regional ao salário mínimo, assim como uma proposta de Resolução sobre a leptospirose.

O Coordenador Regional do PCP, José Decq Mota, fez, ainda, uma declaração sobre a questão da compensação dos trabalhadores pelos custos da insularidade - hoje de novo na ordem do dia -, que em breve irá ser discutida primeiro na Comissão, depois no Plenário da Assembleia Legislativa Regional.

### Trabalhadores decisivos

Decq Mota considera natural que esta questão volte a ser dis-

cutida, já que as medidas tomadas em 98 e 99, tendo sido «globalmente positivas», não esgotaram «a capacidade legal de redução da taxa do IRS», sendo que, por outro lado, os valores então encontrados para o Complemento de Pensão, a Remuneração Complementar para a Administração Regional e Local e o Acréscimo Regional para o Salário Mínimo Nacional «não representam compensações suficientes para os milhares de trabalhadores que ganham abaixo dos níveis de tributação».

O PCP e a CDU mantêm integralmente a posição que sempre sustentaram e, atendendo a todos os aspectos a levar em linha de conta, propõem uma solução global para o problema mas consideram que, neste processo, a acção e reivindicação dos trabalhadores é «absolutamente decisiva».

Neste quadro, são as seguintes as propostas do PCP/Aço-

res: redução, em quatro anos, da taxa de incidência do IRS dos 20% actuais até aos 30% que a Lei de Finanças Regionais permite, à média de 2,5% ao ano, a partir de 2001; aumento gradual do valor-base do Complemento de Pensão nos próximos 4 anos, com um crescimento anual até 2004 de mil escudos/ano; aumento gradual do valor base da Remuneração Complementar com um crescimento de mil escudos/ano até 2004; estudo da eventual alteração da percentagem do acréscimo ao Salário Mínimo Nacional, depois de conhecido o valor da actualização do Salário Mínimo Nacional.

De realçar nestas jornadas foi a participação de quadros do PCP e da CDU de várias ilhas, que trouxeram aos trabalhos as principais preocupações dessas ilhas, e a adesão participativa de muitas dezenas de cidadãos preocupados com as questões abordadas nos painéis sobre reconstrução das ilhas do Faial e do Pico e agropecuária.

## Situação nos Balcãs PCP lança abaixo-assinado

No prosseguimento da campanha nacional de esclarecimento e protesto contra o envolvimento de Portugal na guerra da NATO contra a Jugoslávia e as crescentes agressões e as ingerências do imperialismo na vida interna dos povos, o PCP lançou um abaixo-assinado a subscrever pelo maior número de portugueses.

Para o Gabinete de Imprensa do PCP, esta nova iniciativa, tomada no âmbito de uma campanha que tem o seu ponto mais alto na concentração que hoje se realiza junto à residência do 1.º Ministro, em S. Bento, tem também como objectivo protestar pelo facto de o Parlamento Europeu não ter expressado qualquer condenação da agres-

são da NATO contra a Jugoslávia nem reclamado a proibição das armas nucleares e químicas.

Aliás, é igualmente muito negativo que o PE não tenha «exigido responsabilidades a Javier Solana, ex-secretário-geral da NATO e actualmente secretário geral do Conselho da União Europeia», que, no discurso que proferiu na semana passada em Estrasburgo, «invocou em favor dos bombardeamentos nos Balcãs as posições maioritárias do PE nesse sentido» e, para ocultar os responsáveis nos crimes perpetrados contra as populações nos Balcãs, se «serviu das operações de rastreio da radioactividade no terreno encomendadas pelo governo português».

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### António da Cruz Duarte

Com 69 anos de idade, faleceu, no dia 15 de Janeiro, o camarada António da Cruz Duarte. Membro do Partido desde 1955, fez então parte da organização de agitação e propaganda. Emigrou depois para Inglaterra, fazendo parte, após o 25 de Abril, da organização do Partido em Londres. Era natural de Vila Franca de Xira, onde actualmente militava.

#### Ernesto Bastos Flávio

Faleceu, no dia 20 de Janeiro, com 88 anos de idade o camarada Ernesto Bastos Flávio, reformado do sector de Seguros, onde pertencia à célula da Companhia de Seguros Fidelidade. Foi eleito Presidente do Sindicato de Seguros do Sul e Ilhas em 1955 e reeleito em 1959. Foi procurador à Câmara Corporativa em representação do Sindicato até 1959, altura em que foi preso pela Pide no local de trabalho, tendo passado pelas prisões do Aljube, Caxias, Peniche, Hospital Prisão de S. João de Deus, em Caxias, voltando novamente à Prisão de Peniche, de onde foi libertado em 1963. Foi um militante sempre activo e dedicado à vida sindical e partidária até que a sua saúde debilitada o levou por vontade própria ao internamento na Casa de Repouso dos Inválidos do Comércio, de que era sócio.

#### Fernando Barbosa de Oliveira

Faleceu, no passado dia 17 de Janeiro, com 76 anos, o camarada Fernando Barbosa de Oliveira, natural de S. Mamede de



## Jaime Serra fez 80 anos

Muitas dezenas de militantes festejaram, na passada segunda-feira, o 80.º aniversário do camarada Jaime Serra, dirigente histórico do PCP.

No convívio, realizado no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, estiveram presentes numerosos funcionários

do PCP e familiares mais próximos do camarada, tendo cabido a Lúcia Araújo, membro da Comissão Política, falar sobre o destacado e importantíssimo papel desempenhado por Jaime Serra, ao longo dos seus 65 anos de dedicada militância.

Infesta. Membro do Partido desde 1950, participou em inúmeras batalhas antifascistas. Em representação dos trabalhadores, desenvolveu intensa actividade sindical, tendo sido Director-Secretário do Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros do distrito do Porto entre 1949-50 e Director-Presidente entre 1950-54, altura em que foi afastado pelo regime fascista. Exerceu de novo funções de Director-Presidente entre 1970-74 e 1990-96, ano em que se reformou. Foi membro de diversos organismos do PCP, entre os quais da Direcção da Organização Regional do Porto.

#### Miguel Alexandre Joaquim Parreira

Faleceu vítima de acidente de viação, com 21 anos de idade, o camarada Miguel Alexandre Joaquim Parreira. O camarada era membro do colectivo da JCP da freguesia do Carvalhal, concelho de Grândola.

#### Valentim Santos Pereira

Faleceu, no passado dia 16 de Janeiro, o camarada Valentim Santos Pereira, de 71 anos de idade. Fez parte da célula da Saúde da ORL e estava actualmente organizado na freguesia de Almada.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## BEJA Segurança Social volta ao distrito

Após reunião onde analisou as eleições presidenciais e manifestou a sua concordância com a ida às urnas do candidato do PCP, António Abreu, a Direcção da Organização de Beja do PCP reclamou a saída dos militares portugueses do Kosovo, apoiando a concentração que, nesse sentido, é hoje promovida pelo PCP junto à residência do Primeiro-Ministro.

Na apreciação à situação política e social no distrito, a DORBE saudou o regresso a Beja dos serviços distritais de Segurança Social, há anos transferidos para Évora pelo governo do PSD, problema que só agora o Governo do PS resolveu.

Entretanto, como o PCP e outras forças políticas e sociais da região têm reivindicado, é «indispensável que também os restantes serviços, empresas e competências retirados a Beja» nos últimos anos voltem ao distrito. E, face à «colocação da regionalização na gaveta», importa que o Governo avance com a prometida descentralização administrativa que tem vindo a adiar.

## OVAR Objectivo cumprido

Em análise aos resultados das eleições presidenciais, a Comissão Concelhia de Ovar lamenta que metade dos eleitores inscritos no concelho de Ovar não tenham exercido o direito de voto mas valoriza a forma digna como o acto eleitoral decorreu e saúda particularmente os comunistas que num quadro «adverso» não viraram a «cara à luta». E, tendo em conta as circunstâncias concretas que envolveram estas eleições e o facto de apenas existir lugar para a eleição de um candidato, os comunistas de Ovar consideram positiva a votação obtida por António Abreu.

Finalmente, a Concelhia do PCP salienta que o grande objectivo destas eleições - que não passava obviamente pela vitória eleitoral - foi cumprido também em Ovar, onde os militantes passaram a mensagem do Partido, «deixando sementes que não deixarão de brotar, mais tarde ou mais cedo».

## PORTALEGRE Governo lesa populações

Por sua vez, a Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP valoriza a acção desenvolvida pela candidatura de António Abreu e, reconhecendo embora que os resultados obtidos foram baixos, entende que eles não podem ser analisados fora do contexto concreto em que decorreram estas eleições, não podendo, por isso, ser extrapolados para eleições de «cariz totalmente diferenciado».

A DORPOR está, por outro lado, preocupada com o agravamento da situação social do distrito, fruto do continuado aumento da precariedade, do desemprego e da subida de preços dos bens de primeira necessidade.

Repudiando, ainda, as políticas governamentais de desmantelamento das empresas públicas, que se tem traduzido pela perda de qualidade dos serviços prestados, considera «inaceitável» a forma como o Governo pretende criar o Sistema Multinacional de Abastecimento de Água e Saneamento do Norte Alentejano, sem consulta aos municípios abrangidos, cujo património pretende transferir para uma empresa onde eles seriam minoritários, com claro prejuízo para as populações.

# Coragem política é preciso

**N**o passado sábado, em Lousada, numa indirecta ao Primeiro-Ministro, o patrão da SONAE terá afirmado: «É preciso ter a coragem de governar, o poder não tem piada nenhuma se não for exercido.» Substituindo «piada» por «sentido», estou de acordo com o sr. Belmiro de Azevedo. O Primeiro-Ministro deve seguir este conselho. E descobrirá muitas situações e áreas de intervenção governativa em que a coragem política tem faltado e o poder não tem sido exercido pelo Governo do PS.



Octávio  
Teixeira  
Membro  
da Comissão  
Política

Tendo de começar por algum lado, sugiro-lhe que comece por manifestar essa coragem e exercer esse poder em relação à SONAE e ao sr. Belmiro de Azevedo. Exemplifico.

Foi aprovada uma reforma fiscal, que se tornou possível pela iniciativa e com o empenho e intervenção do PCP. Pesem insuficiências por não ter ido tão longe quanto seria desejável, essa reforma prosseguiu alguns objectivos essenciais em matéria de fiscalidade: reduzir a

sociedades de cúpula (as chamadas *holdings*) dos grupos económicos (SGPS). Em síntese, as mais-valias obtidas pelas SGPS na compra e venda de acções e outras participações sociais (que só em 1998 atingiram os 320 milhões de contos) que até agora não pagavam impostos, passam a ser tributadas como lucros efectivos que são, embora o seu pagamento seja feito não de uma só vez mas em cinco prestações anuais. Significa isto que, por hipótese, se outros 320

## // A reforma fiscal teve necessariamente de ferir interesses ilegítimos //

milhões de mais-valias vierem a ser obtidos pelas SGPS (incluindo as do sr. Belmiro de Azevedo) em 2001, vão ter de pagar qualquer coisa como 100 milhões de contos de impostos. Tal como já sucedia, aliás, se as mais-valias fossem obtidas por qualquer empresa industrial na compra e venda de activo imobiliário. É evidente que isto «dói» aos grupos económicos, ao grande capital. E o sr. Belmiro de Azevedo foi o primeiro a reagir, anunciando a transferência para a Holanda da sede uma das suas *holdings*. Com o único objectivo de continuar a não pagar imposto sobre as mais-valias obtidas em Portugal. Ora, é precisamente por aqui que o eng. Guterres e o seu Governo devem começar para mostrarem coragem política e exercerem, de facto, o poder político com que estão investidos. Fazer os srs. Belmiros cum-

prirem todas as leis e todas as obrigações legais. Fazerem vigorar os acordos destinados a evitar a dupla tributação assinados com outros Estados, incluindo com a Holanda, que, nomeadamente, determinam que os impostos são pagos nos países em que estão as direcções efectivas das empresas. Aplicar a lei no que respeita a normas antiabuso, para impedir jogadas de «espertalhões». E assumir muito claramente, que quem foge para o estrangeiro para não pagar impostos não tem o mínimo direito de obter em Portugal quaisquer outros benefícios do Estado, incluindo subsídios para o que quer que seja.

### Os «gatos» legais

O mesmo sr. Belmiro de Azevedo, no âmbito duma entrevista à VISÃO do passado dia 18, deu a conhecer os seus rendimentos pessoais declarados em 1999 para efeitos de IRS. De acordo com aquela revista, os rendimentos do casal atingiram os 99.685 contos, e o IRS pago foi de 5.050 contos. Conheço um casal que, no mesmo ano, declarou rendimentos de 16.000 contos, tendo pago 4.000 contos de IRS! Como o IRS é um imposto progressivo, parece que aqui há gato. Na verdade o «gato» é legal. Entre as insuficiências da reforma fiscal, avulta a de o Governo e o PS não terem querido atacar a maior parte dos iníquos benefícios fiscais que existem. Entre as razões que terão levado a que um rendimento da ordem dos 100 mil contos pague 5.000 de impostos (em vez dos cerca de 34.000 contos que normalmente seriam devidos) avulta a do benefício fiscal decorrente dos donativos de 23.000 contos, particularmente para a... Fundação Belmiro de Azevedo! Afinal, quem subsidia aquela Fundação? O sr. Belmiro de Azevedo ou o Estado? Também aqui, no âmbito dos benefícios fiscais, ainda há muito campo para mostrar coragem política e ter sentido (ou piada?) o exercício do poder político.



Loures vai realizar em Abril  
uma Assembleia Municipal de Jovens

## A construção da democracia

«A construção da democracia na escola» e «O jovem cidadão e a autarquia» serão os temas em debate na Assembleia Municipal de Jovens que terá lugar em Abril, no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures.

Uma iniciativa da Câmara, em cooperação com as escolas do concelho, no âmbito das comemorações do 25.º aniversário da Constituição, que consagrou o poder local democrático.

Com esse objectivo, foi agora constituída uma Comissão Organizadora, que conta com a participação de 17 escolas do ensino secundário, terceiro ciclo e ensino profissional.

A Assembleia visa dar aos jovens a possibilidade de exercer uma responsabilidade pessoal e social, promover a formação de opiniões sobre a vida da comunidade, criar hábitos de reflexão e disponibilidade para ouvir pontos de vista diferentes, promover a aproximação entre representantes e eleitos, ajudar na procura de sentidos para a existência individual e colectiva.

Para os alunos da segunda fase do primeiro e do segundo ciclo, será editada uma brochura, «Conhecer a autarquia», composta por um *dossier* informativo para os professores e um conjunto de fichas de trabalho para os alunos. O objectivo é dar a conhecer aos jovens o funcionamento da autarquia ao nível das competências e responsabilidades no desenvolvimento do território, desafiando-os a estabelecer relações entre a organização da autarquia e a necessidade de dar resposta aos problemas da população.

Estas iniciativas decorrem do «Plano de desenvolvimento de educação cívica», lançado pelo município no ano lectivo de 1995/96, visando um maior empenhamento, por parte dos diferentes agentes educativos, na promoção de mais conhecimento, consciência crítica e envolvimento das crianças e jovens na resolução dos seus problemas.

Procurou-se, assim, aprofundar os objectivos do programa «Ligação da escola ao meio e do ensino à vida», que teve o seu início em 1990/91, privilegiando, como áreas de intervenção, a música, o teatro, o desporto, o património cultural, a leitura e a educação cívica. A adesão da comunidade escolar foi muito significativa, envolvendo, em 1990/91, 61 projectos (ainda com Odivelas) e em 1999/2000, 180 projectos.

### Educação cívica

No «Plano de desenvolvimento de educação cívica» foram contempladas novas áreas, nomeadamente a educação ambiental, educação para a saúde, educação intercultural, património natural e construído, educação para a cidadania, violência *versus* tolerância, direitos humanos e defesa do consumidor.

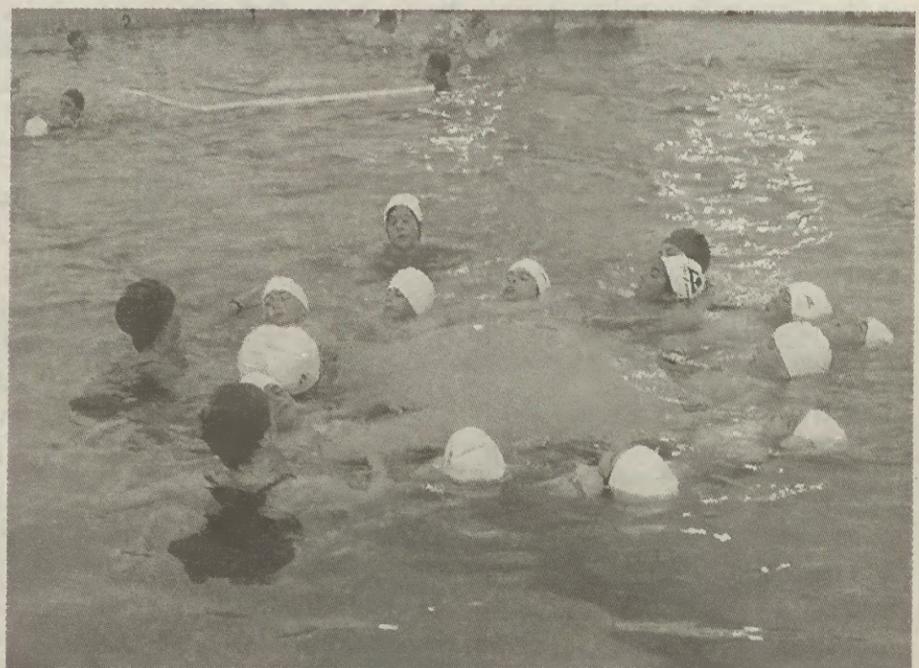
No ano lectivo de 1990/2000 estiveram envolvidos em projectos de educação

cívica, cerca de 670 professores e educadores e 12 000 alunos dos vários graus de ensino.

Para além do apoio a projectos, a autarquia coloca à disposição da comunidade escolar um conjunto de materiais documentais e audiovisuais, edita diversas publicações destinadas aos agentes educativos e, em Maio de cada ano, durante uma semana, organiza em conjunto com escolas, instituições de solidariedade social, associações de pais e outras entidades, uma mostra de projectos escolares.

Em Maio de 2000, a autarquia criou o CRAP – Centro de Recursos e Animação Pedagógica, um espaço privilegiado de ligação da escola ao meio.

Preteñe-se ainda a construção de uma rede de escolas na área da educação cívica. O



A autarquia também serve crianças e jovens

programa de ocupação de tempos livres, dirigido a crianças e jovens dos 5 aos 25

anos, é outra das iniciativas que se integra no espírito do plano de educação cívica, e

envolveu, em 2000, 23 agentes promotores, com 51 projectos e mais de 8 mil jovens.

## Barreiro aprova orçamento

O orçamento global da Câmara Municipal do Barreiro para 2001 regista um acréscimo de 4,8% em relação ao orçamento inicial de 2000. Este orçamento – há dias apresentado em conferência de imprensa – envolve um conjunto de investimentos de grande significado para o concelho, com destaque para o início da construção do Fórum Municipal, no Parque da cidade, e a elaboração dos Planos de Pormenor da Quimiparque e da zona ribeirinha.

Na apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para 2001, foi salientado o facto de a autarquia ter transferido para os Serviços Municipalizados de Transportes Colectivos do Barreiro, uma verba que inclui o apoio à exploração e o investimento nestes serviços.

As Juntas de Freguesia serão contempladas com transferências que incluem os encargos resultantes de descentralizações.

Com o objectivo de dotar o concelho de infra-estruturas necessárias ao seu desenvolvimento, a autarquia prevê a continuação de uma série de obras iniciadas em anos anteriores e o início de outras construções na área da habitação e urbanismo.

O Plano de Actividades inclui também diversas acções nas áreas do ensino, cultura, desporto e tempos livres, bem como na área social de apoio a instituições e associações vocacionadas para a defesa da população mais desprotegida. A todas estas acções está destinado mais de 20% do total do orçamento.

### Moções contra PIDDAC

Reunida em sessão ordinária, dia 27 de Dezembro, a Assembleia Municipal do Barreiro aprovou, por maioria, duas moções que contestam a exclusão, no PIDDAC para 2001, de vários investimentos que o concelho necessita e a população reclama.

Nas moções aprovadas considera-se que o Barreiro foi discriminado nos investimentos a cargo da administração central, comparativamente a outros concelhos do distrito, e lamenta-se a atitude do PS, «ao inviabilizar propostas que pretendiam incluir em PIDDAC obras e grande importância para a população».

Em causa estão, nomeadamente, a construção de um esquadra da PSP e de um posto da GNR, o Centro de Saúde na Freguesia de Santo António da Charneca e a necessidade de uma verba mais adequada para fazer face aos investimentos urgentes de que o Hospital do Barreiro necessita.

No que respeita à discriminação em relação ao Barreiro, uma das moções sublinha que «quando comparado com os restantes concelhos da península de Setúbal, os números de investimentos são significativos: 3 concelhos de maioria PS – 45 contos por habitante; 6 concelhos de maioria CDU – 19,7 contos por habitante; concelho do Barreiro – 11,8 contos por habitante».

### PONTINHA

#### Saúde de mal a pior

Os serviços de saúde pública da Pontinha têm vindo a registar uma crescente degradação.

Do balanço de um encontro entre representantes da CDU e a direcção do Centro de Saúde ressaltam os mais diversos problemas. Apenas cerca de metade dos habitantes de toda a freguesia requereram os cartões e os que se encontram prontos apenas serão distribuídos a partir de 2001. No que respeita ao quadro de pessoal, faltam oito enfermeiros e, dos quadros administrativos, 52% têm contratos a termo certo por seis meses ou provêm do centro de Emprego. Não existe serviço social, embora se reconheça a sua importância em toda a área abrangente. Não há nenhuma novidade quanto à construção de um novo centro de Saúde, continuando as instalações do actual num galopante processo de degradação.

Face a esta situação, a Assembleia de Freguesia da Pontinha exige a adopção de medidas de excepção para resolver o problema dos cartões de utente; a aprovação do quadro de pessoal, de forma a colmatar os enormes défices existentes; a implementação de um serviço de atendimento permanente; a aceleração do processo de construção do novo Centro de Saúde.

#### «Felizmente Há Luar!»

A encenação, pelo TEP – Teatro Experimental do Porto, de «Felizmente Há Luar!», de Luís de Sttau Monteiro, texto fundamental da literatura dramática portuguesa, tem vindo a registar um enorme êxito público, obrigando por vezes a duas representações diárias.

O espectáculo continuará em cena até 11 de Fevereiro, com uma representação diurna para escolas e uma sessão nocturna para o grande público.

A partir de dia 12, concluídas as representações nocturnas, passará a haver representações especiais para as escolas – no Auditório Municipal de Gaia – de manhã e à tarde.

## A preto e branco

Em Évora, as crianças e jovens do Bairro de Santa Luzia deverão dispor brevemente de um espaço de lazer. Por proposta da Junta de Freguesia local, a Câmara vai requalificar um espaço até à data sem utilização específica, e que será transformado uma parte em zona de recreio e outra num pequeno polidesportivo destinado à prática de jogos informais. Prevê-se que a obra esteja concluída no primeiro semestre do corrente ano.

Tal como muitos outros bairros de Évora, o Bairro de Santa Luzia teve origem clandestina e passou por um processo de reabilitação urbanística em fins da década de 70. Nos anos 80, o bairro registou um significativo aumento populacional, o que naturalmente gerou novas necessidades em termos de melhoria do índice de qualidade de vida. A criação deste espaço é uma das iniciativas no sentido de dar resposta a essas necessidades.

Trazer o teatro ao concelho da Moita e levar pessoas aos espaços culturais, formar espectadores e criar hábitos culturais, são as principais razões que levaram a câmara municipal a promover mais uma edição do projecto de intervenção na área do teatro, denominado «Teatrando».

Assim, entre Janeiro e Fevereiro, vão ser facultadas idas ao teatro, quer aos idosos das sete Associações e Centros de reformados do Concelho quer às crianças e jovens dos diferentes ciclos das escolas básicas.

A Associação de Pais da escola primária n.º 1 de Ovar,

com 280 alunos, denunciou, a semana passada, o estado em que se encontra o edifício, com «infiltrações de água a perigar o sistema eléctrico, casas de banho sem portas, caleiras podres, soalhos abatidos ao nível do primeiro andar e até andaimes num pátio interno, por onde às crianças trepam, pondo em risco a sua integridade física».

No edifício, um antigo quartel construído nos princípios do século XX, funcionam seis salas do ensino primário, uma da pré-primária e outra do ensino especial. As últimas obras realizadas no edifício, uma «intervenção cosmética» segundo representantes da Associação de Pais, foi já há sete anos.

Novecentos alunos da escola básica Francisco Manuel de Melo, na Venteira, Amadora, estiveram em greve, no passado dia 18, e manifestaram frente ao município, reivindicando um pavilhão gimnodesportivo, cuja construção está prevista há 20 anos. A greve contou com o apoio da direcção da escola.

No ano passado, as aulas de educação física decorriam num pavilhão cedido pela Câmara Municipal da Amadora, mas, por considerar haver falta de segurança, a Associação de Pais cancelou a disciplina este ano.

Além do gimnodesportivo, os estudantes reivindicam o arranjo do actual campo de jogos.

O novo pavilhão irá beneficiar também uma outra escola secundária situada ao lado.

«Os Verdes» alertam  
para a ameaça do plutónio

# O perigo nuclear está de volta

«O perigo nuclear está de volta.» Este o alerta lançado por «Os Verdes» na Assembleia da República, face aos carregamentos de plutónio, atravessando águas da zona económica exclusiva ou das Regiões Autónomas.

A passagem dos navios *Pacific Teal* e *Pacific Pintail*, não passou despercebida. Apesar da falta de informa-

O mais pequeno acidente – e os acidentes acontecem – provocaria «danos irreparáveis e de dimensões incalculáveis na nossa

vida e no nosso futuro, com consequências que estão muito para além daquilo que o conhecimento humano pode hoje, com rigor, prever».

**Bastaria um grama de plutónio para destruir o equilíbrio ecológico**

Danos irreparáveis que significariam, por exemplo, a destruição dos nossos ecossistemas, a contaminação de toda a cadeia alimentar e que «afectariam, pelo seu elevado potencial cancerígeno, durante gerações e gerações, a saúde dos portugueses».

Em comunicado de imprensa, «Os Verdes» afirmam mesmo que «um grama de plutónio é capaz de provocar cancro de pulmão a cerca de um milhão de pessoas».

**Não é um caso isolado**

Este transporte de plutónio, de que – uma vez mais – as águas dos Açores e Madeira não ficaram de fora da sua rota, não é uma situação única.

Trata-se, como denunciam «Os Verdes», de «um transporte marítimo que não é singular, que tem ocorrido duas a três vezes por ano sem qualquer interdição por parte de Portugal. Plutónio reprocessado procedente do Reino Unido e da França, com des-



tino ao Japão, ao abrigo de um programa nuclear que se prolongará, admite-se, por duas décadas e que envolve transporte marítimo e nas suas diferentes rotas atinge invariavelmente Portugal».

Recorde-se que, no caso da Região Autónoma dos Açores, já no Verão de 1999 foi autorizada a passagem, pelas suas águas, de toneladas de plutónio com destino ao Japão.

Três anos antes, igual carga mortífera foi autorizada a penetrar 40 milhas nos nossos mares, na Região Autónoma da Madeira.

Trata-se, assim, de uma situação de risco nuclear que não é nova, «como nova não tem sido a passividade do Governo nem o seu silêncio perante a opinião pública», denunciam «Os Verdes».

Neste quadro, o partido ecologista lembra que sempre se opôs a este tipo de transportes e que, no sentido de garantir a segurança das pessoas e dos ecossistemas, apresentou um projecto de lei na Assembleia da República – rejeitado por PS, PSD e PP – que atribuía base legal ao Governo para interditar a passagem de navios com carga nuclear na nossa zona económica exclusiva.



## Parque natural de Montesinho

• José Brinquete

Com a tomada de posse do novo Director do Parque Natural de Montesinho, arquitecto João Herdeiro, em 12 de Janeiro, interessa reflectir sobre os seguintes aspectos:

1. O PNM foi criado em 1979, portanto há mais de 20 anos. É sabido que perante a lei uma área protegida desta natureza terá de, nos primeiros cinco anos, elaborar e aprovar um Plano de Ordenamento. O PNM continua a funcionar, ilegalmente claro, sem este instrumento de trabalho. A pergunta que se coloca é: **de quem é a responsabilidade?**

2. Com a publicação em *Diário da República* – 1 Série-B de 4/4/97, do Decreto Regulamentar n.º 5-A/97, de 4 de Abril, foram instruídos dois órgãos para o regular funcionamento do PNM a saber: a Comissão Directiva e o Conselho Consultivo.

a) **Comissão Directiva** – Tomou posse em 7 de Abril de 1997 e, ao que se sabe, não funcionou com a regularidade estabelecida por lei.

Perguntas necessárias:

– **Quantas vezes reuniu a Comissão Directiva durante estes cerca de 4 anos?**

– **Que trabalho desenvolveu? Sendo o mandato de 3 anos e tendo terminado em Abril de 2000, por que é que ainda não foi substituída ou relegitimada?**

b) **Conselho Consultivo** – Este órgão fundamental ao normal funcionamento do PNM, quatro anos após a sua criação, ainda não existe, nem funciona, porque não foi instalado, por não ter sido sequer constituído. A pergunta que inevitavelmente se faz é: **de quem é a responsabilidade?**

3. O PNM, ao mesmo tempo que tem tido centenas de milhares de contos em dotações do PIDDAC (cerca de 3,5 milhões de contos entre 1994 e 2000) parece ter funcionado, nestes últimos anos, sem planos de actividades e orçamentos anuais ou plurianuais, devidamente aprovados pelas estruturas legitimamente estabelecidas pela legislação atrás referida.

A pergunta que se coloca é a seguinte: **com que critérios têm sido aplicadas tão elevadas verbas e de quem é a responsabilidade de não existirem planos e orçamentos devidamente aprovados?**

4. A Assembleia Municipal de Bragança, em sessão de 30/06/00,

aprovou por maioria com uma abstenção, uma moção apresentada pela CDU, onde exigia por parte do Governo (Ministério do Ambiente e ICN – Instituto de Conservação da Natureza) medidas urgentes para repor a legalidade e o funcionamento regular da área protegida Parque Natural de Montesinho. A pergunta é: **que resposta teve até hoje o órgão máximo do Município, Assembleia Municipal, por parte do Governo a esta sua pretensão?**

5. Estando a Câmara Municipal de Bragança representada, tanto na Comissão Directiva como no Conselho Consultivo, a pergunta que se coloca é: **qual o papel da autarquia de Bragança e a sua responsabilidade no estado actual (caótico) do PNM?**

Sendo de crer que, com a tomada de posse do novo Director do PNM, a tendência será de regressar à normalidade e fazer funcionar a instituição (não bastando promover na comunicação social a imagem do Parque, como foi dito na tomada de posse) importa não esquecer o que devem ser questões centrais na política de defesa do ambiente numa área protegida como é o PNM, nomeadamente:

a) não deve ser confundida a realidade paisagística, humana e cultural, que é positiva, com o real funcionamento do Parque como instituição, que até agora tem deixado muito a desejar;

b) as áreas protegidas de presença humana, como é o caso, podem e devem ser lugares privilegiados para a concretização de planos de desenvolvimento sustentados;

c) os interesses das populações não são inconciliáveis com a conservação da natureza, desde que haja vontade política de encontrar soluções concertadas numa perspectiva de desenvolvimento integrado, passando a busca dessas soluções pela imprescindível e obrigatória participação das populações no processo de decisão.

Porque todos nos orgulhamos do Parque Natural de Montesinho, repudiamos e rejeitamos todas as medidas tendentes à sua descaracterização e desprestígio, assim: **exigimos ao poder político que assumia e cumpra as suas responsabilidades institucionais.**

## Manhattan

### em terrenos contaminados

A descontaminação dos terrenos dos antigos estaleiros da Margueira, em Almada, e os impactos ambientais resultantes da transferência da empresa de reparação naval para a península da Mitrena, em Setúbal, são algumas das preocupações salientadas por «Os Verdes», na reunião da Comissão Executiva Nacional, sábado passado.

«Os Verdes» lembram que a indústria naval operou na Margueira ao longo de 30 anos, impondo-se o urgente «tratamento dos cerca de 45 hectares de solo contaminado com metais pesados e outras substâncias perigosas».

O partido ecologista manifesta ainda preocupação quanto aos projectos que poderão surgir na zona e con-

sidera que «a tão publicitada *Manhattan* não pode avançar sob pena de prolongar a forte barreira que sempre existiu e que tem separado as populações de Almada do rio».

Recorde-se que a proposta, conhecida por *Manhattan de Cacilhas*, prevê para os mais de 40 hectares de terreno dos estaleiros da Lisnave uma área de construção para 15 mil habitantes, com edifícios até 80 andares.

A Câmara de Almada decidiu entretanto lançar um concurso para a elaboração de um plano de urbanização para uma área com mais de 100 hectares, entre Cacilhas e a Cova da Piedade, que abrangem os estaleiros da Lisnave.

A proposta prevê que a autarquia lance um concurso

público internacional para a execução de um plano de urbanização destinado a requalificar uma área degradada de 115 hectares, entre Cacilhas, Margueira Velha, estaleiros navais da LISNAVE, Mutela, Caramujo-Romeira e centro histórico da Cova da Piedade.

«Os Verdes» consideram, por outro lado, que a transferência da Lisnave para a Mitrena, em Setúbal, de par da construção de um aterro de resíduos industriais, «farão com que aquela zona, já tão sobrecarregada, fique sujeita a um impacto ambiental muito grave».

A opção do Governo, denunciam, é «sobrecarregar ainda mais os locais e as zonas que já estão degradados do ponto de vista ambiental».

# A desactualização dos cadernos eleitorais

• António Filipe

Em vésperas da realização do último acto eleitoral, o país foi alertado, através de uma investigação jornalística, para a manifesta desactualização do recenseamento eleitoral. De acordo com a reportagem publicada, do confronto dos dados do INE relativos ao recenseamento da população com os dados constantes da Base de Dados do Recenseamento Eleitoral, estariam inscritos nos cadernos eleitorais qualquer coisa como meio milhão de cidadãos já falecidos. Confrontados com estes números na Assembleia da República por

PS não teria obtido nas últimas eleições 115 Deputados, mas apenas 114. Não estamos em condições de determinar com rigor se seria assim ou não, mas esta estimativa chama a atenção para a gravidade que pode assumir este problema da desactualização do recenseamento. Agora, onde o caso é verdadeiramente grave é no dos referendos nacionais. É que, na medida em que o carácter vinculativo dos referendos depende da participação da maioria dos eleitores, acontece que os mortos votam. Para que qualquer referendo nacional seja vinculativo, é preciso que votem mais de 50% dos eleitores, o que significa

que os mortos que estão nos cadernos eleitorais, como não votam, contribuem para reduzir as possibilidades do referendo ser vinculativo. Estamos assim confrontados com uma situação paradoxal e que seria caricata se não fosse grave. O que é preocupante nesta situação é que ela decorre de uma enorme incúria da parte do Governo. De facto, a Lei do

Recenseamento Eleitoral, que foi aprovada na Assembleia da República em 4 de Fevereiro de 1999 e publicada em Março desse ano, determinou a obrigatoriedade da actualização mensal do recenseamento e criou mecanismos para esse efeito.

No caso concreto dos eleitores já falecidos, a lei determina que a Direcção-Geral dos Serviços de Informática do Ministério da Justiça envie, mensalmente, ao STAPE relação dos cidadãos falecidos. E compete ao STAPE comunicar esses dados às comissões recenseadoras para que sejam officiosamente eliminadas as respectivas inscrições. Acontece que, pelos vistos, nada disso é feito, pelo menos na maioria dos casos. Apesar da lei prever sanções graves para o seu incumprimento. Com efeito, a lei pune com pena de prisão até seis meses ou pena de multa até 60 dias os responsáveis pelo envio da relação dos cidadãos falecidos que não cumpram essa obrigação, e pune com prisão até um ano e multa até 120 dias os responsáveis pela eliminação officiosa de inscrições que recusem efectuar tais eliminações.

Ao lembrar isto, não se está a defender aqui que se metam pessoas na cadeia devido à desactualização dos cadernos eleitorais, mas simplesmente a chamar a atenção para o facto de a lei não estar a ser cumprida e o Governo não estar (ou se está não parece) preocupado com essa situação e com as consequências que ela pode ter.

É que de pouco vale ter boas leis se depois o Governo prima pela incúria quando se trata de as fazer cumprir.



iniciativa do PCP, o secretário de Estado da Administração Interna desmentiu tão elevado número de cidadãos já falecidos ainda inscritos nos cadernos eleitorais. Não serão quinhentos mil – segundo afirmou – mas admitiu que possam ser uns duzentos mil. O que, convenhamos, para um recenseamento eleitoral que, nos termos da lei, deve ser actualizado mensalmente, continua a ser um número excessivamente elevado. É verdade que em eleições presidenciais a situação não tem consequências graves. Desde que os mortos não votem, tudo ficará por um aumento meramente nominal da abstenção. Só que não é assim em todas as eleições. É sabido que no caso das eleições autárquicas, em que o número de vereadores das câmaras municipais depende do número de eleitores, é evidentemente possível que alguns municípios tenham um número de vereadores que não corresponde ao que deveriam ter se o número de eleitores inscritos correspondesse ao número real de eleitores. Mas, também não é por aqui que virá mal ao mundo.

O caso começa a ser mais grave no caso das eleições para a Assembleia da República, na medida em que a distribuição de mandatos por círculos eleitorais de acordo com o número de eleitores recenseados pode não corresponder à realidade e consequentemente distorcer tal distribuição, o que é susceptível de influenciar na secretaria os resultados eleitorais, podendo evidentemente beneficiar umas forças políticas e prejudicar outras. A reportagem que despoletou este caso referia umas contas segundo as quais, se os cadernos estivessem actualizados, o

Porto - capital europeia da cultura

## Prestigiar a região e o País

O deputado comunista Honório Novo congratulou-se pela forma como decorreu a inauguração do Porto 2001 e fez uma apreciação globalmente positiva à sua programação.

Tal não invalidou, porém, que tecesse críticas aos percalços do projecto, muitos deles «desnecessários e evitáveis», considerou. Como não escondeu a sua preocupação quanto a questões que «podiam ter sido tratadas e resolvidas de forma bem diferente». É o caso das obras de requalificação urbana, com nefastas consequências no tecido empresarial do pequeno comércio, e que estiveram na base, aliás, da apresentação de um projecto de resolução do PCP pugnando por medidas de apoio (ver caixa).

Merecedor de um sério reparo crítico de Honório Novo, que falava no período

antes da ordem do dia, foi também o futuro modelo de gestão e financiamento da Casa da Música, sobre o qual expressou a sua preocupação, que tornou extensiva ao facto de este equipamento considerado a «imagem de marca» do Porto 2001 só vir a estar concluído lá para o ano. Não deixou ainda de chamar a atenção para os atrasos na entrada em funcionamento do Auditório Nacional Carlos Alberto e na futura Casa da Animação, «bem mais tarde do que o previsto». «São factos como estes que podem vir a apoucar a imagem do Porto - Capital Europeia da Cultura», sustentou.

Apesar das preocupações por si manifestadas, foi de confiança a mensagem deixada pelo deputado comunista. Honório Novo acredita que o «Porto vai centrar as atenções dos europeus, vai promover os valores universais da Arte e da Cultura, vai saber prestigiar o nome da região e do País perante quem o visitar, vai assegurar que criadores de todos os tempos, de muitas origens e lugares, possam viver e conviver com os seus públicos, para os seus públicos».

E não menos importante, assinalou, é o «vasto conjunto de investimentos» associados à iniciativa, investimentos com carácter perdurável destinados a «recuperar e construir equipamentos», e «proceder a uma vasta operação de requalificação urbana» com vista a no futuro «concretizar uma profunda recuperação habitacional e uma extensa revitalização económica».

## Projecto de resolução em apoio ao comércio

Minorar as consequências negativas que as obras do Porto 2001 tiveram na actividade empresarial da cidade, tal é, em síntese, o sentido das medidas preconizadas pelo Grupo Parlamentar do PCP num projecto de resolução por si entregue na Assembleia da República.

O projecto prevê que este órgão de soberania se pronuncie pela necessidade de o Governo criar com urgência uma linha de crédito com juros bonificados, destinada às pequenas empresas de comércio tradicional, restauração e similares «gravemente atingidas» pelas obras de requalificação urbana em curso na Baixa da cidade.

A iniciativa do PCP prevê igualmente que o Governo, «como parte interessada, promova iniciativas destinadas a permitir a criação de condições que viabilizem a utilização das verbas previstas ao abrigo do Programa URB-COM».

Entre as várias razões por si elencadas para a apresentação do projecto de resolução, os deputados comunistas destacam o facto de a realização das obras ter provocado enormes

quebras na actividade daquelas pequenas empresas – há testemunhos que apontam para uma diminuição de facturação na ordem dos 70 e 80 por cento –, «com graves e inevitáveis prejuízos e com o espectro, em alguns casos já concretizado, do encerramento de estabelecimentos».

Recordada é ainda a circunstância de as intervenções – muitas, contíguas e adjudicadas a empreiteiros diferentes – terem sido lançadas quase todas em simultâneo, muitas delas com «incompreensível desconhecimento da natureza e da situação precisa das infra-estruturas já instaladas, com planeamentos e programações pouco adaptadas à localização das obras» e com prazos que «na esmagadora maioria dos casos foram e estão a ser largamente ultrapassados».

O Grupo comunista defende por isso que a situação exige que «a Assembleia da República se pronuncie e tome iniciativas» que se assumam como um «acto público de solidariedade para com estes empresários e trabalhadores», permitindo minorar a crise económica e financeira entretanto criada.

## Vicente Merendas em Alcobaça

O deputado comunista Vicente Merendas solidarizou-se com os professores e alunos da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento de Cister, actualmente a braços com vários problemas, incluindo bolsas e salários em atraso, prometendo levar o assunto à Assembleia da República.

O compromisso foi assumido no decorrer de uma visita ao concelho de Alcobaça, realizada na passada semana, onde contactou com várias entidades e teve oportunidade

de se inteirar sobre os principais problemas que afectam a região. É o caso da linha do Oeste em relação à qual se verifica a redução de um número significativo de comboios e o encerramento parcial de várias estações, o que está a afectar a população.

Vicente Merendas, acompanhado por membros da concelhia do PCP, visitou também a Baía de S. Martinho do Porto, tendo na oportunidade dado a conhecer a posição da bancada comunista recentemente expressa na

Assembleia da República sobre a progressiva degradação ambiental que atinge aquele património natural.

Destaque ainda para o encontro que manteve com a Direcção da Estação Nacional de Fruticultura Vieira Natividade, hoje alvo de um processo de esvaziamento de trabalhadores e técnicos superiores que levou a que o seu quadro de pessoal esteja reduzido em 50 por cento, estando limitada a cinco técnicos, dos quais apenas um é da carreira de investigação.

# Armas de urânio

• Anabela Fino

## A ponta do icebergue

**O** rol de declarações contraditórias, de desmentidos formais e de mentiras descaradas dos últimos dias revela até que ponto os responsáveis políticos e militares dos países membros da NATO estão desorientados com a polémica gerada em torno das armas com urânio empobrecido (*depleted uranium, DU*). Numa altura em que já não restam dúvidas estarmos perante a ponta de um icebergue de dimensões e consequências incalculáveis, é de temer que uma cortina de silêncio caia sobre o assunto.

Poucos dias passaram desde que um comunicado do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) confirmou a deteção de plutónio e de um isotópico artificial do urânio (236) no teatro de guerra dos Balcãs, mas já são outros os temas que ocupam as primeiras páginas dos órgãos de informação. Dir-se-ia, no que toca a Portugal, que a promessa de análises completas e rigorosas, feita pela equipa científica que se deslocou aos Balcãs, bastou para colocar uma pedra sobre o assunto. E, no entanto, uma pequena discrepância salta desde logo aos olhos mais desatentos: se os cientistas, como afirmaram, necessitam de dois meses para apresentar as suas conclusões, como é possível dizer desde já que está tudo bem com o pessoal que prestou ou presta serviço nas zonas de risco? A insistência com que se tem falado da

normalidade dos níveis de radiação assemelha-se cada vez mais, à luz dos factos que vêm sendo divulgados, a uma manobra de diversão. De acordo com a opinião de reputados cientistas das mais diversas nacionalidades, o perigo está menos na radioactividade do que na toxicidade das munições utilizadas. E se, como revelou o PNUMA, para além de munições de urânio empobrecido foram utilizadas munições com urânio reciclado, a toxicidade é ainda maior e de proporções desconhecidas. A semana passada, numa audição promovida no Parlamento Europeu pelo Grupo da Esquerda Europeia Unitária/Esquerda Verde Nórdica, Abraham Béhar, presidente da Associação Internacional dos Médicos pela Prevenção da Guerra Nuclear, e Prémio Nobel da Paz em 1985, revelou que as evidências acumuladas e os

estudos epidemiológicos já feitos identificam dez síndromas e patologias coincidentes entre as vítimas militares e civis nos teatros de guerra do Golfo (1991) e dos Balcãs (1994 e 1999). As diferenças respeitam apenas ao tempo em que os efeitos se manifestam. Como não admitir então a existência de uma causa comum?

### Insignificâncias...

A exemplo do que haviam feito em relação ao uso de armas com urânio empobrecido, a NATO e o Pentágono minimizam agora os perigos para a saúde pública que podem resultar dos vestígios de plutónio encontrados nos Balcãs. O porta-voz da Aliança, Mark Laity, afirmou que «se sabe desde há algum tempo que pode haver traços de urânio 236 e de plutónio no urânio empobrecido», mas garantiu que «de acordo com peritos independentes, foram encontrados em níveis tão baixos que não representam nenhum motivo de preocupação». Citando um relatório dos EUA datado de 13 de Dezembro, Laity assegura, por outro lado, que os vestígios de plutónio encontrados são tão insignificantes que «do ponto de vista sanitário, a presença de quantidades tão pequenas de plutónio é irrelevante».

Idêntica é a posição do Pentágono, para quem esses «restos» de plutónio são «cientificamente insignificantes». Segundo o tenente-coronel Paul Phillips, os vestígios de plutónio foram detectados nas existências de urânio enriquecido que o Departamento de Energia fornece ao Departamento de Defesa para fabrico de munições.

### ... para quem?

«Insignificante» será certamente uma classificação que 100 000 norte-americanos e pelos menos 6000 britânicos, veteranos da guerra do Golfo, não usam para descrever o estado em que se encontram, dez anos depois de terem participado na guerra. Num encontro realizado a semana passada em Madrid, no âmbito da



# Armas de urânio

## A ponta do icebergue

Campanha pelo Levantamento das Sanções contra o Iraque, a sargento norte-americana Carol Picou e o oficial britânico Ray Bristow deram conta das suas dramáticas experiências. Picou, enfermeira, esteve no Golfo em 1991, integrando uma unidade de 150 elementos; 40 dos seus companheiros adoeceram rapidamente, e dez deles morreram. Ela adoeceu ao regressar aos Estados Unidos. Hoje sofre de danos cerebrais, dores musculares, incontinência, entre outros problemas. Não recebe nenhuma ajuda médica do Pentágono, que a dispensou em 1995, porque aquela instância não considera existir qualquer relação entre a sua

estranha doença e a participação na guerra. Ray Bristow esteve na Arábia Saudita apenas entre Janeiro e Março de 1991, mas apresenta um nível de urânio no seu organismo cem vezes superior ao normal. Bristow sofre de danos cerebrais, dores nas articulações, fadiga crónica, claustrofobia, entre outras coisas, sendo forçado a deslocar-se numa cadeira de rodas. Tal como a sua congénere norte-americana, não recebe ajuda médica oficial. Ambos os veteranos acreditam que os casos conhecidos da «síndrome dos Balcãs», em tudo idêntica à «síndrome do Golfo», são apenas a ponta do

icebergue de um drama ainda por descobrir, e aconselham que se tomem medidas para que a sua experiência não se repita. Esta semana, enquanto os prosseguiam as garantias de não haver nenhuma prova científica que ligasse as armas utilizadas no Golfo e nos Balcãs à «misteriosa doença», foi declarado o primeiro conhecido entre os soldados russos no Kosovo. À falta de «provas», sobejam os casos, e ainda nem sequer se conhece, com profundidade, a situação das populações dos países bombardeados... por razões ditas humanitárias.



## A «parvoíce» de Scharping ou o exemplo alemão

O ministro alemão da Defesa, Rudolf Scharping, acordou a semana passada cheio de preocupações. Quer agora saber, «com toda a preocupação que suscita a palavra plutónio», que armas usaram os amigos norte-americanos nos Balcãs. É uma preocupação tardia. Como recordou Klaus Bednarz, director do programa da ARD «Monitor», no passado dia 18, «já há dois anos, durante a guerra do Kosovo, que o «Monitor» informou sobre os perigos para a saúde das populações e dos soldados resultantes das munições de urânio».

Nessa altura, lembrou o jornalista, o ministro reagiu da seguinte forma: «O que o «Monitor» diz é uma parvoíce.» As consequências da «parvoíce» estão à vista: «Hoje há casos de leucemia e de outros tipos de cancro entre os soldados que estiveram em contacto com os restos de urânio. Mas segundo as nossas investigações; não se trata só de urânio mas também de uma substância ainda muito mais perigosa, o plutónio.» A confiança de Scharping era ainda uma evidência em 10 de Janeiro de 2001, quando disse taxativamente que «não existe um risco de contaminação, uma vez que as radiações de urânio são inferiores às radiações naturais.» Estranha convicção esta, até porque o «Monitor» já tinha mostrado em Abril de 1999 um vídeo de treino do exército americano em que os resíduos de uma granada de urânio são removidos em fatos de protecção e máscara. Nesse

mesmo vídeo, lembra Klaus Bednarz, diz-se: «se não se tomarem estes cuidados existe perigo de morte». O programa da ARD mostrou ainda imagens de crianças no Kosovo a brincar com os restos de um tanque destruído por granadas de urânio da NATO, sublinhando que ninguém as avisou de que se encontravam em «perigo de morte». Na óptica de Scharping isso seria certamente «uma parvoíce».

### Segredos e mentiras

A ocultação de informação na Alemanha vem de longe. Notícias vindas a público recentemente dão conta do resultado dos exames a que foram submetidos, desde 1990, os 99 soldados que manipulam aviões de guerra com radares (Avak): 66 adoeceram com cancro, e destes já morreram 22. As idades das vítimas não ultrapassam os 40 anos. O governo alemão sabia e nada disse. Tal como Scharping não disse que, imediatamente após a emissão do «Monitor» de Maio de 1999, especialistas do Ministério da Defesa chegaram à seguinte conclusão: «Na montagem de acantonamentos é necessário evitar terrenos onde se tenha verificado uma contaminação por rebentamento ou onde as poeiras tenham contaminado os solos.» Ainda segundo o «Monitor», cuja reportagem mostrou soldados do exército

jugoslavo em Presevo juntando granadas de urânio da NATO que não chegaram a rebanar, bem como o local onde estão guardadas em Belgrado, desde princípios de 2000 que o Ministério da Defesa alemão possui informações fornecidas pelo Ministério da Energia dos EUA sobre a existência de Plutónio nessas granadas fabricadas com resíduos de centrais atómicas. E nada disse. O que falta, na Alemanha como em Portugal, na Itália como na França ou em qualquer outro país da NATO, não é informação mas uma política de verdade e de preocupação com os povos. Como afirma o cientista militar norte-americano Dan Fahey, «as investigações feitas pelo Ministério da Defesa dos EUA provaram que as munições de urânio provocam cancro. Este estudo foi feito nos últimos dez anos. E existem também os estudos resultantes da guerra do Golfo sobre os efeitos das munições de urânio, que provam que logo que esta substância é ingerida quer através do ar que se respira ou da cadeia alimentar provoca cancro». Por isso mesmo Doug Rokke, físico dos EUA, não hesita em afirmar que a NATO, quer na Bósnia quer no Kosovo, contaminou propositada e conscientemente regiões inteiras. Quem pode pois, dos responsáveis, evocar desconhecimento? Negar o crime é típico dos criminosos, mas nunca foi prova de inocência. E este é um crime contra a humanidade.

## Síndrome dos Balcãs

**A progressiva consciencialização da natureza da intervenção da NATO nos Balcãs e das consequências graves e duradouras que dela resultaram têm abalado a opinião pública na Europa. Mas o que pode ser surpresa para o público em geral não pode de modo algum ser aceite como surpresa para os poderes políticos e militares que decidiram e conduziram as intervenções na Jugoslávia, em particular na Bósnia e no Kosovo.**

Desde o início da era nuclear, por altura da Segunda Guerra Mundial, são bem conhecidos os riscos e as precauções em lidar com o urânio e outras substâncias radioactivas. Por isso a comunidade internacional considerou então necessário criar a Agência Internacional da Energia Atómica para salvaguardar a segurança dos trabalhadores e das populações e para coordenar o desenvolvimento de programas nucleares e das aplicações pacíficas da energia nuclear. A revelação da utilização de urânio empobrecido em munições aquando da Guerra do Golfo surgiu, pois, como chocante «inovação» militar. De facto o urânio (empobrecido ou natural, para esse efeito tanto faz) era reconhecidamente um elemento altamente tóxico (químico e radiologicamente tóxico) quando inalado ou ingerido e, também, geneticamente perigoso. Manifestações dessa sua acção tóxica e genética vieram a revelar-se, progressiva e dramaticamente, tanto nos veteranos da Guerra do Golfo como sobretudo nas populações civis no Iraque. A utilização desse mesmo tipo de armas já testadas no Golfo, de novo e agora no teatro de Guerra nos Balcãs, quando já eram patentes os efeitos que estavam a manifestar-se em resultado dessa utilização no Golfo, não permite qualquer dúvida sobre a premeditação do efeito que se pretendia alcançar ou do preço que se pretendia fazer pagar às populações civis e tolerar às tropas no terreno.

A utilização de urânio, alegadamente como material estrutural, em munições cinéticas penetrantes omite o facto de que ele é também e sobretudo um agente altamente tóxico. Se o efeito pretendido fosse, efectivamente, o elevado poder penetrante das munições, teriam sido usadas armas com outros materiais que desse ponto de vista são superiores, designadamente o tungsténio, munições com tungsténio de que os países da NATO também dispõem. A razão publicamente assumida pela NATO é pois uma falsa razão que pretende esconder o seu verdadeiro propósito.

A conclusão que infelizmente se extrai é que as munições utilizadas nos Balcãs, como também no Golfo, são de facto armas de Guerra Química. Mais sinistras do que as até hoje utilizadas, pois que o urânio nessas munições penetrantes se vaporiza e dispersa como um aerosol, contaminando ar, solo e água, impossível de recuperar, mantendo a sua agressividade química e radiológica por tempo praticamente interminável. É então uma arma química de efeito retardado. A propaganda da Guerra Limpa com «armas cirúrgicas», que supostamente por tal seria uma Guerra «boa», não só é moralmente inaceitável porque todas as Guerras são sujas e más, como se revela e descobre ser uma monstruosa mistificação.

Os levantamentos radiológicos feitos posteriormente no teatro da Guerra, exibindo baixos níveis de radiação externa, comprovam o pior cenário possível. Comprovam que após os impactos (com

objectivos de munições penetrantes) o urânio foi efectivamente vaporizado e rapidamente dispersado no ambiente, como seria o propósito da sua utilização enquanto arma química de efeito retardado.

### Crime contra a Humanidade

Tal tipo de arma é eticamente repugnante. Contaminado um território, após o que seria o fim da Guerra, a doença e a morte permanecem. É pois uma Guerra que condena gerações futuras. A sua utilização é um crime contra a Humanidade. Indignamo-nos justamente com os riscos e os danos sofridos pelos nossos soldados. Mas os riscos e os danos sofridos e a sofrer pelos povos dos Balcãs desprotegidos são ainda muito maiores, assumindo a dimensão de genocídio. Por outro lado, a utilização dessas armas não deixará de inspirar uma corrida a esse tipo de armamento, de fabrico relativamente acessível, contribuindo assim para ameaçar ainda mais a segurança internacional e a Paz entre os povos. Corrida que a iniciativa leviana ou criminosa da NATO veio «legitimar» aos olhos de outros potenciais agressores.

As contradições entre altos responsáveis políticos e militares dos países da NATO, a sua «suposta» mas «inaceitável» ignorância dos impactos reais do uso do urânio nestas armas, preocupam profundamente a opinião pública que se considera manipulada e abusada. Perante a crescente evidência da fraude de que foi objecto a opinião pública dos países da União Europeia e da dimensão do crime cometido sobre populações civis inteiras, as responsabilidades desses altos responsáveis têm de ser investigadas e avaliadas, por entidades independentes e idóneas, até às suas raízes mais fundas. Os organismos competentes das Nações Unidas e da União Europeia devem pronunciar-se, designadamente a Agência Internacional de Energia Atómica, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, a Organização Mundial de Saúde e a EURATOM.

Esta é uma matéria em que as sociedades científicas e as associações profissionais de trabalhadores científicos devem ser escutadas. A ética e a responsabilidade social dos cientistas deverão contribuir para esclarecer e aproximar o conhecimento e a intervenção dos seus concidadãos perante factos e circunstâncias com que estes são confrontados pela primeira vez.

O Partido Comunista Português, que se opôs à intervenção da NATO nos Balcãs, é contrário ao envio de mais soldados portugueses para aquele cenário de Guerra. Lamenta profundamente o sofrimento que a intervenção estrangeira adicionou aos problemas políticos dos Balcãs e sente-se solidário com o sofrimento dos seus povos. E defende o dever de a União Europeia contribuir activamente na reconstrução desses países e no alívio e na recuperação dos graves problemas de saúde pública herdados pelos seus povos. A realidade presente vem confirmar e realçar a nossa razão ao apelarmos, uma vez mais, à dissolução da NATO e ao tomarmos, de novo, uma posição inequívoca contra o projecto de militarização da União Europeia. É para nós claro que esse não é o caminho para alcançarmos o entendimento entre os povos e garantirmos a segurança e a soberania das nações europeias.

(\*) Professor universitário e investigador da antiga Junta de Energia Nuclear. Intervenção feita em 16 de Janeiro último, em Strasbourg, na Auhção de Grandes Testemunhos sobre os Balcãs promovida pelo Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu.

• Rui Namorado Rosa\*

**As bombas de urânio da NATO continuam a matar em Bratunac. A cada três dias morre uma pessoa. Já não há espaço nos cemitérios. A vítima mais recente tem 20 anos de idade. A aldeia está vazia, o cemitério cheio. Em breve já não haverá espaço para os mortos. Entre as famílias de refugiados que se mudaram de Hadzici para Bratunac dificilmente haverá alguma que não esteja coberta de luto.**

A campina ao lado do cemitério estava quase totalmente vazia há cinco anos, quando eles chegaram. Hoje, um ao lado do outro, separados por espaços de menos de meio metro, jazigos atrás de jazigos. Sobre eles há coroas de flores, algumas com flores que ainda não murcharam. Gravadas nas cruzes os anos da morte: 1998, 1999, 2000. E no extremo da fila o jazigo de uma jovem de 20 anos. Ela morreu há poucos dias. São estes quadros horríveis que o visitante casual encontrará em Bratunac, Bósnia oriental. As primeiras histórias acerca da aldeia conduzi-lo-ão ao cemitério. Os habitantes de Bratunac vivem, ao passo que os de Hadzici já morreram. De repente, da noite para o dia, após uns poucos dias de doença, no maior sofrimento. É o cancro. Qualquer tentativa de explicar o que está a acontecer conduz-nos de volta ao ano de 1995.

Cinco anos atrás Hadzici era parte de algo chamado o Sarajevo sérvio. Os seus habitantes sobreviveram ao duplo envolvimento do exército muçulmano e ao que foi provavelmente o mais intenso bombardeamento jamais visto. Só num dia, os aviões efectuaram 200 missões de voo e despejaram mais de 500 bombas sobre este município. Os residentes em Hadzici sobreviveram. Sobreviveram à guerra, mas não à paz.

Primeiro, disseram, foram traídos em Dayton em Novembro de 1995. Algum responsável lançou a ideia de que a melhor coisa a fazer seria mudarem-se de Hadzici para Bratunac. Não havia escolha e o tempo era escasso. Quase na mesma noite, antes de a delegação de paz ter retornado ao país ainda em suspenso acerca da assinatura do acordo, os nativos de Hadzici empacotaram os seus bens, meteram-se em camiões e tractores com reboques e dirigiram-se para Bratunac, uma pequena vila entre Zvornik e Srebrenica. Não era um movimento habitual. Durante a noite os habitantes de Hadzici desenterraram os seus mortos e carregaram-nos em reboques. Nem um único «ouvindo sérvio» foi deixado naquela parte do Sarajevo sérvio. Apesar de terem transferido uma espantosa quantidade de 156 umas funerárias, não tiveram problemas para alojar os seus mortos. Uma zona inteira do cemitério estava vazia e eles enterraram-nos uns juntos dos outros. Ninguém podia imaginar que, apenas em dois ou três anos, a parte do cemitério deixada vazia estaria duplamente cheia.

### Estranho silêncio

«Primeiro começaram a morrer os mais velhos. Os seus corpos devem ter apresentado menos resistência às doenças inexplicáveis que depois também começaram a ceifar as vidas dos mais jovens. Acontece muitas vezes que subitamente um natural de Hadzici morre. Ou então vão ao médico em Belgrado e quando voltam os seus parentes contam-nos que estão a morrer de cancro. E isto não acontece com os nativos de Bratunac, só conosco», conta-nos Sretko Elez, um homem com 60 anos de Hadzici.

# As bombas de urânio da NATO continuam a matar em Bratunac

• Dubravka Vujanovic

próprios o que acontecerá se o mesmo que ocorreu com os sérvios de Hadzici começar a verificar-se por toda a Sérvia», diz amargamente Nedeljko Zelenovic, um repórter da Rádio Bratunac e refugiado também de Hadzici. Zelenovic perdeu o pai há poucos meses, de cancro dos pulmões. Cerca de 20 pessoas morreram em apenas seis meses. Se alguém fizer as contas, conta-nos, concluirá que um nativo de Hadzici morre a cada três ou quatro dias.

E eles começam a recordar. Ratko Radic, o antigo presidente da Câmara Municipal de Hadzici, morreu há poucos meses. O diagnóstico foi cancro dos pulmões. Logo a seguir, a sua esposa Ljilja, que foi ferida durante o bombardeamento. Morreu de leucemia. E depois Drago Vujovic, Dejan Jelcic, Mijajlo Andric...

«Você vê, o nosso cemitério está cheio de túmbas recentes enquanto as pessoas do Vinca (Instituto Nuclear) afirmam que o urânio não é perigoso. Que outra espécie de evidência precisa você se as pessoas estão a morrer? Se estão a morrer todos os dias? Vá ao cemitério e veja por si própria. Isto mostra as mentiras do Vicam», diz Elez amargamente. «Hoje estou saudável, amanhã, quem sabe... Talvez o meu corpo seja mais forte e a doença não consiga apanhar-me...»

Estão recosos do que o futuro vos pode reservar?, perguntámos na despedida de Hadzici.

«Já não temos medo de mais nada. Sobrevivemos à guerra, à fome, à expulsão... Temos de morrer de qualquer forma, mais cedo ou mais tarde...»

## No lugar onde caiu a bomba ardeu um incêndio durante cinco dias

Hadzici foi bombardeada por várias razões. Uma delas era porque alegadamente Radovan Karadzic estaria ali escondido. Neste subúrbio havia várias fábricas e quartéis com espessas paredes de betão e caves que não podiam ser invadidas. Sretko Elez afirma que foi por esta razão que eles usaram urânio - porque é mais pesado do que o chumbo e mais apto a perfurar a estrutura dos edifícios.

«A minha casa foi arrasada por uma bomba da NATO. Custou-nos cinco dias a desenterrá-la, para ver como era pesada. Não longe dali havia um edifício sem importância alguma, uma loja de serviços. Depois de eles a atingirem, as chamas não puderam ser extintas durante uma semana e quando foi finalmente retirada o seu fumo ainda nos sufocava. E depois de qualquer bomba, mesmo as mais pequenas, podia ser vista uma nuvem com feição de cogumelo. É por isso que estamos a morrer hoje.»

## Oito mil pessoas desapareceram e o Estado permanece em silêncio

«Em Abril de 1996 cerca de 16 mil refugiados foram realocizados em 66 municipalidades da antiga República Federativa Socialista da Jugoslávia. Segundo o recenseamento feito no fim do ano passado, há 8200 destas pessoas que nos deixaram. Se sabemos que aproximadamente 400 pessoas foram, embora, sobretudo para o estrangeiro, pergunto a mim mesmo o que aconteceu a quase 8000 pessoas. E porque o Estado permanece em silêncio acerca disso», diz Nedeljko Zelenovic. E acrescenta: «Está-lhes a acontecer provavelmente algo semelhante ao que ocorre com os nativos de Hadzici porque todos eles foram deslocados dos seus lugares após o bombardeamento da NATO de Setembro de 1995.»

Os refugiados de Hadzici chegaram a Bratunac em grande quantidade. Havia quase 5000. Só nos centros colectivos havia cerca de 1000. Agora, diz Zelenovic, restam cerca de 600 ali. E não têm lugar para ir.

(in «Nedeljni Telegram», Belgrado, N.º 246, 10/Jun/2001)  
Tradução para o inglês de Jela Jovanovic, historiadora da arte  
Secretária-Geral de  
The Committee for National Solidarity  
Tolstojeva 31, Belgrade, YU  
<nrajov@EUNET.YU>



# Armas de urânio

**F**ala-se hoje muito do urânio, das suas utilizações militares e das consequências para a população civil ou militar a ele exposta. No entanto, o nível dos conhecimentos gerais sobre o comportamento no núcleo atómico, o fenómeno da radioactividade e respectivos riscos ou benefícios é muito baixo, originando, nuns casos, receios infundados e, noutros, que a natureza dos perigos reais passem despercebidos.



## Conceitos básicos sobre radioactividade

• Nuno Pinhão\*

A acrescentar a isto alguns jornais, jornalistas, «comentadores profissionais» ou ministros cuidam pouco de informar ou exprimir com correcção, não sendo raro ouvir ou ler coisas que poriam os cabelos em pé a qualquer estudante dos anos terminais do ensino secundário em alguns países Europeus.

Ora o exercício da democracia - pelo menos com nós a concebemos - pressupõe uma informação clara e transparente, única forma de permitir decisões conscientes e avisadas. Não seria natural que o Governo, através dos meios de comunicação públicos promovesse a informação - cientificamente correcta - e o debate sobre esta problemática? Em vez disso envia-se uma «missão científica» a fazer trabalho técnico de recolha de amostras e medições em zonas onde, no dizer de um elemento da equipa, sabiam que não iriam encontrar nada pois a NATO já lá tinha andado a medir...

No entanto, os conceitos de base explicam-se em poucas palavras e servirão de aperitivo para os outros artigos deste suplemento. O nível de explicação é necessariamente simples e o rigor científico é, pontualmente, sacrificado à pedagogia. Esperamos, porém, que este pequeno texto ajude a entender melhor o tema em discussão.

### 1. Átomos e núcleos

O nosso ponto de partida será o átomo, a mais pequena parte de um elemento químico que mantém as suas propriedades. Numa imagem grosseira mas facilmente perceptível podemos comparar a estrutura de um átomo à do sistema solar - um núcleo central onde grande parte da massa se concentra, envolto a grande distância, por pequenas partículas girando em seu torno. No entanto a comparação acaba aqui, sendo a natureza das partículas que compõem o átomo e as forças e leis dominantes diferentes do que ocorre no sistema solar. No núcleo existem dois tipos de partículas muito semelhantes<sup>(1)</sup> - neutrões e protões - que se distinguem essencialmente por as primeiras terem carga eléctrica nula e as segundas uma carga positiva. Ao número total dessas partículas chamamos número de massa. É o número de protões no núcleo - que designamos por número atómico, Z - que identifica o tipo de elemento.

Este núcleo é envolto por outras partículas - electrões - de massa muito menor e com carga negativa. Os electrões, arrumados em «camadas», são mantidos em

torno do núcleo pela atracção electro-estática dos protões. São os electrões das últimas camadas que intervêm nas ligações químicas já que os núcleos atómicos estão sempre, a esta escala, muito distantes das camadas externas.

Se as cargas positivas no núcleo do átomo fossem deixadas livres e devido à repulsão electro-estática, rapidamente se afastariam, destruindo o núcleo e com ele o átomo. É pois necessário uma «cola» muito forte para manter o núcleo unido sendo esse o papel dos neutrões<sup>(2)</sup>. No entanto essa «cola» tem um alcance muito curto. Assim, para um mesmo elemento químico (isto é, para o mesmo número atómico) podemos ter átomos com núcleos com mais ou menos neutrões no núcleo (isto é, diferente número de massa). É a esses diferentes núcleos que chamamos isótopos. Do que dissemos o leitor pode já antecipar que se tivermos «neutrões a menos» esse núcleo acaba por se transformar espontaneamente, sendo o inverso igualmente verdadeiro, se o núcleo for demasiado grande devido ao curto alcance da «cola» que o mantém unido.

É a esta característica de transformação espontânea e aleatória dos núcleos que chamamos de radioactividade. Essa transformação ocorre num tempo característico de cada isótopo e usamos o conceito de meia vida - isto é, o tempo necessário para que uma dada quantidade de um elemento se reduza a metade - para a caracterizar.

### 2. Partículas emitidas

Quando a radioactividade começou a ser estudada observou-se que podiam ser emitidas três tipos de partículas que, por ausência de uma correcta identificação, se designaram pelas letras gregas alfa, beta e gama. Mais tarde foram identificadas como sendo, respectivamente, o núcleo de um átomo de hélio (composto por dois protões e dois neutrões), electrões (para emissão beta-) e fotões de elevada energia.

Quando uma partícula alfa é emitida o número atómico diminui de 2 e o número de massa de 4. Na emissão de uma partícula beta- o número atómico aumenta de um (a emissão beta- ocorre quando um neutrão se transforma num protão, emitindo um electrão).

Estas partículas têm diferente poder de penetração na matéria envolvente que depende não só do tipo de partícula mas

também da sua energia inicial. Mais uma vez a analogia com o que se passa à nossa escala é ilustrativa. Assim por exemplo a radiação alfa (por ser uma partícula grande e pesada) é facilmente absorvida por uma simples folha de papel realizando danos unicamente à superfície.

Quanto aos seus efeitos, no essencial as radiações comportam-se como uma bola de «bowling» atirada para uma garrafeira - até dissipar toda a sua energia cinética e parar vai destruir ligações químicas e deslocar outros átomos das suas posições.

As consequências desta destruição são complexas, dependendo do tipo de materiais ou órgão biológico, dose recebida, local onde ocorrem, etc.

### 3. O urânio

O elemento estável mais pesado é o chumbo com Z = 82. Todos os elementos com número atómico superiores são radioactivos decaindo ou por emissão alfa ou beta.

O urânio é o elemento natural mais pesado, com um número atómico Z = 92, e encontram-se na natureza três isótopos - 238U (cerca de 99,27%), 235U (cerca de 0,72%) e 234U (cerca de 0,006%), onde o índice representa o número de massa.

O decaimento do urânio origina uma cadeia de decaimentos consecutivos até chegar a um elemento estável, neste caso o chumbo. Os isótopos 238 e 235 originam duas cadeias distintas enquanto que o isótopo 234 surge na cadeia de decaimento do 238U.

A abundância relativa de cada elemento na cadeia depende da sua meia vida, sendo determinante o isótopo com meia vida mais longa. No caso das séries do urânio estes são os isótopos do urânio, com meias vidas de 4,49 mil milhões de anos para o 238U e 0,71 mil milhões de anos para o 235U. Note-se que, embora do ponto de vista radiológico os diferentes isótopos sejam diferentes, do ponto de vista químico, não há diferença entre os vários isótopos.

#### 3.1. Propriedades e aplicações do urânio

O isótopo 235 tem aplicação como combustível nuclear ou em armamento nuclear.

Assim, o urânio natural é sujeito a um processo de enriquecimento neste isótopo desde os 0,72% em que ocorre na natureza

para valores da ordem de 3,2-3,6 % para a utilização em reactores ou até 90% para utilização em armas nucleares.

O resultado desse enriquecimento é designado urânio empobrecido (DU). No entanto, deste processo resulta também uma variação da concentração do isótopo 234U para cerca de 0,0008% sendo contudo importante considerar este isótopo para a avaliação da actividade total do DU. Estima-se que a actividade global do DU, tendo em conta os restantes elementos da cadeia de decaimento, é cerca de 78% da do urânio natural e a correspondente a actividade alfa de 57%.

Devido à sua densidade elevada, o DU é usado quer como contrapeso em aviões (um avião como o Boeing 747 necessita de 1500 kg de contrapeso) quer como escudo para absorção de outras radiações, por exemplo para armazenamento de combustível nuclear usado.

Por outro lado, do ponto de vista químico é um metal pesado que, embora haja ainda falta de estudos científicos extensos, sabe-se ter efeitos tóxicos para o organismo quando partículas finamente dispersas são ingeridas ou inaladas.

Apesar da manipulação de DU exigir algumas medidas de protecção e de limitação do tempo de contacto, na forma de peças com dimensões razoáveis não representa um risco significativo.

#### 3.2. Aplicações militares

A utilização do DU em aplicações militares acarreta outra consequência importante - é que o urânio tem um ponto de fusão a uma temperatura relativamente baixa - 1132 °C e facilmente se oxida (arde) dispersando-se em partículas finas. Pode assim dispersar-se por uma zona relativamente larga contaminando terrenos, linhas de água e a cadeia alimentar. Mesmo que as concentrações sejam baixas, a não serem feitos onerosos trabalhos de descontaminação de terrenos, os seus efeitos farão sentir-se ao longo de gerações. Mas esta temática certamente estará mais desenvolvida noutros artigos. Por agora, fiquemos nos conceitos de base.

(\*) Cientista, do Instituto Tecnológico e Nuclear.

(1) Na realidade existem mais e os próprios neutrão e protão são compostos por outras partículas.

(2) Mais uma vez a realidade é mais complexa, ocorrendo a troca de uma partícula.

# Alterações à Lei dos contratos a prazo

## Combater a precariedade no emprego

Baixaram à comissão especializada, sem votação, os projectos de lei do PCP, PS e BE propondo alterações ao regime de contratos a prazo. Espera-se que o Parlamento dê o necessário passo no sentido de minorar esta chaga crescente que marca a actual estrutura do emprego e que dá pelo nome de precariedade.

Para já, como positivo, importa assinalar o facto de o diploma subscrito pela bancada comunista (já apresentado na anterior sessão legislativa e na altura inviabilizado pelo PS e PSD), que esteve na base do agendamento, ter levado a bancada socialista a definir-se e a sentir-se na obrigação de apresentar à última da hora (na véspera do debate) o seu próprio projecto de lei sobre a matéria.

Embora não tocando na questão dos jovens à procura do primeiro emprego e nos desempregados de longa duração, como observou no debate o deputado comunista Alexandrino Saldanha, o diploma do PS acolhe algumas das propostas preconizadas pelo PCP, o que, curiosamente, desmente

até afirmações do ministro Ferro Rodrigues que chegou a afirmar não ser necessário qualquer alteração à legislação para resolver este problema que ele próprio reconheceu ser factor de preocupação.

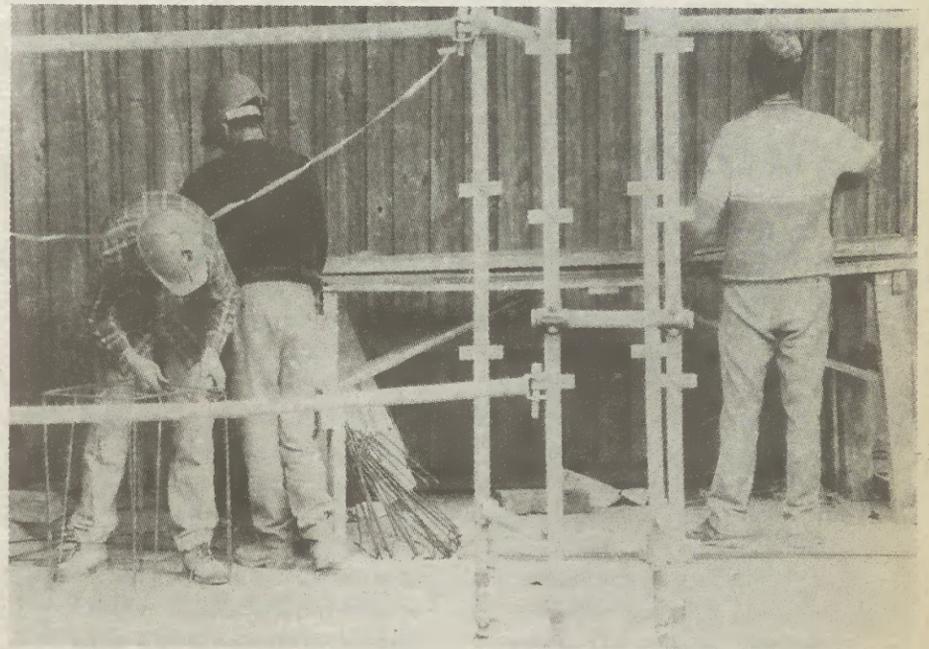
Em causa está a acentuada tendência para o aumento do trabalho precário, nas suas diversas formas, que se desenvolve em paralelo com um acréscimo do trabalho ilegal. Os números a este respeito não deixam margem para dúvidas. São os mais recentes dados do INE que o testemunham, indicando que os contratos a termo aumentam o seu peso no conjunto dos contratos de trabalho por conta de outrem. Isso mesmo lembrou Alexandrino Saldanha ao referir que, por exemplo, entre o segundo

e o terceiro trimestre de 2000, enquanto a percentagem de trabalhadores com contrato sem termo aumentou apenas 0,2 por cento, já a de trabalhadores a termo aumentou 1,5 por cento (mais sete vezes e meia) e a de trabalhadores com outras formas de precariedade aumentou quatro por cento; isto é, vinte vezes mais.

Esta é a incontornável realidade que alguns procuram escamotear, como sucedeu na anterior discussão em torno de igual projecto do PCP em que foi invocado o argumento de que é preferível ter um trabalho precário do que estar no desemprego.

Uma alegação que o deputado comunista tratou de desmontar, sublinhando, a propósito, que «tal raciocínio parte da aceitação da ilegalidade como forma admissível de combater o desemprego». «No extremo» - acrescentou - «levaria a admitir que todos os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de séculos, hoje património de valores universalmente aceites, pudessem ser postergados em nome do combate ao desemprego.»

Rebatido foi igualmente o pretexto de que matérias desta natureza deveriam ser objecto de negociação em



Os ataques à estabilidade no emprego são feitos em nome da concorrência e da produtividade

sede de concertação social. Uma ideia que não colhe junto do PCP, como frisou Alexandrino Saldanha, que, depois de lembrar como aquele organismo «serviu para impor tectos salariais e implementar a legislação que interessava ao patronato», referiu logo por aí se ver «o valor e os objectivos de quem o utiliza».

Para a bancada comunista - e é nesse sentido que vão as suas propostas - o grande objectivo é combater a pre-

riedade, defendendo mais limites à contratação a termo. Importante é ainda, do seu ponto de vista, que os jovens em busca do primeiro emprego e os desempregados de longa duração deixem de ser sempre sujeitos a contrato a prazo.

Ora foram exactamente estas questões que suscitaram, compreensivelmente, maiores reservas e engulhos nas bancadas do PSD e do PP, por considerarem que as mesmas só iriam prejudicar o

emprego ao invés de melhorar a qualidade do mesmo.

Uma opinião abertamente contestada por Alexandrino Saldanha, que reiterou a defesa de princípios pelos quais desde há muito o PCP se bate: por um lado, o de que a contratação a termo é uma forma excepcional de contratação e não a regra; por outro lado, o de que a um trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho permanente, princípio igualmente válido para a administração pública.

## Distrito de Braga

# Populações fartas de promessas

O deputado comunista Cândido Capela instou o Governo a não ficar imóvel ou indiferente perante os problemas sociais e laborais existentes no distrito de Braga. E lançou um aviso: «As populações andam desconfiadas e descontentes. Desconfiadas porque fartas de promessas não honradas. Descontentes porque a passividade é suspeita. E beneficia o infractor.»

O principal visado, nas palavras do parlamentar do PCP, é o patronato do sector têxtil que «aposta nos baixos salários e nos elevados ritmos de trabalho como alternativas à introdução de novas tecnologias». O mesmo patronato que ao fazer prevalecer a «sua lógica conservadora» e a «sua visão passadista» sustenta a viabilidade das empresas «na máxima exploração dos trabalhadores, enquanto no parque de estacionamento exhibe as «máquinas» do último modelo».

Não deixando por isso qualquer outra alternativa aos trabalhadores têxteis e do vestuário que não seja o recurso à greve, como frisou Cândido Capela, enquanto expressão pública do seu descontentamento e revolta pela atitude do patronato.

E se é verdade que a reestruturação e modernização do sector é hoje uma realidade, em grande parte devida aos fortes apoios e subsídios do Estado através de programas destinados à sua expansão e revitalização, não é menos verdade que existem outros domínios onde não é líquido que se tenha registado a mesma evolução, como sejam a qualificação pro-

fissional, as condições de trabalho e a questão salarial.

Por outras palavras - e esta foi a questão central para a qual o deputado comunista chamou a atenção - se é certo que foi cumprida parte fundamental das metas previstas, sobre elas convergindo a generalidade das opiniões, já quanto à repartição dos resultados, aí, é manifesta a inexistência de qualquer consenso.

E é por isso que a anunciada greve dos trabalhadores têxteis e do vestuário deve ser vista também como um sinal de alarme ao Governo. Essa é a opinião de Cândido Capela que vai mesmo mais longe e considera que «se depois de tanto subsídio o sector não suporta um salário médio superior ao salário mínimo nacional, então é caso para dizer que alguns objectivos não foram alcançados» e que se está perante um «desvio entre o previsto e o realizado que tem de ser esclarecido devidamente».

Mas a intervenção do parlamentar do PCP foi ainda um olhar sobre outras realidades e outras lutas que marcam igualmente a vida da região, como sejam a luta dos trabalhadores da Grundig; a contestação das populações e autarcas da Apúlia que recusam a exploração desenfreada do caulino e das areias; a acção dos cidadãos e eleitos autárquicos de Barcelos, Famalicão, Braga e Guimarães que rejeitam opções que interferem negativamente na qualidade de vida; a intervenção das populações da Morreira, de Trandeiros e de Celeirós em defesa dos seus centros cívicos.

## Apoios à destilação de vinho

# Governo anda a dormir

O Grupo Parlamentar do PCP requereu ao presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia da República que promova, com carácter de urgência, uma reunião para ouvir o presidente do Instituto da Vinha e do Vinho e o ministro da Agricultura sobre a questão do processo de candidatura aos apoios à destilação de vinho.

Em causa está o atraso da entrega, pelo Ministério da Agricultura, das candidaturas aos apoios para a destilação voluntária de vinho, situação que é considerada muito

grave e susceptível de vir a provocar sérios prejuízos e complexos problemas difíceis de resolver a milhares de produtores vitivinícolas.

Isso mesmo diz o deputado Lino de Carvalho, na carta em que formaliza o pedido de reunião, e onde salienta que «mesmo que o País ainda consiga apoios alternativos para a chamada «destilação de crise», a verdade é que são substanciais as diferenças dos apoios entre os dois regimes».

Lino de Carvalho acusa o Ministério de «desatenção aos novos regulamentos» e

considera que ela está na origem do facto de ter sido a Espanha e a Itália a arrecadarem «a quase totalidade dos apoios disponíveis». Mostra ainda, dando razão aos alertas do PCP, segundo o deputado comunista, como o Governo português, em particular o Ministério da Agricultura, raramente prepara, com suficiente antecedência, os dossiers capazes de «influenciar as matérias em negociação no seio da União Europeia», como é o caso respeitante a candidaturas e apoios financeiros.

## Subsídios à criação e produção teatrais

# PCP exige explicações

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou a presença do ministro da Cultura em sede de comissão parlamentar para apresentar os motivos que o levaram a suspender os subsídios estatais às companhias de teatro.

Dirigido ao presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, em carta subscrita pelas deputadas Luísa Mesquita e Margarida Botelho, o pedido fundamenta-se na constatação de que a medida governativa comporta «gravosas consequências» para todos os investimentos nestas áreas culturais, impor-

tando por isso proceder a uma «informação urgente e clarificadora de todo o processo».

No texto, as parlamentares do PCP sublinham ainda «as inúmeras críticas formuladas» à decisão do Governo «por muitas companhias de teatro do País», após os respectivos subsídios para o ano corrente terem sido aprovados em Novembro de 2000.

Este mesmo assunto foi também objecto de um requerimento da bancada do PCP no qual é pedida uma informação sobre a data do início do pagamento dos apoios e sobre as medidas que o Executivo

pensa adoptar para garantir a celeridade do processo.

Em intervenção no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da semana transacta coube ainda a Luísa Mesquita voltar a trazer o assunto para primeiro plano. Num discurso muito crítico, acusou o Governo, de «falta de rigor e transparência» em todo o processo, a exemplo do sucedido em anos anteriores, e de estar a provocar «sérios prejuízos a todos os intervenientes», que assim se vêem impossibilitados de planificar o seu trabalho.

# A guerra e a opinião pública

● Ilda Figueiredo

Depois da denúncia, em vários países, da morte, das leucemias e outras formas de cancro e doenças diversas de militares que passaram pelas zonas bombardeadas durante a guerra dos Balcãs, nomeadamente a Bósnia, em 1995, e o Kosovo, em 1999, como, aliás, está a acontecer com os intervenientes na guerra do Golfo há dez anos, e das fortes pressões da opinião pública, o Parlamento Europeu discutiu este problema e tomou algumas posições dignas de registo, pese embora o

## Negar o óbvio

E mesmo que ainda não queiram assumir os graves riscos, imediatos e a médio e longo prazo, para que os próprios responsáveis militares americanos chamaram a atenção dos seus soldados, em Novembro de 1999, como foi provado com documentos no debate com especialistas que o nosso Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica realizou em Estrasburgo na semana passada, a verdade é que são conhecidos os riscos e os cuidados



seu alcance limitado. É certo que Javier Solana, actual Alto Representante para a Política Europeia de Segurança e Defesa e ex-secretário-geral da NATO durante os bombardeamentos com urânio empobrecido, tentou arrastar consigo, na responsabilidade da decisão, os deputados do Parlamento Europeu ao afirmar que a NATO só interveio depois das decisões que estes tomaram a exigir aquela intervenção que, recorde-se, foi realizada à margem da ONU, dos estatutos da própria NATO e contra todos os princípios do direito internacional.

Mas, mesmo assim, o Parlamento Europeu decidiu solicitar aos estados-membros que fazem parte da NATO que proponham uma moratória sobre a utilização de armamento com urânio, em aplicação do princípio da precaução.

É que não é possível negar que o relatório preliminar do Programa das Nações Unidas para o Ambiente recomenda, desde já, que os locais em questão no Kosovo sejam isolados e que sejam feitos exames médicos às populações vizinhas. Tal como não é possível esconder que a Agência Internacional de Energia Atómica não só apoia aquelas medidas de precaução como se mostrou extremamente preocupada, tendo considerado essencial levar a cabo um estudo sobre as zonas em que foram utilizadas munições com urânio empobrecido e sobre as pessoas que estiveram em contacto com essas armas.

associados às substâncias radioactivas desde o início da era nuclear, nos anos quarenta, pelo que não é admissível que se continue a negar o óbvio — o urânio e outras substâncias radioactivas são um elemento altamente tóxico (química e radiologicamente tóxico) quando inalado ou ingerido, e também geneticamente perigoso.

Estas munições são, de facto, armas de guerra química, mais sinistras do que as até hoje utilizadas, que o urânio, após o embate, vaporiza-se e dispersa-se como um aerosol, contaminando ar, solo e água, impossível de recuperar, mantendo a sua agressividade química e radiológica por tempo interminável. É então uma arma química de efeito retardado, com consequências a médio e longo prazo que vão afectar não apenas as gerações presentes, mas também as gerações futuras, o que é proibido pela Convenção de Genebra, e torna claro que não há "guerras limpas".

Assim, perante a dimensão do crime cometido contra populações civis inteiras, é urgente investigar, avaliar e condenar os altos responsáveis por esta actuação criminosa contra a humanidade e, desde já, interditar o fabrico, os ensaios, a utilização e a venda deste tipo de armas com urânio empobrecido, e não apenas aprovar uma moratória. Claro que mais vale a moratória do que nada, e por isso a votámos favoravelmente, mas continuaremos a defender a interdição total deste tipo de armas, proposta que já mereceu 130 votos no Parlamento Europeu.

Os estados são convidados a adoptarem sistemas de quotas ou de objectivos

# Igualdade de participação

O PE aprovou um relatório que defende participação equilibrada das mulheres e dos homens nos processos de tomada de decisão.

## Conquista recente

Segundo recorda o relatório da deputada grega, Anna Karamanou, o reconhecimento dos Direitos Fundamentais das mulheres é um fenómeno recente, dado que o processo de emancipação só começou a evoluir no século XIX e o direito de voto das mulheres só foi reconhecido no século XX.

Embora neste último século se tenham registado grandes progressos, verifica-se ainda muitos desequilíbrios nos diversos estados-membros. Nos países nórdicos, como a Suécia e a Finlândia, as mulheres têm uma participação de 40 por cento nos órgãos de decisão, enquanto na Itália ou na Grécia essa participação é de cerca de 10 por cento, afirmou a relatora.

O documento, que contou o com apoio do PCP, considera que é necessário tomar medidas corajosas neste âmbito, que passam por novas práticas antidiscriminatórias, incluindo nos partidos políticos e nas administrações públicas e privadas, visando a eliminação dos obstáculos psicológicos e práticos à participação das mulheres nas estruturas de tomada de decisão e na vida política.

Como realçou a deputada Ilda Figueiredo, a participação das mulheres nos órgãos de decisão é uma das condições necessárias para que os direitos e interesses das mulheres sejam respeitados e uma base essencial para a concretização da justiça e do desenvolvimento da democracia.

No entanto, sublinhou, «apesar das diversas recomendações e resoluções, esta é uma área onde persistem maiores desequilíbrios com enorme sub-representação das mulheres nos órgãos de tomada de decisão, seja nas esferas da actividade económica e social, seja na vida política, o que contribui para manter as desigualdades e discriminações existentes».

De facto, embora as mulheres constituam pelo menos metade do eleitorado na maior parte dos países, as camadas femininas continuam a estar sub-representadas como candidatas a mandatos públicos. O PE aponta como meta a atingir em todos os domínios políticos e em todas as

comissões a nível europeu, nacional e internacional, uma participação de, pelo menos, 40 por cento para cada sexo.

Os estados-membros em que esta participação é mais baixa são convidados a adoptar por exemplo sistemas de quotas ou de objectivos a atingir a fim de garantir uma representação equilibrada. A presença e o lugar que as mulheres ocupam nas listas eleitorais poderá ser resolvido com a adopção de um sistema chamado «fecho eclair», segundo o qual as mulheres e os homens devem figurar em alternância nas listas.

## Motor de crescimento

A igualdade laboral entre homens e mulheres e a segurança social são condições importantes para um nível de emprego mais elevado, constituído assim também um motor de crescimento económico, concluiu a reunião dos ministros dos Assuntos Sociais dos Quinze, realizada terça-feira na Suécia.

As conclusões apontam para a necessidade de colocar os sistemas fiscais e segurança e prestações sociais numa óptica de igualdade de oportunidades. Concretamente, os Quinze concordaram que estes sistemas não devem penalizar as carreiras femininas devido a pausas por maternidade ou quaisquer outras circunstâncias familiares.

Para atingir este objectivo, o texto final, que deverá ser analisado em Março na próxima cimeira europeia de Estocolmo, assinala que «a responsabilidade de conciliar a vida profissional e a vida familiar cabe na mesma medida aos homens e às mulheres». Neste sentido, foi destacada a importância de proporcionar infantários de qualidade a preços razoáveis como «condição necessária para conciliar a vida profissional e familiar».

Para posterior análise ficou, no entanto, a proposta da presidência sueca de criar um instituto europeu para acompanhar os casos de discriminação laboral e promover a igualdade de oportunidades e direitos neste âmbito.

## Inflação portuguesa entre as mais altas

A inflação harmonizada homóloga (comparada com o mesmo período de 1999) caiu 0,3 pontos percentuais, para 2,6 por cento, em Dezembro, na Zona Euro, revelou o Eurostat, na segunda-feira. Na conjunto dos 15 países da UE registou-se idêntica quebra de 0,3 pontos percentuais para 2,3 por cento.

A inflação média anual em 2000, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), que torna comparáveis as taxas de inflação entre os diferentes Estados da UE, situou-se em 2,3 por cento na Zona Euro e 2,1 por cento na União Europeia. Em Novembro, a inflação harmonizada homóloga tinha atingido 2,9 por cento na Zona Euro e 2,6 por cento na UE.

A inflação em Portugal continuou a acelerar em Dezembro, para 2,8 por cento, em média anual, e 3,8 por cento, em termos homólogos, aumentando o diferencial face às médias da Zona Euro e da UE, assim como face aos 1,3 por cento da média dos três estados com mais baixa inflação.

Apesar da contenção dos preços dos combustíveis, a inflação homóloga portuguesa (3,8 por cento) excedeu, em Dezembro, em 2,5 pontos percentuais a média dos três países com inflações mais baixas e, no ano 2000, a inflação média anual portuguesa (2,8 por cento) excedeu em 1,5 pontos a mesma média.

Os países da UE com mais baixa inflação harmonizada

homóloga foram, em Dezembro, o Reino Unido (0,9 por cento), a Suécia (1,3 por cento) e a França (1,7 por cento), sendo este o país da zona euro com mais baixa inflação. As mais elevadas inflações harmonizadas homólogas encontram-se na Irlanda (4,6 por cento), Luxemburgo (4,3 por cento) e Espanha (4,0 por cento), seguindo-se Portugal, com 3,8 por cento.

Em média anual, as mais baixas inflações harmonizadas em 2000 encontram-se também no Reino Unido (0,8 por cento), Suécia (1,3 por cento) e França (1,8 por cento), enquanto as mais altas ocorrem na Irlanda (5,3 por cento), Luxemburgo (3,8 por cento) e Espanha (3,5 por cento).

## Gestão das crises

Os deputados europeus pronunciaram-se a favor da criação de um «dispositivo de reacção rápida» que permita aos Quinze agir com rapidez em situações de crise não militares. Os deputados, que insistiram na prioridade dada «à gestão não militar das crises», sublinharam também a necessidade de uma «dotação orçamental apropriada». A Comissão Europeia, que propôs este dispositivo em Abril de 2000, afirmou que disponibilizará para tal uma verba de 30 milhões de euros (cerca de seis milhões de contos) em 2001 e 40 milhões de euros (cerca de oito milhões de contos) por ano até 2006. Desminagem, controlo de fronteiras, luta contra o terrorismo e assistência administrativa são os campos onde o dispositivo será aplicado.

## Ajuda aos Saaraus

A Comissão Europeia concedeu na passada semana uma ajuda de nove milhões de euros (cerca de 1,8 milhões de contos) a refugiados saaraus que vivem nos centros de acolhimento na região de Tindouf, no sudeste da Argélia. A ajuda da UE visa fornecer alimentos e a reabilitação dos centros de acolhimento, sendo gerida pela ECHO (departamento de ajuda humanitária da União) e distribuída naquela região argelina através de cinco organizações não governamentais.

## Turquia condenada

O Parlamento Europeu deplora os recentes actos de violência registados nas prisões turcas, condenando a utilização excessiva da força por parte das forças de segurança, e insta as autoridades turcas a criarem uma comissão de inquérito independente e a tomarem medidas para evitar novas tragédias. Numa resolução aprovada, o PE volta a insistir na libertação dos presos políticos e solicita uma profunda reforma das prisões turcas, com base no respeito dos Direitos do Homem. O governo turco é ainda convidado a receber uma delegação de deputados do PE nas prisões para as quais foram efectuadas transferências.

## Atentado no Congo

A presidência sueca da União Europeia condenou «vigorosamente o atentado do qual foi vítima» o presidente Kabila e «toda a violência política deste tipo». Desafiando todas as partes envolvidas a respeitar os compromissos que assumiram no acordo de Lusaca e a acatar as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a UE reafirmou o seu apoio à «integridade territorial da República Democrática do Congo».

## Urânio empobrecido

# Quinze recusam moratória

**A moratória aprovada na passada semana pelo Parlamento Europeu não foi acolhida pelos chefes da diplomacia dos 15 Estados da União Europeia.**

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia abordaram, na segunda-feira, a utilização por parte da NATO de munições com urânio empobrecido durante as campanhas na Bósnia (1995) e no Kosovo (1999).

No entanto, e ao contrário do que pediu o Parlamento Europeu, não foi tomada qualquer decisão sobre a suspensão de tais munições por parte dos Quinze. Segundo informou o ministro português Jaime Gama, citado pela Agência Lusa, «nenhum país aprovou ainda qualquer moratória num plano unilateral», considerando necessário «ter em conta os dados da ciência e da evidência científica» assim como «do conhecimento físico e médico».

Por outro lado, Jaime Gama disse que Portugal não prevê num futuro próximo utilizar munições com urânio empobrecido, precisando ainda que, «no caso de utilização de forças para missões de paz, devia ser ponderada a substituição desse tipo de munições por outras».

### Dúvidas...

Contrapondo à alegada insuficiência de provas científicas a necessidade de se aplicar o princípio da precaução, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução em que pede aos estados-membros que fazem parte da NATO que proponham uma moratória sobre a utilização de armas com urânio empobrecido. No mesmo sentido, solicitou à NATO que ponderasse a utilização de outro tipo de munições, até que sejam

conhecidos os resultados das investigações.

O PE pediu também ao Conselho e aos estados-membros que criem um grupo de trabalho médico europeu independente encarregado de examinar as questões resultantes da possível relação entre a utilização

de munições com urânio empobrecido e os casos de morte e de doenças de soldados que participaram em operações militares na Bósnia e



*O Parlamento Europeu pediu uma moratória ao urânio mas não foi capaz de condenar a utilização criminosa destes armamentos pela NATO*

no Kosovo, bem como os seus efeitos para as populações civis, adoptando todas as medidas necessárias para a protecção da saúde pública e do ambiente.

Os deputados instaram igualmente o Conselho e a Comissão para que assegurem a coordenação dos resultados dos inquéritos levados

a cabo pelos estados-membros e pelos diferentes organismos internacionais sobre esta questão. A resolução considera ainda que os programas de ajuda a favor dos Balcãs e da reconstrução dos países da ex-Jugoslávia devem dar prioridade às medidas para prestar assistência às vítimas civis e proteger o meio ambiente na sequência de operações militares.

### ... e certezas

Mas se a moratória foi um passo importante dado pelo Parlamento Europeu, não é menos verdade que a resolução aprovada ficou aquém

era nuclear que são «bem conhecidos os riscos e as precauções em lidar com o urânio e outras substâncias radioactivas».

Também, Francis Wurtz, o presidente do Grupo da Esquerda Unitária onde os deputados do PCP se integram, salientou que o urânio empobrecido faz parte daquela noção de armas bárbaras que continuam a fazer indiscriminadamente vítimas após a guerra terminar. Por isso, tal como as minas, devem ser proibidas. Além disso, defendeu que deve ser reconhecido às vítimas o direito ao tratamento e à compensação e que todos os afectados devem ter direito a testes de

despistagem. Neste sentido, o Grupo da Esquerda Unitária pretendia que o PE reclamasse «a proibição do fabrico, dos ensaios, da utilização e da venda de armamento com urânio empobrecido», manifestando-se favorável à assinatura de um tratado internacional neste sentido.

Esta foi a posição expressa pela deputada do PCP, Ilda Figueiredo, que recordou que desde o início da

despistagem. Neste sentido, o Grupo da Esquerda Unitária pretendia que o PE reclamasse «a proibição do fabrico, dos ensaios, da utilização e da venda de armamento com urânio empobrecido», manifestando-se favorável à assinatura de um tratado internacional neste sentido.

## Declínio da agricultura afecta mais os jovens

O declínio que se tem verificado nas explorações agrícolas da UE durante a última década atingiu em particular os agricultores com menos de 35 anos, os quais sofreram um declínio de 28 por cento.

Neste contexto, o PE aprovou uma resolução em que lamenta que vários estados-membros não façam uso dos dispositivos criados pela UE a favor dos jovens agricultores, propondo que sejam obrigados a fornecer níveis mínimos de ajuda à instalação de jovens agricultores, que frequentemente se vêem obrigados a deixar as suas terras.

Atendendo a que os custos de instalação elevados são o principal problema que enfrentam os jovens agricul-

tores na UE e nos países candidatos, o PE propõe que as ajudas à instalação e as ajudas complementares aos investimentos sejam aumentadas e fiquem disponíveis durante pelo menos oito anos após a instalação.

### PAC é o problema

Sem pôr em causa a necessidade de medidas especiais de apoio comunitário aos jovens agricultores, a deputada Ilda Figueiredo foi mais longe ao considerar que «o problema fundamental reside na necessidade de uma mudança de fundo da PAC».

De facto a política agrícola comum tem promovido a con-

centração das terras, a intensificação produtiva, a progressiva verticalização das produções agrícolas, com consequências na desertificação e despovoamento rural, como o provam o declínio no emprego e nas explorações de cerca de 22% e 20% respectivamente, desde 1990.

Por isso, a deputada criticou o relatório em questão por não insistir «nas necessárias mudanças de política» e por jogar com o quadro existente. Contudo, congratulou-se com a aprovação de três alterações que propôs.

A primeira refere a «necessidade de apostar numa produção agrícola sustentável e de qualidade, que contribua para produtos

seguros e de alto valor acrescentado, passando pelo apoio à agricultura biológica, o apoio às raças autóctones e o reforço das denominações de origem e a criação de mecanismos de apoio aos produtos regionais de particular qualidade».

A segunda alteração exige «o reforço das verbas do desenvolvimento rural e dos fundos estruturais para apoiar e criar amplas redes de serviços públicos, criar infra-estruturas e dinamizar os mercados locais ao nível do mundo rural».

Po último, o relatório passou a referir «a necessidade de simplificar e agrupar a legislação referente aos jovens agricultores».

## PE fiscaliza eleições no Bangladesh

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução que pede o envio de uma missão europeia ao Bangladesh para fiscalizar o desenrolar das eleições de Novembro próximo, a qual deverá incluir um grupo de observadores do PE. No debate da passada semana, o deputado, do PCP, Joaquim Miranda, interveio em nome da Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação à qual preside, salientando que aquele país tem uma situação económica frágil, marcada pela predominância do sector primário que abrange cerca de 65 por cento da população. Relatando a experiência recolhida numa recente visita ao Bangladesh, Joaquim Miranda referiu-se ainda às debilidades no domínio político, patentes no clima de forte violência que opõem o governo e as forças de oposição. Neste sentido, a resolução do PE exorta o Governo do Bangladesh a fazer os possíveis para salvaguardar os direitos humanos, considerando que o novo acordo de cooperação com a União Europeia deve tomar em conta a cláusula relativa aos direitos humanos e às liberdades democráticas, além de encorajar a expansão do comércio e do investimento, a continuação da ajuda humanitária e a intensificação das actividades de desenvolvimento.

## Riscos acrescidos da BSE

O Comité Científico Director da União Europeia aconselhou Bruxelas a aumentar as restrições à carne bovina. Respondendo a uma série de perguntas colocadas pelos ministros da Agricultura dos Quinze, este comité sugere que a «carne separada mecanicamente dos ossos dos bovinos deve ser considerada material de risco se advém do crânio e de ossos da coluna vertebral de animais com mais de 12 meses» de idade.

De acordo com os cientistas europeus, o gado nascido antes da aplicação efectiva da proibição das farinhas de carne e osso na alimentação animal, ou os animais nascidos durante o período em que esta medida não era correctamente aplicada, podem significar um risco mais elevado da existência da doença que justifica mais restrições no uso dos materiais bovinos.

Em Portugal, de acordo com dados da Comissão Europeia, a incidência da doença aumentou de 161,6 por milhão de bovinos com mais de dois anos de idade, na primeira quinzena de Dezembro, para 173, no final do ano, registando-se naquele mês 15 novos casos. Ao todo, Portugal registou 503 bovinos infectados desde 1990.

## Kuwaitianas não podem votar

A mais alta instância jurídica do Kuwait rejeitou na passada semana um recurso em favor da concessão de direitos políticos às mulheres, reservados pela lei eleitoral apenas aos homens. Em Abril último, Adnan Hussein al-Issa processou o ministro do Interior pela sua recusa em inscrever as mulheres nas listas eleitorais. A Constituição garante a igualdade entre os dois sexos ao passo que a lei eleitoral apenas atribui direitos políticos aos homens. Os militantes dos direitos das mulheres afirmam que irão continuar a lutar pelas reformas legais a fim de tentarem inscrever o nome das kuwaitianas nos cadernos eleitorais do país.

## CNN despede 400 trabalhadores

A cadeia norte-americana de informação CNN anunciou na passada semana o despedimento de 400 trabalhadores devido a uma profunda reestruturação dos canais de televisão, rádio e internet. Numa carta enviada aos funcionários da companhia, o presidente da CNN, Tom Johnson, explicou que a reorganização da empresa, que implicará uma redução do pessoal de cerca de 10 por cento, tem como fim condensar os numerosos departamentos de notícias existentes.

## Confrontos na Tchetchénia fazem 20 mortos

Mais de 20 soldados russos morreram durante violentos confrontos ocorridos no passado fim-de-semana na Tchetchénia. Oficiais russos informaram que os rebeldes tchetchenos abriram fogo sobre um posto da polícia e uma bomba explodiu quase ao mesmo tempo num café, ferindo um número indeterminado de civis. Os rebeldes abriram fogo sobre um posto de controlo fora da cidade de Gudermes, ferindo dois homens, segundo noticiou a agência russa Itar-Tass. De acordo com o governo russo, já morreram cerca de 2600 soldados em combate nesta República do Cáucaso, desde que o Kremlin interveio militarmente naquela região, em Agosto de 1999.

Primeira medida do novo inquilino da Casa Branca foi cancelar fundos a organizações de planeamento familiar

# Posse de Bush marcada por manifestações de protesto

**George W. Bush tomou posse no sábado com um apelo à reconciliação nacional. Nas ruas, milhares de pessoas protestaram contra o novo inquilino da Casa Branca.**

O 43.º presidente dos EUA fez uma promessa «solene» ao tomar posse no cargo a que ascendeu apesar de ter recebido menos meio milhão de votos do que o seu adversário Al Gore: trabalhar «para construir uma única nação de justiça e oportunidades».

De nada serviram os compromissos de Bush de baixar os impostos, reformar o sistema de pensões ou reforçar a vertente militar. Nas ruas de Washington, pela primeira vez desde a reeleição de Nixon, em 1973, vários milhares de norte-americanos fizeram ouvir os seus protestos, lembrando que Bush não ganhou as eleições, é um feroz defensor da pena de morte, opositor do aborto, despreza os negros e quer abrir o Alasca à exploração petrolífera. Os manifestantes exigiram a libertação de Mumia Abul Jamal, o jornalista negro condenado à morte, mas lembraram também que «a ajuda dos EUA a Israel serve para matar crianças palestinianas», e reclamaram a suspensão do Plano Colômbia aprovado por Clinton.

«Somos vários milhares de pessoas que pretendem demonstrar que Bush não tem legitimidade para governar», declarou à APF uma das organizadoras do protesto Liz Butler, do grupo «Justice

Action Movement», membro do colectivo «International Action Center».

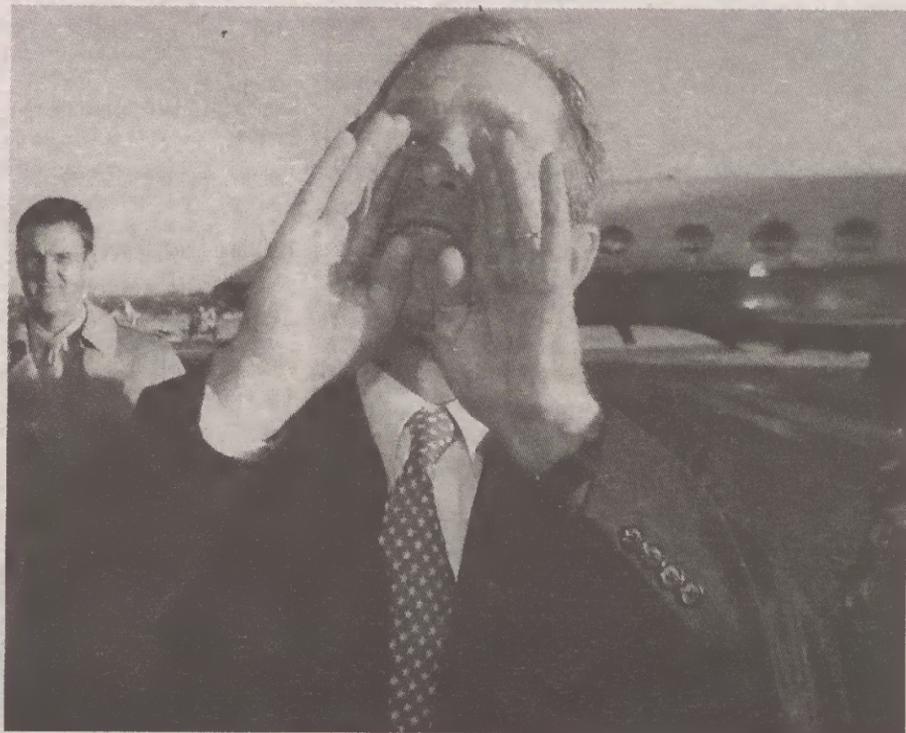
A festa das botas à vaqueiro (uma exigência de Bush para dar um toque pessoal ao traje de cerimónia) não foi no entanto perturbada. Para isso velaram 2800 agentes à paisana e mais 1200 agentes fardados dos Serviços Secretos, assistidos por 3600 agentes de outras organizações de segurança, apoiados por seu turno por outros 1400 agentes da ordem.

Segundo a Lusa, citando fontes da organização da manifestação, registaram-se violentos confrontos com a polícia.

### As primeiras medidas

Mal tomou posse, George W. Bush cumpriu uma promessa que está longe de contribuir para a «reconciliação» dos americanos: restabeleceu a chamada política de «Mexico City», cancelando os fundos dos EUA para as organizações de planeamento familiar sediadas fora do país.

Bush deu a conhecer a sua decisão num memorando dirigido ao administrador da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), encarregado nomeadamente de distribuir



George W. Bush apela à reconciliação

a ajuda norte-americana às organizações não governamentais.

«É minha convicção que o dinheiro dos contribuintes não deve ser utilizado para pagar abortos ou defender e promover activamente os mesmos, quer aqui quer no estrangeiro», afirmou Bush em comunicado, citado pela Reuters.

Os fundos destinados às referidas organizações no orçamento federal para este ano ascendiam a 425 milhões de dólares, mas só podem ser desbloqueados a partir de 15 de Fevereiro, o que deixou ao

sucessor de Clinton a possibilidade de alterar a situação.

Esta decisão, que repõe a política seguida por Ronald Reagan em 1984 (e anulada por Clinton em 1993), não é nada pacífica. Cinquenta e cinco por cento dos americanos está a favor do aborto, enquanto 42 por cento é partidário de severas restrições face à legalização.

«Milhões de mulheres voltaram a ficar desprotegidas», afirmou Patricia Ireland, presidente da Organização de Apoio à Mulher. «Não podemos contar com a Casa Branca, nem com o Supremo Tri-

bunal, e muito menos com o futuro Procurador-Geral.»

Recorda-se que o Congresso norte-americano proíbe desde os anos 70 a utilização de qualquer dinheiro federal para financiar directamente o aborto no estrangeiro, mas tanto Ronald Reagan como George Bush, pai do actual presidente, acharam necessário ir mais longe com outras restrições, geralmente conhecidas pelo nome de código de «política de Mexico City», por terem sido anunciadas por Reagan durante uma conferência internacional sobre a população em 1984, no México.

## Filipinas

# Estrada destituído

A vice-presidente Gloria Arroyo substituiu no sábado Joseph Estrada na presidência das Filipinas. A resolução da crise aberta pela destituição de Estrada, acusado de corrupção, entre outros crimes, ficou a dever-se em grande parte à mobilização popular.

O país viveu nos últimos dias em estado de agitação permanente, que culminou em Manila numa corrente humana de milhares de pessoas exigindo a demissão de Estrada. A corrente humana teve início na estátua erguida no bairro financeiro de Makkati, em honra do senador Benigno Aquino, assassinado em 1983 durante a ditadura de Ferdinand Marcos, e alongou-se até ao monumento da revolta popular de 1986, em Edsa, a cerca de 10 quilómetros.

Com esta manifestação de força tornou-se claro que a população não aceitaria a suspensão do processo de destituição do presidente, como chegou a pretender o

senado, nem tão-pouco a realização de eleições antecipadas para Maio, como defendeu Estrada, sem no entanto conseguir convencer a oposição. Não menos significativo foi o facto de tanto Angelo Reyes, chefe das forças armadas filipinas e Orlando Mercado, ministro da Defesa, terem retirado o seu apoio ao presidente, o que fez temer a hipótese de um golpe de Estado. A conjugação de todos estes factores acabou no entanto por facilitar o afastamento de Estrada e a sua substituição pela até então vice-presidente, Gloria Arroyo, que de imediato se propôs levar a cabo um saneamento da economia do país.

Recorda-se que o Senado filipino começou a julgar Estrada em 7 de Dezembro, por fraude, suborno, corrupção, traição da confiança do povo e violação da Constituição. A acusação afirma ter dados sobre movimentos de contas bancárias em nome de Jose Velarde, nome fictício

usado por Estrada em algumas das suas transações financeiras, pela qual passaram cerca de 60 milhões de dólares desde Agosto de 1999. O processo judicial contra o ex-presidente começou segunda-feira num tribunal especial criado para o efeito.

Entretanto, o primeiro sinal de acalmia política foi dado pela Frente Moro de Libertação Islâmica (FMLI), que desde os anos 80 procura formar uma Estado independente na província de Mindanao. A FMLI afirma-se disposta a recomençar as conversações de paz com o governo de Gloria Arroyo e a assinar um acordo de cessar-fogo, como primeiro passo para pôr termo aos confrontos armados naquela província do Sul do país. As negociações foram interrompidas depois de Estrada ter ordenado uma ofensiva militar contra a FMLI, o maior grupo separatista muçulmano das Filipinas.

## 697 mortos em El Salvador

O sismo que assolou El Salvador há uma semana provocou pelo menos 697 mortos, 3440 feridos e mais de 54 mil desalojados, segundo indicou um balanço das autoridades divulgado em São Salvador.

Entretanto, uma equipa de médicos cubanos chegou sexta-feira a San Salvador para ajudar a controlar as doenças que surgem normalmente a seguir a calamidades deste tipo.

As equipas de socorro prosseguiram os seus trabalhos para tentar encontrar sobreviventes e retirar os cadáveres soterrados sob as pedras, lamas e escombros.

«As hipóteses de encontrar sobreviventes são praticamente nulas, dada a enorme quantidade de terra que esmagou literalmente estas construções frágeis», afirmou o responsável de uma das equipas de

bombeiros a trabalhar no local.

O presidente salvadorenho, Francisco Flores, pediu ao Governo da Colômbia o envio de 3000 caixões, «que possam ser postos à disposição das pessoas que não os podem comprar». Paralelamente, fontes oficiais indicaram que os cadáveres não reclamados poderão ser sepultados em valas comuns para evitar o risco de epidemias.

Entretanto, continuam a chegar a El Salvador ofertas de ajuda de países terceiros, designadamente da Guatemala, que se ofereceu para abastecer o país de energia eléctrica, e da Itália, cujo governo aprovou uma verba de cerca de 750 mil contos para assistência às vítimas do sismo. A Cruz Vermelha francesa anunciou também o envio de material de emergência no valor de 20 mil contos.

## República Democrática do Congo

## Futuro incerto

O assassinato de Kabila e a nomeação do seu filho, Joseph Kabila, para a chefia do Estado revelam o clima de tensão e incerteza que se vive em Kinshasa.

Vários chefes de Estado da África juntaram-se anteontem à população de Kinshasa, a capital da República Democrática do Congo, para dizer o último adeus ao presidente Laurent-Désiré Kabila, assassinado há uma semana em circunstâncias ainda mal esclarecidas. O presidente de Zimbábue, Robert Mugabe, estava entre os dignitários que compareceram ao funeral de Kabila.

O anúncio oficial da morte de Kabila, pela voz do ministro da Informação, Dominique Sakombi, numa declaração transmitida pela televisão

pública, não adiantou pormenores sobre o acontecimento, que mergulha uma vez mais a RDC, há décadas dilacerada pela corrupção e a guerra civil, num clima de tensão e incerteza quanto ao seu futuro.

### Combates em Bunia provocaram pelo menos 59 mortos e sete feridos

O general Joseph Kabila, filho do presidente Laurent Kabila, foi temporariamente indicado para chefiar o governo. A escolha parece destinada a

evitar, no futuro imediato, a luta pelo poder num país tradicionalmente instável. Joseph Kabila torna-se assim no presidente mais jovem de África, mas a situação não lhe é favo-

rável: o seu escasso domínio da língua francesa não o beneficia junto da população, e não goza de grande popularidade junto ao exército.

Nos últimos dias registaram-se combates em Bunia, capital da província de ITURI, extremo leste da RD do Congo, que provocaram pelo menos 59 mortos e sete feridos, mas o total de vítimas poderá vir a aumentar, informaram fontes das Nações Unidas (ONU), em Goma. Os combates estão a ser travados com recurso a artilharia pesada, opõem membros da tribo «lendu» à tribo «hemas», que lutam pela tomada do aeroporto local, provocando o êxodo de cerca de 5 mil pessoas para o país vizinho.

A cidade está sob o controlo da Frente de Libertação do Congo (FLC), coligação de facções rebeldes apoiadas pelo Uganda e presidida por Jean-Pierre Bemba.

Entretanto, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, defendeu esta semana a importância das forças aliadas para ajudar a restabelecer a ordem na RD do Congo, apelando à união do povo congolês em torno do seu novo presidente. «Penso que os nossos irmãos da RDC devem cerrar fileiras, unidos em torno do seu novo chefe de Estado», afirmou Eduardo dos Santos, citado pela Lusa.

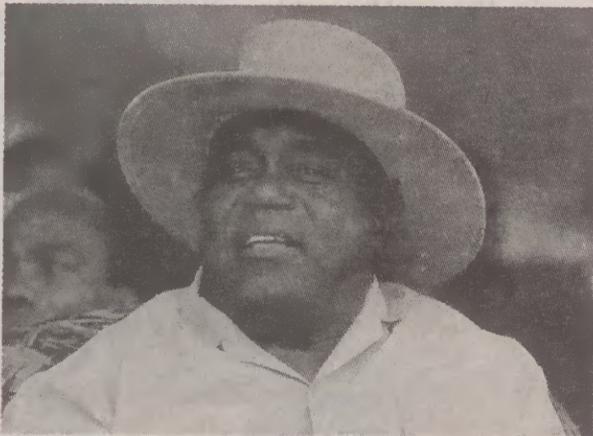
### Um pobre país rico

Com uma superfície idêntica à da Europa Ocidental, a RDC é rica em minerais como o cobalto, diamante industrial, zinco, cobre, urânio e café, mas segundo uma comissão de peritos da ONU que elaborou um estudo sobre as pilhagens dos recursos do país, décadas de corrupção e má gestão impedem uma avaliação das riquezas naturais da RDC.

Os dados recolhidos pelos peritos referem que o principal problema que encontraram «é a fiabilidade da informação». «Décadas de governos negligentes, má administração e corrupção governamental, incluindo a generalizada evasão aos impostos e tarifas aduaneiras, sem mencionar os efeitos do conflito de 1996, impedem o estabelecimento de uma imagem objectiva, precisa e imparcial sobre os recursos naturais do país», denunciaram.

Os ministros do Congo têm denunciado que «o Ruanda e Uganda estão a saquear o ouro e os diamantes no leste do país, e que as receitas da exploração florestal diminuíram devido à guerra». Os governos têm alertado que há lugares em que desaparece gado, café e outros produtos agrícolas, o que provoca a escassez de alimentos em zonas que no passado foram ricas.

Após a guerra civil de 1998 no Congo morreram cerca de 2,3 milhões de pessoas, o número de refugiados aumentou e a miséria agrava-se constantemente, afectando pelo menos 16 milhões de civis.



Laurent-Désiré Kabila

## Uma nação sem paz

A República Democrática do Congo (antigo Zaire) praticamente ainda não conheceu o significado da palavra paz desde a sua independência. A nação, que chegou a ser propriedade pessoal do rei da Bélgica, Leopold II, viu a escravidão persistir até ao século XX. Nas décadas posteriores à independência de 1960, o Ocidente manteve relações amigáveis com Mobutu Sese Seko, um ditador corrupto que recebia apoio por sua posição anticomunista.

**1960.** Proclamação da independência. O país vê-se imerso numa guerra civil marcada pela intervenção de mercenários estrangeiros.

**1961.** O primeiro-ministro, Patrice Lumumba, é assassinado.

**1964-65.** Após um período de grandes convulsões, Mobutu toma o poder, em que se mantém durante 32 anos.

**1971.** Mobutu muda o nome do país de Congo para Zaire e o seu próprio para Mobutu Sese Seko.

**1994.** O país vive uma das suas maiores tragédias: o genocídio ruandês, em que 800 000 tutsis e hutus moderados são assassinados por extremistas hutus. Milhares de ruandeses procuram refúgio na região congoleza de Kivu, que faz fronteira com o Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia.

**1997.** Kabila, apoiado pelo Ruanda e Uganda, lidera uma ofensiva contra o presidente Sese Seko, obrigando-o a abandonar Kinshasa. O país muda outra vez de nome e passa a denominar-se República Democrática do Congo.

**1998.** Nova guerra civil, dirigida por tutsis congolezes a partir da fronteira com o Ruanda e Burundi. As forças governamentais são apoiadas por Angola, Zimbábue e Namíbia, e as facções rebeldes, pelo Ruanda e o Uganda.

**2000.** Líderes dos países implicados na guerra civil do Congo firmam um acordo de paz que nunca se aplicou. Desde a guerra civil de 1998 morreram cerca de 2,3 milhões de pessoas.

**2001.** A 16 de Janeiro Laurent Kabila é assassinado, alegadamente, por um guarda-costas.

• Miguel Urbano Rodrigues

# Putin em Havana - recados para Bush

Entre a última visita de um presidente da URSS a Cuba e a que Vladimir Putin realizou em Dezembro pp transcorreram onze anos. O mundo tornou-se nesse breve espaço de tempo quase irreconhecível no tocante a relações de poder. A União Soviética desapareceu e o sistema de poder dos EUA exerce um domínio praticamente hegemónico sobre o planeta. Em 1989, Gorbachev, discursando em Havana, ainda fazia a apologia do marxismo e elogiava Lenine; hoje enaltece as supostas bondades do capitalismo neoliberal. Cuba, contra a lógica aparente da história, resistiu ao vendaval que varreu a Terra e permanece fiel ao projecto de construção de uma sociedade socialista. Neste contexto foi um acontecimento importante e complexo a visita do presidente Putin à Ilha, bloqueada pelos EUA.

A Declaração Conjunta que ele e Fidel firmaram não é um documento diplomático comum. Nos EUA, Bush e o general Colin Powell, o futuro secretário de Estado, certamente extraíram do seu conteúdo as mensagens nele implícitas.

Para Washington é preocupante que Putin tenha escolhido Havana para ali condenar com Fidel os propósitos de aplicar internacionalmente conceitos como a «ingerência humanitária» e «a soberania limitada» para justificar acções de força unilaterais, substituindo-se às Nações Unidas. As referências à necessidade urgente de um novo sistema de relações internacionais com base na multipolaridade, ao respeito pela Carta da ONU e pelas normas do Direito Internacional foram também devidamente interpretadas nos EUA como recados transparentes.

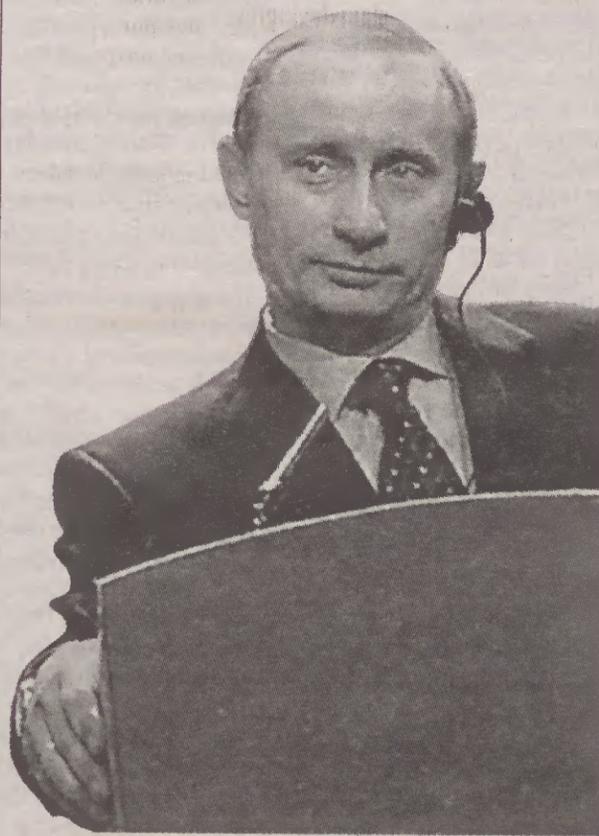
A Rússia condenou explicitamente o bloqueio e todos os actos de

extraterritorialidade com ele relacionados. Cuba, pelo seu lado, manifestou o seu apoio à iniciativa russa de convocar para Moscovo, no próximo ano, sob o patrocínio da ONU, uma Conferência Internacional contra a militarização do espaço. Seria uma ingenuidade atribuir propósitos de desafio às palavras e atitudes assumidas em Havana pelo presidente russo.

Não foi essa a sua intenção. Putin, no final da visita, quando um jornalista lhe perguntou se despontava no horizonte uma aliança russo-cubana contra os EUA, aproveitou a oportunidade para definir a sua posição perante a nova Administração americana. Depois de

excluir a hipótese de alianças dirigidas contra qualquer país, acrescentou: «As relações da Rússia com os EUA dependerão da política de George W. Bush, mas há razões para confiar que ele terá uma boa equipa de governo, muito profissional.»

Vladimir Putin não é um revolucionário. Esperar dele uma solidariedade ideológica a Cuba seria desconhecer o seu pensamento político e aquilo que é como homem e estadista. Não lhe passa pela cabeça pôr em causa o capitalismo. Mas como presidente de um grande país, reduzido à condição de Estado periférico, empobrecido e dependente, tem plena consciência de que necessita urgentemente enterrar a estratégia de submissão implantada por Ieltsin e tomar iniciativas que possam abrir caminho à recuperação pelo povo russo do lugar a que tem direito na História. Não foram o modesto crédito concedido ao governo de Havana nem os acordos económicos assinados, apesar da sua importância, que conferiram um significado especialíssimo à primeira visita do presidente russo a Cuba e à América Latina. Esse significado deve ser procurado na esfera da política, sobretudo nas mensagens indirectas endereçadas aos EUA.



Fidel, num par de entrevistas à tv estatal russa e à agência Tass, aproveitou a presença de Putin para uma reflexão sobre a crise global do mundo contemporâneo, enfatizando o papel que a Rússia pode desempenhar no regresso a uma multipolaridade sem a qual a humanidade continuará a caminhar para o abismo. E, naturalmente, valorizou os múltiplos benefícios que para Cuba resultarão do fortalecimento das relações de grande amizade que durante três décadas uniram numa aliança fraternal o povo da Rússia e o cubano.

Como observador, estou persuadido de que mais ainda do que Cuba, muito mais, a Rússia tirará dividendos importantes desta visita. Admito que a vinda de Vladimir Putin à América Latina será futuramente recordada como o primeiro grande esforço da Rússia para recuperar o seu estatuto de grande potência perdido desde a implosão da URSS.

O presidente russo foi extremamente cauteloso. Mas a prudência nas palavras e nos actos não lhes reduz o significado político. Putin viajou acompanhado por cinco ministros e altos chefes militares. Em Havana assinou cinco acordos bilaterais.

# A resistência à globalização neoliberal<sup>(1)</sup>

• Miguel Urbano Rodrigues

**N**unca é de mais repetir que em si mesma a globalização, como fenómeno de reorganização do espaço, da economia e das relações sociais, é um processo inelutável que expressa o caminhar do homem e as prodigiosas conquistas por ele realizadas.

Aquilo que combatemos não é essa tendência, mas a engrenagem e os efeitos da chamada globalização neoliberal cujos objectivos são antagónicos aos da globalização da solidariedade entre os povos, a única que responde às aspirações da condição humana.

Recordo essa evidência porque a ideia da globalização é antiqüíssima. Sob figurinos diferentes, sistemas de poder com características muito diferenciadas foram precursores de um mundo globalizado. Alexandre da Macedónia sonhou com o Estado universal. Roma retomou o projecto e o Império Britânico, transcorridos quase dois milénios, respondeu no seu auge por quase metade da produção industrial e do comércio mundial.

Marx e Engels já na segunda metade do século XIX encaravam a globalização do capital como um processo inelutável, embora não previssem as formas que assumiria.

Nem isso era possível. A crise posterior à primeira guerra mundial atrasou a globalização neoliberal. O keynesianismo, para salvar o capitalismo de um naufrágio iminente, recorreu a soluções que fortaleceram o papel intervencionista do Estado, mas, a partir do início dos anos 70, assistimos a uma regressão galopante dessa tendência. Incentivadas pelo binómio Thatcher-Reagan, desenvolveram-se impetuosamente estratégias assinaladas por um predomínio cada vez maior do mercado e um enfraquecimento do Estado. Com a peculiaridade contraditória de que nos EUA, o país sob cuja égide e impulso se desenvolveu a globalização neoliberal, o Estado continuou a agigantar-se e a sua capacidade de intervenção se ampliou em múltiplos campos.

Naturalmente, a implosão da URSS e o hegemonismo dos EUA tiveram um efeito enorme na aceleração do novo rumo da economia mundial.

No início dos anos 90 a ruptura da organização mundial da produção, o agigantamento das transnacionais, a expansão galopante dos fundos de pensões e o seu peso decisivo nos mercados financeiros mudaram a vida no planeta onde o tempo passara a ser universal e instantâneo graças a uma revolução informática controlada por um punhado de empresas.

A concentração de poder assusta. As 200 maiores firmas do mundo – segundo o Banco Mundial e a Revista Fortune – representariam, em 1960, 17% do PIB mundial. Essa percentagem subiu para 24% em 83 e em 95 superava já os 31%. As 500 maiores empresas, com activos de 32 000 mil milhões de dólares, realizaram em 96 negócios no valor de 11 400 mil milhões obtendo lucros de 320 mil milhões. Esses lucros são superiores ao PIB de 43 países atrasados com mais de mil milhões de habitantes. O volume de vendas anual dessas 500 empresas equivale ao dobro do PIB de 107 países subdesenvolvidos, com mais de 4,5 mil milhões de habitantes, incluindo a China e a Índia.

## O jogo do dinheiro

O jogo do dinheiro nas bolsas assume proporções colossais. Somente as transações realizadas no mercado de divisas representam diariamente 1 400 mil milhões de dólares, isto é, aproximadamente 50 vezes o valor das transações de bens ligadas à produção.

As actuais gerações são espectadoras e vítimas de uma subversão total do triângulo histórico trabalho-produção-emprego. Os cinco primeiros fundos de pensões norte-americanos gerem mais de 1 200 mil milhões de dólares, ou seja, o equivalente ao PIB da França.

As crises, até ao final da segunda guerra, eram cíclicas. Agora há sempre crises em perspectiva no horizonte imediato. Acontecimentos inesperados em remotos países da periferia provocam fulminantes transferências de capitais. A crise na Ásia Oriental, iniciada na Tailândia, determinou por exemplo no primeiro trimestre de 98 o repatriamento de mais de 300 mil milhões de dólares para os países industrializados do Centro.

As crises russa e brasileira fizeram estremecer os países do G-7.

Quem paga as facturas de cada uma dessas crises, autênticos tumores da globalização neoliberal, é sempre o povo dos países dependentes por elas atingidos. O caso da Coreia constitui um exemplo paradigmático dos efeitos de cada uma delas numa repartição dos prejuízos e dos benefícios. Relatórios do Banco Mundial e do FMI registam com satisfação a relativa rapidez da recuperação da economia, no tocante à produção e ao PIB, daquele país da Ásia Oriental. Omitem, porém, o factor desnacionalização. Uma parcela importante das grandes empresas coreanas foi transferida de mãos. Hoje pertence às transnacionais que durante a crise as adquiriram por preços baixíssimos.

Segundo o PNUD, as desigualdades entre os ricos e os pobres acentuam-se de ano para ano; a exclusão social adquire, inclusive nos países industrializados, proporções assustadoras (na UE há 35 milhões de pessoas que vivem na pobreza). Em 1960, o quinto mais pobre da humanidade dispunha de 3% da renda mundial; em 1994 a parte que lhe cabia era apenas de 1,1%, quase um terço da anterior; hoje é inferior a 1%. Entretanto, no último quarto de século a renda dos mais ricos subiu de 69% para 86%.

Essa distribuição cada vez mais desigual da riqueza produzida é acompanhada de uma redução igualmente brutal de benefícios sociais a que os sectores mais desfavorecidos tinham acesso. A supressão de conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores após lutas históricas coincidiu com a concentração do poder económico. O novo capitalismo implica um desafio às modalidades da solidariedade nacional interna. Na sua prática mostra ser incompatível com o funcionamento do Estado do Bem Estar Social. A transnacionalização das economias choça-se com a lógica redistributiva do Estado-nção. Os países industrializados dão o mau exemplo. A saúde e a educação gratuitas deixam de ser consideradas deveres do Estado para serem gradualmente transformadas em negócios privados lucrativos cujos mecanismos alimentam a engrenagem dos mercados financeiros. As contribuições dos trabalhadores são hoje o combustível que assegura o gigantesco poder dos fundos de pensões.

Fidel Castro colocou a questão há dois anos em Havana, dirigindo-se a economistas de todas as escolas, vindos de todo o mundo. Na sua opinião terá uma duração breve. A irracionalidade do processo torna-o extremamente vulnerável. Contra o que sustenta a engrenagem mediática controlada pelas transnacio-

## Processo transitório

É a globalização neoliberal uma fatalidade ou um fim?

Contrariamente ao que sustentam os seus adeptos, nomeadamente os orgulhosos defensores de um capitalismo cognitivo que aspira ao monopólio de um saber cada vez mais concentrado em pequenas elites desumanizadas, o tipo de globalização divinizada pelos cérebros da nova economia é um processo transitório, marcado por grandes fragilidades.

Fidel Castro colocou a questão há dois anos em Havana, dirigindo-se a economistas de todas as escolas, vindos de todo o mundo. Na sua opinião terá uma duração breve. A irracionalidade do processo torna-o extremamente vulnerável. Contra o que sustenta a engrenagem mediática controlada pelas transnacio-



nas da informática, o desaparecimento do Estado-nação não é uma exigência premente da chamada aldeia global. A margem de manobra dos estados perante o flagelo do neoliberalismo globalizado é considerável. A questão é que se dispõem a resistir.

O envolvimento europeu em projectos norte-americanos como a agressão ao Iraque e à Jugoslávia tem levado influentes politólogos a sustentar que essa situação de dependência da União Europeia se manterá por muito tempo.

Tal opinião traduz um subjectivismo transparente. As contradições crescentes que opõem na área económica os EUA à União Europeia manifestam-se também na área político-militar.

Não terá sido por acaso que no pró-

prio momento em que o largo período de expansão da economia americana finda, abrindo-se a perspectiva de uma recessão, a UE tomou finalmente a decisão, repetidamente adiada, de criar uma força de intervenção rápida de 100 000 homens com capacidade para intervir autonomamente em conflitos regionais futuros. Não cabe aqui analisar os aspectos negativos de um eventual renascimento do militarismo europeu. O que me parece importante salientar é o facto de que Washington reagiu imediatamente, identificando no projecto uma ameaça à hegemonia até agora exercida pela OTAN no terreno da «segurança europeia».

Mas a própria dinâmica do neoliberalismo globalizado tende neste início do século XXI a acentuar e não a eliminar

as contradições existentes no âmbito da Tríada que, utilizando o G-7 e instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e outras, actua como se fosse um governo mundial onnipotente. Na frágil aliança da UE e do Japão com os EUA as divergências, embora não sejam expressas publicamente de maneira explícita, aumentam, bem como a sua complexidade. Enquanto a Europa confia numa recuperação da sua moeda, o Japão continua a desenvolver com paciência e discrição esforços tendentes à criação na Ásia Oriental de uma zona yen, projecto que provoca alarme nos EUA. A sua concretização poderia significar um golpe fatal para a hegemonia mundial do dólar.

A convergência na Tríada em torno de políticas que agravam a desigualdade no mundo e aprofundam o fosso existente entre os países desenvolvidos (menos de um quinto da humanidade) e os atrasados não impede a existência de grandes contradições entre os EUA e os seus aliados. Essas contradições não se manifestam apenas através de interesses económicos conflitantes. Os sistemas de segurança social europeus, embora enfraquecidos subsistem. A sua supressão provocaria grandes explosões sociais. Os mecanismos redistributivos na Europa estão ainda fundamentalmente ligados a relações de classe herdadas do pós-guerra. Nos EUA, os sindicatos e as organizações de massas dos trabalhadores nunca tiveram força para impor reivindicações que na Europa haviam sido aceites há muito pelo patronato. Essa disparidade de situações sociais e culturais contribuiu decisivamente para as elevadas taxas de crescimento económico dos EUA, mas também para a queda da qualidade de vida resultante do capitalismo selvagem norte-americano.

## A ameaça imperial

A teorização norte-americana sobre o estado mínimo desconhece a história. Os estados podem desaparecer. As nações subsistem quando eles são destruídos. Braudel falava-nos do motor histórico a três tempos: o tempo longo das mentalidades, o tempo médio da economia e o tempo breve do que é político. A fórmula é polémica. Mas o próprio debate por ela suscitado coloca-nos perante uma dúvida: provoca a globalização uma aceleração do ritmo geral da história ou apenas uma reorganização dos factores que o determinam?

Estamos longe de um consenso. Mas basta contrapormos, por exemplo, o Canadá à multidiversidade da Índia para sermos confrontados com a distância que nos separa da autêntica aldeia global. A unificação das culturas tardará séculos, talvez milénios, apesar da rede da Internet.

Segundo Zbigniew Brzezinski os EUA são já a primeira sociedade global da história e estão criando condições para impor uma cultura universal.

A afirmação, entretanto, é apressada e pouco responsável. Em primeiro lugar, uma cultura-síntese tipo Mac World, como lhe chamam, seria uma anticultura e portanto a antítese do fenómeno cultural.

Não precisamos saltar da América para a Ásia para captar a tenaz resistência das culturas a mudanças bruscas mesmo no âmbito da mesma sociedade. Numa aldeia da Alsácia quase tudo no modo sentir a vida difere de uma aldeia da Provença. No Brasil, o cartão de identidade com a menção da nacionalidade não apaga o abismo existencial entre um gaúcho de Porto Alegre e um caboclo do sertão baiano.

O funcionamento do sistema de poder dos EUA tende a gerar ilusões entre os próprios cérebros que contribuíram para o seu agigantamento e para lhe imprimir a ambição e agressividade que hoje o caracterizam.

A faceta mais inquietante desse sistema é a aspiração à hegemonia universal e perpetua sobre o conjunto dos povos da Terra. Essa ambição encontra-se formulada em numerosos textos e, na perspectiva militar, num muito citado relatório secreto do Pentágono, divulgado na edição de 8 de Março de 1992 do New York Times.

É uma ambição tão megalómana que entra em choque frontal com a própria lógica da globalização neoliberal, pois é incompatível com a supremacia do mercado sobre o Estado-nação.

Parece-me útil chamar a atenção para o facto de o sistema de poder dos EUA, no desenvolvimento de uma estratégia autónoma que ignora os mercados, insistir numa política imperial que, pela sua irracionalidade, configura uma ameaça permanente à paz mundial.

## O papel da Rússia

A onda de indignação levantada na Europa na sequência da morte de militares contaminados pelas radiações cancerígenas das granadas de urânio empobrecido utilizadas na Bósnia e no Kosovo pela OTAN anuncia tensões futuras. Ficou transparente que os EUA tomam decisões de carácter criminoso que envolvem a sobrevivência de soldados europeus sem informar os seus aliados na OTAN.

Não quero desviar-me do nosso tema e analisar aqui o significado da política de destruição do Iraque como Estado independente após a guerra do Golfo. Também não vou deter-me na política que levou à intervenção na Bósnia e à imposição da falsa paz de Dayton, política que teve continuidade na agressão à Jugoslávia, usando a OTAN como instrumento militar de um projecto mais amplo de dominação dos EUA sobre o conjunto dos Balcãs.

Chamarei, porém, a atenção para um aspecto importantíssimo da política de expansão para o leste europeu, de que quase não se fala no Brasil, apesar de ela constituir hoje uma peça fundamental da estratégia imperial dos EUA.

Em Março do ano passado participei em Belgrado de um Seminário Internacional de solidariedade com o povo da Jugoslávia. Durante esse evento, membros da delegação russa, quase todos académicos de prestígio, fizeram revelações importantes que, lamentavelmente, não obtiveram divulgação no estrangeiro.

Um desses intelectuais, Vassilevich Morosov, esboçou um quadro assustador do papel que a Rússia desempenha hoje como peça na estratégia do sistema de poder dos EUA.

Na sua opinião a guerra do Kosovo prosseguiu na Tchetchénia. E terá continuidade noutros conflitos que Washington tentará criar (e financiar) artificialmente no território russo, estimulando tendências separatistas latentes. O objectivo é provocar a repressão, ou seja a intervenção do exército federal russo. O sistema mediático cumprirá então o seu papel. Pelo mundo afora a Rússia será acusada de espezinhar os

direitos humanos e de negar o direito à autodeterminação de um povo que se bate pela liberdade. Os intelectuais ingénuos voltarão a morder o anzol. A Rússia aparecerá perante a «comunidade internacional» - expressão que designa cada vez mais os EUA e os seus aliados - sentada no banco dos réus. Segundo Morosov, depois da Tchetchénia chegará a vez do Daguestão. Posteriormente seria a Kalmaquia. O concerto mediático trataria de pedir solidariedade para um povo descendente dos mongóis, oprimido pelos russos a sudoeste do delta do Volga. O folhetim perverso tende a repetir-se. A grande mentira do Kosovo funcionou como escola. Afastar a Rússia do Cáspio e do leste do mar Negro parece ser uma prioridade para os ideólogos do sistema de poder dos EUA que traçam as linhas mestras da estratégia de dominação imperial perpétua da «nação predestinada» para tornar a humanidade feliz.

\* O presente texto é a primeira parte do resumo da comunicação do autor ao Seminário a realizar amanhã em Porto Alegre, Brasil, integrado no Fórum Social Mundial.

• Manoel  
de Lencastre

# A Presidência

**A** saída de mais um presidente e a chegada de outro à Casa Branca numa conjuntura em que o domínio político, militar e económico americano se abraça ao mundo inteiro, causa-nos indiferença. Se não fosse indiferença, seria desdém o que sentíamos. Não pelos escândalos de que a presidência de Clinton ficou marcada. Não pela esmagadora falta de tudo em George W. Bush. Mas pelas decepcionantes experiências que sucessivos presidentes dos Estados Unidos têm oferecido.

Em 1956 e 1957, a guerra da Argélia ocupava as atenções internacionais. Guy Mollet, chefe da SFIO, o PS francês de então, parecia capaz de oferecer alguma esperança de evolução política. A Frente Republicana, formada pela referida «Section Française de l'Internationale Ouvrière», pelo Partido Radical-Socialista, de Pierre Mendès-France, e pelo PCF, ganhara as eleições. Iria tudo mudar na Argélia? Mas logo os PS de então, como os de agora, se agarraram ao expresso do imperialismo e a guerra entrou em fases mais sangrentas e dilatadas. Tirando as claras posições de todos os partidos comunistas, era a voz de um jovem senador americano, John Kennedy, a única que permanecia incisiva e firme a castigar o colonialismo francês. Seria possível?

Ora, o nosso idealista senador foi eleito presidente dos Estados Unidos a 8 de Novembro de 1960 e chegou a Viena em princípios de Junho de 1961 para conhecer Nikita Krushchev e falar sobre a guerra fria com o secretário-geral do Partido Comunista soviético.

John  
Kennedy  
e Judith  
Campbell



## A eterna vítima

Norma Jean Mortenson (1926-1962), nasceu em Los Angeles no seio de uma família pobre e desfeita. Aos 9 anos, viu-se arrastada para uma casa de órfãos. Só possuía duas condições que poderiam facilitar-lhe, eventualmente,

algun progresso - a sua indiscutível beleza e a sua latente sexualidade. Essas condições, porém, tornaram-na vítima de repetidos assaltos sexuais por parte de pais e mães de adopção. A sua vida tornou-se confusa. O seu estado psicológico profundamente ferido.

Aos 19 anos foi conduzida para Hollywood por um fotógrafo e mudou de nome. Passou a chamar-se Marilyn Monroe. Vulnerável mas voluptuosa, ganhou popularidade junto do grande público ao desposar o jogador de «baseball» Joe diMaggio. Depois, atingindo alguma respeitabilidade como artista, cativou os instintos do célebre dramaturgo, Arthur Miller, e viria a contracenar com Sir Laurence Olivier em «O Príncipe e a Corista». Mas a sua paranóica insegurança acabaria sempre por destruí-la.

Em Novembro de 1960, quando John Kennedy entrou na Casa Branca, Arthur Miller deixou-a. Começou, então, um trágico «affair» com os pode-

rosos irmãos Kennedy. Mas, vendo-se prisioneira de uma insustentável situação, Marilyn, a vítima eterna, sempre explorada, abusada, traída pelos homens, «começou a badalar». A 4 de Agosto de 1962, o próprio Bobby Kennedy, então «Attorney General» (ministro da Justiça Federal), visitou-a em Palm Springs, California, para convencê-la a calar-se.

Mas nessa mesma noite a Mafia ter-lhe-á entrado em casa. Homens de mão às ordens de Sam Giancana liquidaram-na. Um deles, Gianola, espalhou sobre o leito de Marilyn o conteúdo de um frasco meio cheio de comprimidos para deixar a impressão de que um suicídio acontecera: Bobby Kennedy, que se previa ganhasse a eleição presidencial dado que Lyndon Johnson desistira de candidatar-se, foi assassinado (pela Mafia e pela CIA?) num hotel de Los Angeles em 1968. Sam Giancana sofreu idêntico destino às mãos do FBI em 1975.

podem defender-se do seu poderoso e ameaçador vizinho norte-americano. Seria uma semana mais tarde que surgiria um acordo com a URSS, um acordo nitidamente desigual que deixou ao mundo uma resposta à mais vital de todas as questões: quem, na verdade, estava disposto a sacrificar-se pela paz?

Já a 16 de Junho do ano anterior se haviam realizado conferências militares e políticas em Washington envolvendo altos funcionários americanos e o chefe do gabinete do governo de Saigão, Nguyen Dinh Thuan. Os Estados Unidos concordaram em elevar o número dos seus «conselheiros» militares, que era de 685, e chamaram a si as despesas inerentes a um aumento dos efectivos das forças armadas ao dispor dos anticomunistas sanguinários de Ngo Dinh Diem, para 150.000 homens. O que estava a passar-se era o início de uma guerra que assombraria todos os homens e todas as mulheres de todos os países. Quem queria a guerra?

Kennedy, portanto, deixava de ser visto como alguém que empunhava a mensagem de esperança que o mundo exigia. Apesar do seu jovem estilo e dos deslumbrantes sorrisos da esposa, Jackie, ou das constantes promessas de justiça propagadas pelo irmão, Bob Kennedy, propunha a guerra, planeava-a, caminhava para o inferno. Pior, ainda: empurrar-nos-ia a todos nessa trajetória alucinante.



## Triângulo fatal

Em 1959, Judith Campbell (mais tarde Judith Exner) apareceu diante de Frank Sinatra no restaurante «Puccini's» em Los Angeles. Era uma mulher assombrosa - os seus olhos verdes, o negro cabelo, as fartas sobrancelhas... Com apenas 25 anos, acabava de divorciar-se. Passou a acompanhar o «rat-pack» de Sinatra. Meses depois, o cançonetista apresentou-a a Jack Kennedy. Em Março de 1960, à vista da campanha eleitoral, o futuro presidente e a sua nova conquista passaram a encontrar-se, clandestinamente, no Plaza Hotel, em New York, e tudo começou. Mas, pouco depois, Sinatra introduziu Judith a um outro amigo que apresentou como Sam Flood. Tratava-se de um fulano calvo, de óculos, aparentando uns 50 anos. Este, disse-lhe logo: «Judy, uma mulher tão bela como você não devia usar roupa vulgar. Vista-se de rubis e diamantes.» Ela, evidentemente, concordou e logo o aceitou como segundo amante. Era Sam Giancana, o rei do mundo subterrâneo de Chicago.

Tornou-se difícil, para muitos, compreender a associação natural entre as duas mais poderosas forças da América - o mundo da política e o do crime organizado. Eram aqueles, então, os salvadores da humanidade sob a bandeira da democracia? O destino dos Kennedy tinha sido traçado nos dias cinzentos da lei seca quando o pai, Joseph Kennedy, se entendeu com o «gangster» Diamond Joe Esposito, na organização do mercado ilegal de bebidas alcoólicas. O combate clandestino à lei de 28.10.1920 (National Prohibition Act) deixou os Kennedy multimilionários... mas cativos. Note-se que Giancana, quando encontrou Judith Campbell, controlava actividades económicas ilícitas que se estendiam de Cleveland (Ohio) a New Orleans (Louisiana) e que a sua imensa fortuna (em 1960) crescia à razão de um milhão de dólares semanalmente. Dele, Judy recebia ramos de rosas amarelas. Vermelhas, entretanto, eram as que chegavam do presidente dos Estados Unidos. A insinuante mulher admitiria mais tarde que os seus dois amantes se conheciam e que fazia a ligação entre ambos.

Sam Giancana colocara-se ao lado de Jack Kennedy na eleição presidencial de 1960. Judy confessou que em mais de uma dúzia de ocasiões lhe entregou malas pesadíssimas cuja origem provinha dos Kennedy. A Mafia, assim, entrava nas eleições a favor dos seus antigos aliados. Missão essencial: a compra de votos. Na vital eleição primária em West Virginia e na eleição presidencial em áreas como Cook County no coração das circunscrições de Chicago onde Giancana dominava, a presidência foi conquistada a dinheiro e com o triplo dos votos relativamente aos eleitores recenseados...

### Desastre presidencial

Já na casa Branca, Kennedy continuou a utilizar Judy como correio para Giancana. Dizia-se que os envelopes por ela transportados continham «material secreto». Em Washington começava a acreditar-se, finalmente, em que o poder político nacional e o da economia ilegal subterrânea se tinham aliado para um objectivo que a ambos interessava - a eliminação de Fidel Castro. Com efeito, o governo americano sofrera uma cruel humilhação na Baía dos Porcos e a Mafia perdera o controlo dos casinos e dos negócios de prostituição e «show business» em Havana.

Em 1962, o presidente foi intimado por J. Edgar Hoover, chefe do FBI, a pôr fim às ligações que continuava a manter com Judy. Conhecedor das íntimas ligações desta com Giancana, Hoover compreendeu que o governo dos Estados Unidos estava nas mãos dos «gangsters» da Mafia. O FBI identificara o terceiro amante da rapariga, Johnny Rosselli, um homem de mão ao serviço de Giancana. Tornou-se claro, portanto, ser essencial proceder à eliminação do triângulo fatal. O FBI sabia que os Kennedy tinham faltado às promessas feitas a Frank Costello, chefe mafioso em New York, e ao próprio Giancana. A este, Joseph Kennedy, o pai, dissera: «Se o meu filho for eleito presidente, passará a ser o vosso homem. O meu filho, presidente dos Estados Unidos, devereis-vos-á a vida do pai. Aceitem a minha palavra. Ele não vos atraíçará.»

Sam Giancana tinha dúvidas. Frank Costello aceitou a promessa do velho irlandês Kennedy. O primeiro, premeditando uma certa espécie de vingança, diria mais tarde: «O povo americano gostará de ver o filme do seu presidente servido na cama por três raparigas.» Jack Kennedy seria assassinado em Dallas (pela Mafia e pela CIA?) a 2 de Novembro de 1963.



## Ciência & Tecnologia

Francisco Silva

# Urânio empobrecido? Guilty or not guilty?

Desculpem a expressão em língua inglesa. Mas são tantos os filmes e as séries americanas (americanas, oriundas dos EUA, é claro) a passarem na TV sobre causas, julgamentos, tribunais, que o processo público de discussão sobre as munições de urânio empobrecido acaba por fazer lembrar, ele também, um julgamento com as suas típicas manobras de diversão por parte da Defesa do réu. E este aparece esfumado nos cenários contraditórios pintados pelas mais diversas autoridades e instituições. A UE e os seus governos queixam-se dos americanos, o governo americano diz que já tinha avisado, o alemão, que não tinha sido devidamente informado, até parece que também há o plutónio, etc.

Então, por cá, no nosso jardim à beira-mar plantado, parece que ninguém sabia de nada. Ao nível dos mais responsáveis, é claro. Porque ao nível dos cientistas, dos peritos militares ou dos cidadãos, em particular os mais

nicar. E quando as coisas lhes aparecem por essa via, então passam também a existir para eles. E os cientistas e os peritos dos seus países? Normalmente, são cuidadosamente empregues os seus serviços, quando e se tal lhes parecer proveitoso para a sua imagem! O Sr. Solana, o PESC, e ex-SG da NATO, já se aproveitou dos resultados portugueses na sua argumentação no Parlamento Europeu - os teatros de guerra dos Balcãs ainda têm menos radioactividade que os terrenos de Portugal! Adiante, que já cheira mal o passa-culpismo de adultos «responsáveis».

### A árvore e a floresta

E, entretanto, enquanto os lancês do culpado ou não culpado, do *guilty or not guilty*, vão avançando para a cena com os detalhes de certas árvores (a leucemia nos soldados que estiveram nos Balcãs é normal, a radioactividade que não se detecta ali, nos sítios onde andaram, andam e andarão os «nossos» soldados, pudera!), mas não os de outras árvores (o que se passa com as populações dos locais bombardeados, não só da Bósnia ou da Jugoslávia, mas também do Iraque, onde os efeitos já tiveram mais tempo para se manifestar?). Enfim, parece mesmo que se procura afastar os olhares do público-júri da floresta do que deve ser tido em conta e conhecido.

Felizes de todos nós, também os portugueses, o seu povo, que podemos ter acesso aos escritos e ditos de qualificados membros da comunidade científica. Em Portugal, e só nos últimos tempos, semanas, temos usufruído da possibilidade de ler e aprender em jornais de referência (diz-se assim?) - o

«Diário de Notícias» e o «Público» - o que cientistas «nossos», dos mais prestigiados, e praticantes das chamadas ciências «duras», neste caso a Física e a Engenharia, bem apropriadas para este caso. Estou a lembrar-me dos artigos dos professores José António Salcedo e Rui Namorado Rosa.

Juntando os bocados vou coando informações (algumas, na data em que escrevo, ainda não publicadas): em impacto, a munição explode em micropartículas que ardem de imediato, espalhando-se na atmosfera e podendo mesmo ser transportadas, por acção do vento, a centenas de quilómetros de distância; a inalação é a principal forma de contaminação; das micropartículas inaladas, umas são solúveis nos fluidos pulmonares e outras não; aquelas, tóxicas, podem destruir órgãos como os rins; as não solúveis, são radioactivas a partir dos pulmões, onde se alojam; e porquê o uso do urânio, quando o tungsténio até é mais denso e bem mais duro do que aquele? Como pode ainda a necessidade de eficácia justificar o emprego do urânio?

Mas eles não sabiam estas coisas?



avisados, o conhecimento de tais matérias parecia ser já avançado. E vai avançando. Para tal, não precisaram, nem precisam, de ler documentos classificados, aos quais só os altos responsáveis dos órgãos de soberania têm acesso. Afinal, somos ou não um aliado dos americanos? Pertencemos ou não à NATO?

Talvez não soubessem mesmo ou não tivessem prestado a competente atenção, sempre a navegar, como andam, à bolina por entre os escolhos da sua sobrevivência «política». E, tal como a maioria dos chefes de empresa, que não confiam nem ouvem os seus próprios peritos - estes não podem saber nada, têm é de trabalhar -, e que só se apercebem das coisas quando os seus consultores de fora lhes apresentam de forma atraente, assim também acontece com a maioria dos governantes, em particular os dos países que contam menos, dominados, como o nosso. Os «líderes» ouvem, vêem e interiorizam o que a esfera dos grandes meios de comunicação, sobretudo os internacionais mais ligados à esfera financeira, têm para lhes comu-

## Pontos Naturais

Mário Castrim

### Duetos inocentes

Não basta querereres, para teres a Lua  
mas não há outra forma de ela um dia ser tua.

\*

Daqui a um século acabou-se a festa.  
Uma hora há que será sempre tua: esta.

\*

Dívidas, muitas tens e nada leves.  
Primeiro paga aquilo que a ti deves.

\*

Não sofras quem o amor no caminho perdeu.  
Alguém o há-de encontrar, chamar-lhe seu.

\*

Com quantas noites de poços sem luar  
tem uma gota de sol o pobre de pagar?

\*

Ama a poesia, vá.  
Só assim ela o será.

\*

Antes ferir os pés nos seixos mais ingratos  
do que ter de calçar certos sapatos.

\*

Meu testamento aqui vos deixo:  
de nada me queixo.

\*

Exige o universo  
ou não escrevas nem sequer um verso.

\*

Fato-macaco ou colarinho branco  
a diferença, enfim, para ser franco...

\*

Uma coluna vertical bem rica  
em geral não se dá bem com a tripa.

\*

Há quem não veja ainda como as urnas  
às vezes se parecem com as furnas.

\*

Trafulhas, oportunas, tagarelas?  
É só folhear as páginas amarelas...

\*

Quando me exponho, amor, ao sol que  
a sombra que projecto é a tua sombra. [assombra]

\*

Irremediavelmente-longo olho as estrelas.  
Amanhã serei uma delas.

\*

Na mesa a garrafinha do tintol.  
À nossa, amigo sol!

\*

O dinheiro não tem a culpa. Entende:  
ele somente compra o que se vende.

\*

Ai que tristeza vermos por aí  
ser-se de esquerda só por álibi...

\*

Quando se aceita um privilégio, eis quando  
sem o sentir já estamos resvalando.

\*

Quantas vezes ao ver televisão  
não estamos a jurar o nosso olhar em vão!

\*

Se te pões em bicos dos pés  
é só porque não és.

\*

Viu bem quem pôs orgulho  
a rimar com gorgulho.

\*

Aí ficam os meus duetos inocentes.  
Possam agora algumas mãos estar mais

[quentes!]

## Cartoon

Monginho



# Religiões

• Jorge Messias

## Chicanas da liberdade religiosa

É curioso verificar-se como aparentemente, nos tempos presentes, os grandes problemas e as suas potenciais soluções caminham a galope. Soluções demasiadamente apressadas, diríamos, ao sabor dos mercados: Vaticano II, guerra fria, lutas pela paz, fundamentalismos, separação ou aproximação das igrejas, colonialismos ou independência dos povos, capitalismo ou socialismo, tudo nos é descrito como processos encerrados por uma espécie de varinha mágica de condão. E, afinal, as raízes dessas velhas feridas ressurgem a cada passo.

No mundo religioso, o *ecumenismo* nasceu mal, como estratégia de uma igreja da Reforma para alcançar hegemonia sobre as suas congéneres. A intenção era negativa, geradora da ânsia do poder. Mas depois, como ideia passada à prática, o ecumenismo teve capacidade para se autocriticar e para se envolver nas questões sociais do mundo exterior. Desde então, o movimento ultrapassou as suas limitações iniciais e universalizou-se, assumindo-se como humanista em terras onde as religiões perdiam já a sua influência tradicional.

Com o Concílio Vaticano II o ecumenismo ganhou uma nova dimensão. Abertas as portas aos outros credos, as religiões passariam a unir os homens em vez de cultivarem os ódios e alimentarem projectos de riqueza e de poder. Mas em muito pouco tempo, como também como se sabe, o Vaticano II transformou-se num amontoado de palavras vazias de sentido. As igrejas ocidentais – católicas ou não – foram agentes activos dos interesses de um dos sistemas políticos em confronto. O movimento ecuménico contraiu uma doença mortal. Ao fazerem a sua escolha política, as hierarquias religiosas distanciaram-se automaticamente das comunidades. Passaram a gerir-se em função de lucros e de perdas. Surgiu a tese da globalização e a confusão foi total: a *globalização* capitalista correspondia, aparentemente, aos princípios de paz, unidade e justiça, propostos pelo *ecumenismo* cristão. Este erro de julgamento (semi-consciente) das igrejas completar-se-ia, em seguida, com as falsidades das *leis da liberdade religiosa*.

O deslumbramento produzido pelas ideias de reconciliação e de liberdade suscitou muitas simpatias entre as minorias religiosas, mas não só por isso: haveria mais dinheiro disponível e as igrejas pequenas poderiam

partilhar migalhas do poder. Erro elementar, como depois se viu.

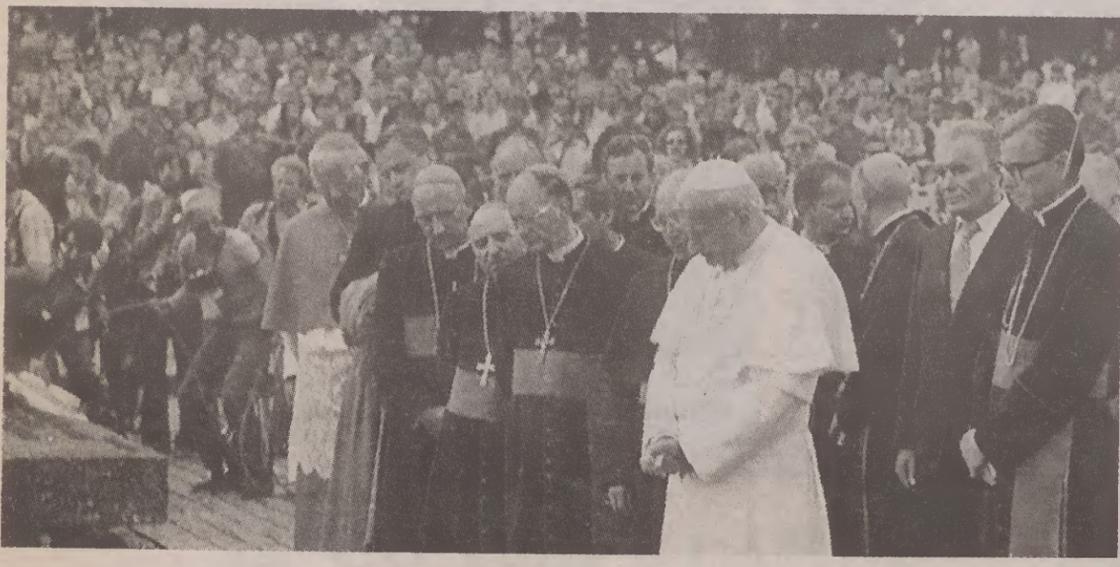
### Proposta de conclusão

Encontro após encontro, a hierarquia católica nada acabaria por ceder. Assim, em Portugal (e não só), as igrejas reformadas estão a encetar uma dolorosa experiência e as amarguras de uma dura lição. Um caminho talvez sem regresso. É que no mundo interconfessional nada é diferente do mundo político. Quem detém o poder não o cede movido por ideais conciliatórios. Ou é derrotado ou eterniza-se no seu trono. O combate tem que ser de carácter *revolucionário*. Revoluir é revolver, misturar. Um tipo de acção que não implica o uso da violência. E não exige, por parte dos que lutam, qualquer ódio ou sentido de segregação do adversário. Porém, implica – em religião ou em política – que as convicções sejam firmes e honestamente vividas.

O imobilismo não é a paz, nem a acção exige a guerra. Também as cedências e os silêncios não promovem a unidade. Nem a partilha dos erros e dos vícios deve ser erigida ao nível das virtudes. Importa ser-se humilde mas firme. Tudo isto conduz à uma proposta de conclusão: em religião ou na política, as questões do poder devem ser olhadas com desconfiança. Quem está quer ficar e não transige; quem luta por objectivos declarados nem sempre o faz honestamente. Os erros graves e não corrigidos a tempo são imperdoáveis. É certo que nada é perfeito, sobretudo a convicção de que um projecto é perfeito. Nada é acabado. Nada pára no tempo, tudo muda. Mas os princípios permanecem. Não se aceita entrar nos jogos do poder ao lado do mais forte. Não se vende a alma por um prato de lentilhas. Tudo isso é inútil.

A força dos cristãos é o Cristianismo e a força dos socialistas o Socialismo. Quando se esgotam internamente as energias convergentes das suas convicções, uns deixam de ser cristãos, os outros socialistas. Uns deixam de ser católicos, outros reformados. Uns deixam de ser comunistas, outros capitalistas. Os mais fortes subordinam os mais fracos. Por vezes, apenas através do uso da palavra.

Os homens e as instituições – esperemos – acabarão por sobreviver. Encontrar-se-ão onde os seus caminhos se cruzarem. Sem jogos de poder, chicanas ou combinações de gabinete.



# Pontos Cardeais

## Medidas

Após valsar canhestramente nos nove bailes organizados em Washington em sua honra, o novo Presidente dos EUA, George W. Bush Jr., tomou as suas primeiras decisões. Que foram três: uma, anulando a medida aprovada pelo seu antecessor, Bill Clinton, estipulando normas ambientais sobre resíduos industriais (Bush prefere encher o ambiente de desperdícios porque, para ele, «desperdício» é defender o ambiente); outra, anulando as directrizes aprovadas por Bill Clinton sobre o sistema público de assistência médica aos reformados (aqui está o que significa a sua prometida «reforma da Segurança Social» – pura e simplesmente acabar com o pouco que há); a terceira, instituindo um «Dia Nacional de Oração».

Bem visto. Com um governo destes, o melhor que os norte-americanos têm a fazer é rezar...

## Amigos

Segundo os jornais, cerca de 1300 pessoas vindas de todo o distrito de Bragança reuniram-se nesta cidade para um jantar assumidamente organizado pelos «verdadeiros amigos de Armando Vara». O homenageado, num discurso que constituiu o «prato principal» do convívio, afirmou que «depois de tudo, se tive algumas dúvidas do que devia de fazer a seguir, essas dúvidas desvaneceram-se hoje completamente depois desta recepção na minha terra». E o que vai Armando Vara «fazer a seguir»? Vai assumir o mandato de deputado para que foi eleito e vai processar «aqueles que difundiram mentiras» nos órgãos de comunicação social a respeito da sua controversa «fundação rodoviária», ao

mesmo tempo que garantia ver aquele jantar como de «confraternização» e não de «desagravo» pois «ninguém me agrava», acrescentando que não o movia a sede de vingança «porque as traições não precisam de ser vingadas, só comunicadas».

Se ninguém o agrava, porquê os processos em tribunal e a afirmação de que as traições «não precisam de ser vingadas, só comunicadas»? E se assim é, por que não comunicou as traições pelo menos aos «verdadeiros amigos» da sua terra – aliás, os únicos que foram ao jantar, pois nenhum ex-colega de governo ou figura política nacional pôs lá os pés? E só agora – entre amigos – é que descobriu a obrigação de assumir o mandato de deputado para que foi eleito?

Definitivamente, a amizade tem um papel determinante na carreira política de Armando Vara...

## Crimes

Para Paulo Portas, é preciso punir os autores dos «graffiti» que «suja» as paredes de Lisboa com os seus devaneios artísticos. Para isso, vai mesmo apresentar um projecto de lei com vista a criar um tipo específico de crime para esta actividade, colocando assim os prevaricadores sob o bastão da lei, o que para Paulo Portas parece ser a mesma coisa. Isto tudo porquê? Porque o líder do PP quer apresentar-se desde já como um candidato empenhado à presidência do município lisboeta. E para mostrar o seu empenho na resolução dos problemas de Lisboa, nada melhor que transformar pintores de «graffitis» em criminosos...

No Portugal democrático, uma visão destas sobre a capital do País é que devia ser crime...

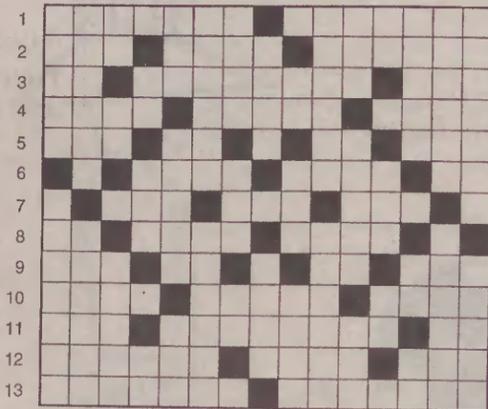
## Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 – Caminho ou rua empedrada. 2 – Cansera; contr. da prep. de com o pron. pess. ele; astro que, tal como os planetas, gira à volta do Sol e que é constituído por núcleo ou cabeça, cabeleira e cauda. 3 – Sétima nota musical; comprimido; aguardente de cereais. 4 – Pai (infantil); diversifica; a parte amarela do ovo. 5 – Nome próprio masculino; planta liliácea da China; contr. da prep. de com o art. def. o; gracejar. 6 – Escudeiros; cada um dos pequenos orifícios da derme; atmosfera. 7 – Dá crédito; costume; espécie de sapo da região do Amazonas. 8 – Interj. que exprime admiração; mamífero cetáceo muito voraz; risca do cabelo. 9 – Face inferior do pão; pedra de amolar; anuência. 10 – Agastamento; alado; poeta primitivo entre os Gregos. 11 – Órgão excretor que tem a seu cargo a função da formação da urina; planta herbácea, da família das crucíferas, muito utilizada na alimentação; sorri. 12 – Inércia; matéria corante azul de origem vegetal; maior. 13 – Fraqueza geral; profecia.

**VERTICAIS:** 1 – Escamas finas que se levantam na pele, especialmente no couro cabeludo; silenciaram. 2 – Aguçara; indivíduo de raça hamita. 3 – Pêlo de alguns animais, em especial do carneiro; nome da letra grega que corresponde ao Platino; sussurro. 4 – A parte mais larga da enxada; camareiro; sódio (s.q.). 5 – Suf. nom., de origem grega, que exprime a ideia da filiação, descendência; dignidade pontifícia (fig.); duas vezes. 6 – Mudança de direcção ou de posição; depuraram. 7 – Elevada; transpira; sem companhia. 8 – Terreiro; instrumento cortante, composto de lâmina de gume e de cabo. 9 – Lítio (s.q.); colocar; proprietário. 10 – Descoberta; amolecer. 11 – Elogio; oráculo; interj. que serve para chamar ou saudar. 12 – Antes do meio-dia (abrev.); declamo; aquelas. 13 – Governar; a si mesmo; mulo. 14 – Perda de ânimo; nome genérico das águas minerais. 15 – Vestuário rústico feito de peles de ovelha ou carneiro, ainda com a lã; mourisco.

**SOLUÇÃO:**  
HORIZONTAIS: 1 – Caminho; 2 – Cansera; 3 – Sétima; 4 – Pai; 5 – Nome; 6 – Escudeiros; 7 – Dá; 8 – Interj.; 9 – Face; 10 – Agastamento; 11 – Órgão; 12 – Inércia; 13 – Fraqueza; 14 – Perda; 15 – Vestuário.  
VERTICAIS: 1 – Escamas; 2 – Aguçara; 3 – Pêlo; 4 – Enxada; 5 – Sódio; 6 – Mudança; 7 – Elevada; 8 – Terreiro; 9 – Lítio; 10 – Descoberta; 11 – Elogio; 12 – Antes; 13 – Governar; 14 – Perda; 15 – Vestuário.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



## Xadrez

DCCLXXXV - 25 DE JANEIRO DE 2001

PROPOSIÇÃO N.º 2001X03

Por: JINDRICH FRITZ

«Lidová Demokracie», 1961

Pr.: [4]: Ps. e7, g7 - Td6 - Ra5

Br.: [4]: Ps. a6, f4 - Ta8 - Rc5



Branças jogam e ganham

\*\*\*  
SOLUÇÃO DO N.º 2001X03 [J. F.]

1. Pa7, Ta6; 2. f5, Ra4; 3. Td8, Ta7;  
4. Rh6, Ta5; Td4 + e.g.

A. de M. M.

## Damas

DCCLXXXV - 25 DE JANEIRO DE 2001

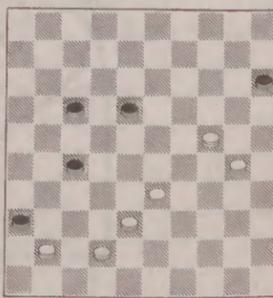
PROPOSIÇÃO N.º 2001D03

Por: R. BERGSMA

NI, 1967

Pr.: [5]: 15-17-18-27-36

Br.: [6]: 24-30-33-38-41-42



Branças jogam e ganham

\*\*\*  
SOLUÇÃO DO N.º 2001D03 [R. B.]

1. 24-20, (15x35); 2. 38-32, (36x29);  
3. 32x34 +

A. de M. M.

## 8.º Encontro Regional de Quadros do Alentejo

*Avis – Auditório Municipal*

Sábado, 27, a partir das 10h  
com a participação de **Carlos Carvalhas**

## Plenários de militantes

### Almada

Plenário Concelhio de Quadros para debate da situação social e política e a intervenção do Partido no ano em curso: sábado, 27, às 15h, no Centro de Trabalho Concelhio.

### Algueirão

Debate – A situação dos imigrantes em Portugal: sábado, 27, às 15h30 no CT de Algueirão.

### Corroios

Reunião Extraordinária da Organização da freguesia, para discussão aprofundada das várias frentes de trabalho partidário: sábado, 27, das 9h30 às 13h e das 15h às 18h, no salão do CT e com a participação de um camarada do CC.

### Palmela

Plenário Concelhio de militantes sobre a situação política e tarefas do Partido: sábado, 27, às 15h, no CT de Pinhal Novo.

### Seixal

Plenário da célula dos Trabalhadores da CM: sexta-feira, 26, às 18h00, no Centro de

Trabalho, com a participação do camarada **Carlos Aboim Inglês**.

### Montelavar

Plenário de militantes da freguesia: sábado, 27, às 21h, no CT local.

### Queluz

Plenário de militantes das Freguesias da Cidade de Queluz sobre as conclusões da reunião do CC, resultados das Presidenciais e Eleições Autárquicas: sexta-feira, 26, às 21h30, no CT de Queluz

### Vila Franca de Xira

Plenário Concelhio de Quadros: sexta-feira, 19, às 21h30, no Centro de Trabalho de Alverca.

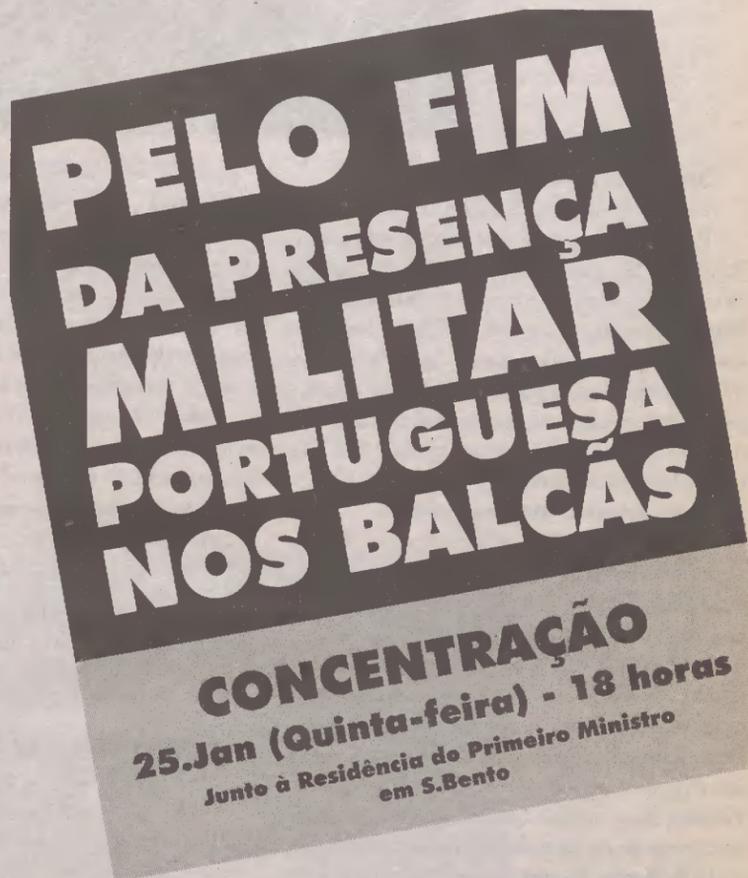
### Reformados

#### Bancários da ORL

Está marcada para quinta-feira, 25 – às 14h30 no Centro de Trabalho Vitória – uma reunião dos camaradas Bancários Reformados.

## Jornada Nacional do PCP contra a presença militar portuguesa nos Balcãs

Acções de protesto marcadas para hoje, dia 25 de Janeiro:



PCP

www.pcp.pt

### • No Algarve

Iniciativas em Faro (Rua de St.º António, 17h30), Portimão (Rua das Lojas, 17h30), Albufeira, Lagos, Olhão, Silves, Tavira e Vila Real de St.º António

### • No Porto

Sessão pública Pelo Fim da Presença Militar Portuguesa nos Balcãs no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Massarelos (às 21h30), com a participação de Jorge Cadima e Nuno Pinhão

### • Em Aveiro

Acção pública de protesto e recolha de assinaturas, junto à Biblioteca Municipal de Aveiro (a partir das 16h)

### • Em Castelo Branco

Acção de protesto promovida pela JCP/Castelo Branco (Rua Direita, junto aos semáforos, a partir das 17h)

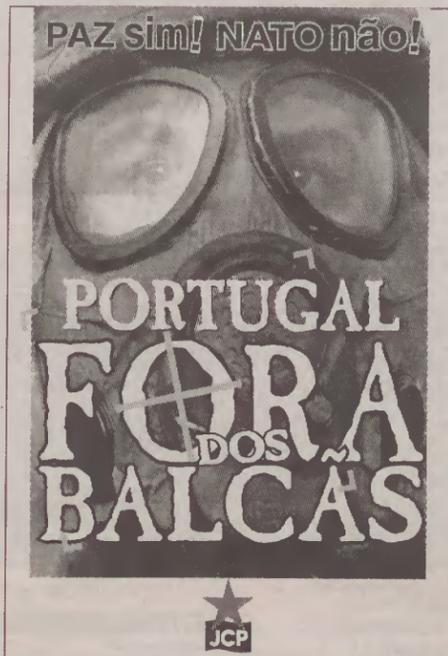
### • Em Coimbra

Concentração de protesto e solidariedade com as populações afectadas, na Praça 8 de Maio, em Coimbra (a partir das 17h30)

### No dia 31 de Janeiro

### • Em Braga

Concentração de protesto na Praça da Arcada, (às 17h)



### CDU Vila Franca de Xira

**José Neves**  
Seriedade e Confiança

Apresentação da candidatura da CDU à presidência da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Com a presença de **Carlos Carvalhas**

Domingo, 28, às 16h,  
na Euterpe Alhandrense,  
em Alhandra

### JCP Setúbal

#### Encontro Regional do Ensino Secundário

Almada – Centro Municipal da Juventude/Ponto de Encontro  
Sábado, 27, a partir das 14h30

### JCP Santarém

#### Plenário Regional do Ensino Secundário

Santarém – Centro de Trabalho do PCP  
Domingo, 28, a partir das 15h00

### JCP Porto

(Grupo de Trabalho da Juventude Trabalhadora do Porto)

#### Curso de Formação Ideológica para jovens trabalhadores

Centro de Trabalho do PCP de Barão de S. Cosme

Sábado, 27, a partir das 10h  
Almoço e jantar de convívio

### Debate em Benfca

No Centro de Trabalho de Benfca realiza-se no próximo dia 26, sexta-feira, às 21h30, um debate com **Urbano Tavares Rodrigues**

### Associação de Amizade

#### PORTUGAL-CUBA

7 de Fevereiro, às 20 h

#### Jantar comemorativo do triunfo da revolução cubana

Com a presença do embaixador sr. **Reinaldo Calbiac**

Participação de **Manuel Freire**

(Reservas:

213857305 – Rua Rodrigo da Fonseca, 107,  
r/c, Lisboa)

ATVer

Paixões  
em Fúria

### Sete Pecados Mortais

(Sexta-feira, 26, às 02H00, na SIC)

Para este dia e para esta rubrica («Primeiro Balcão»), a SIC enviou às redacções a programação de dois-filmes- dois: este magnífico **Sete Pecados Mortais** (*Seven*, no original) e o **Clube dos Poetas Mortos**. Como não sabemos qual deles vai a SIC transmitir, «apostamos» no primeiro e advertimos os telespectadores para a hipótese de (mais uma vez...) a errática programação da SIC não transmitir... qualquer deles.

Assim avisados, vamos ao *Seven*.

Realizado em 1995 por David Fincher, *Seven* é uma daquelas fitas norte-americanas que entram directamente para a galeria dos «clássicos», neste caso do género policial mais negro. É tudo impressionante, neste filme, desde a sua construção narrativa às fabulosas criações de **Morgan Freeman** (num detective negro, perspicaz, culto, desencantado e à beira da reforma), de **Brad Pitt** (o jovem detective de sangue na guelra que emparceira com Freeman numa relação que começa por ser difícil para terminar numa amizade celebrada em tragédia) e de **Kevin Spacey** (no *serial killer* provavelmente mais arrepiante da história do cinema), passando por uma fotografia esplendorosa no tratamento da luz e da sombra, construindo um universo asfixiante e aterrador servido por uma banda sonora inquietante. A história – a investigação de vários homicídios perpetrados por um *serial killer* ao longo do filme – é-nos servida pelo ponto de vista dos detectives, confrontados não apenas com crimes hediondos mas provocatoriamente anunciados pelo assassino, um psicopata intelectualmente brilhante e demencialmente imbuído de um «espírito de missão», que assassina para castigar os «sete pecados mortais» enunciados na Bíblia. O desfecho do filme é de antologia. Se (ainda) não viu, sirva-se que vale a pena!

### Cavaleiros de Água Doce

(Domingo, 28, na SIC)

Trata-se de mais uma estreia da Telefilme SIC Filmes, uma louvável (e conseguida) aposta desta estação televisiva na produção de cinema nacional. Segundo a sinopse, **Cavaleiros de Água Doce** é uma história de amizade entre «quatro rapazes de doze anos durante um Verão algarvio, o Verão mais importante de todos, na ténue mas decisiva fronteira entre a infância e a adolescência. Trata de primeiros amores e primeiras bebedeiras, desilusões e alegrias familiares, rituais iniciáticos e uma prova de natação em que se decide quase tudo: a posse da ria e da piscina de um aldeamento de férias e a vitória ou a derrota frente a um irascível quarteto de «queques», miúdos de fortuna confortável, talento natural e arrogância ilimitada». A ver... e depois logo se vê. Realizado por Tiago Guedes, com argumento de Pedro Marta Santos e interpretações de Nuno Simões, João Cabral, Guilherme Duarte, Francisco Martins, José Eduardo, Margarida Marinho, Fátima Lopes, João Lagarto e Dalida Carmo.

### Bom Dia, Vietname

(Domingo, 28, na TVI)

Na altura da estreia, nos idos de 1987, este filme foi um assinalável êxito e catapultou para o estrelato o actor **Robin Williams** no papel – inspirado numa figura real – de um *disk jockey* das Forças Armadas norte-americanas em Saigão, em plena guerra do Vietname, cujos «solos» e «diálogos consigo próprio» aos microfones surgiam como «provocatórios» e «incomodativos» para a hierarquia militar, para gáudio da tropa do filme

e gozo do espectador, assim servido por uma comédia que, subliminarmente, induzia a mais um exorcismo do trauma norte-americano do Vietname, desta vez mostrando esta guerra pelo lado grosseiro da caserna, com piadas a condizer. A trepidante interpretação de Williams (prenunciando as suas grandes qualidades de actor polvilhadas aqui e ali de aflitivos sinais de cabotinismo), uns sarcasmos à instituição militar a fazer as vezes de «censura» à ignomínia deste conflito desencadeado pelos EUA, uma banda sonora recheada de nostalgias musicais norte-americanas e um remate melodramático bem ao gosto das plateias do Tio Sam chegaram, na altura, a dar a este filme uma áurea de «comédia subversiva». Hoje, percebe-se que não passa mesmo de uma comédia. Razoável... e alinhadinha.

### Desenterrar o Passado

(Domingo, 28, na SIC)

Se não estiver para frequentar as casernas norte-americanas no Vietname, pode arriscar esta «estreia em televisão» anunciada pela SIC, que promete «um filme cheio de mistério e acção». Diga-se de passagem que a história anunciada também promete: uma personagem encarnada por **Ray Liotta** (geralmente inquietante nas suas *performances*) acorda no meio do deserto escaldante do Novo México sem saber quem é nem como ali foi parar, só percebendo que está a ser perseguido por um *gangster* implacável. O tema está um bocado batido, mas talvez valha a pena arriscar uma espreitadela. Sem compromisso...

### Paixões em Fúria

(Terça-feira, 30, RTP-2)

Passado vezes sem conta nos canais portugueses, este genuíno «clássico» de John Huston merece sempre uma visita, quer pelo naipe de intérpretes (**Humphrey Bogart**, **Edward G. Robinson**, **Lauren Bacall** e **Lionel Barrymore**, nem mais!) quer pela sua exemplar atmosfera cinematográfica (um conflito sufocante encenado quase todo na claustrofobia de um casarão decrepito), o que até faz esquecer a história um pouco forçada de um major veterano da II Guerra Mundial (Bogart) que se instala num hotel «por coincidência» dirigido pela viúva (Bacall) de um soldado que o major comandara, viúva a quem ele acaba salvando das garras de um selvático *gangster* (G. Robinson) que toma o hotel de assalto.

### Kramer contra Kramer

(Quarta-feira, 31, TVI)

Também passado vezes sem conta em todos os canais, eis outro sucesso estrondoso na altura da estreia (1979), apresentando a história lancinante de um casal divorciado disputando a tutela do filho. A coisa é complexa, pois a mãe começa por sair de casa deixando o filho ao pai, um *workoolic* (na altura não se chamava assim aos obcecados pelo trabalho, mas era o caso), que se vê confrontado com a inadiável obrigação de criar o filho sozinho. Parte do filme vive à custa deste esforço ingente do pai, que conquista todos os corações com o seu desajeitado empenho em educar o miúdo. Quando tudo já estava a correr sobre rodas, eis que a mãe resolve reivindicar a tutela da criança, o que dá uma batalha emocional do tamanho de um comboio. Neste «dramalhão» mais que datado resta o brilho – esse sim, imperecível – das grandes interpretações de **Dustin Hoffman** (o pai) e de **Meryl Streep** (a mãe), às voltas com o jovem e talentoso **Justin Henry** (o filho).

### Quinta, 25

#### ▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
08.35 Guia Dia a Dia  
10.00 Praça da Alegria  
12.30 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Marcas da Paixão  
16.25 Rosalinda  
17.30 Quem Quer Ser Milionário?  
18.05 Quebra-Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Quem Quer Ser Milionário?  
21.40 O Café da Esquina  
22.30 Grande Repórter  
23.40 24 Horas  
00.10 Turnos de Risco  
01.10 «Lisa» (de Jan Keymeulen, Bélgica/Suíça, com Veerle Dobbelaere, Antoine Kamerling, Mark Galo.)

#### ▶ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
13.30 Gente Remota  
14.30 Por Outro Lado  
15.20 Desporto 2  
17.10 Informação Gestual  
18.10 Informação Religiosa  
19.10 Cidade Louca  
19.40 Viver no Campo  
20.10 2001 Especial  
21.50 RTP Economia  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Artigo 37  
00.00 «Libertárias» (de Vicente Aranda, Esp.-Fr./1995, com Ana Belen, Victoria Abril, Ariadna Gil, Jorge Sanz. *Drama*)

#### ▶ SIC

08.00 Buéréré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 História de Amor  
15.00 Chiquinha Gonzaga  
16.00 Fátima Lopes  
18.00 O Cravo e a Rosa  
19.00 Malhação  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Acorrentados  
21.30 Uga Uga/Laços de Família  
23.30 «A Estrada do Paraíso» (de Bruce Beresford, EUA/1997, com Glenn Close, Pauline Collins, Cate Blanchett, Frances McDormand)  
02.00 Crime em Família  
03.00 Portugal Radical

#### ▶ TVI

08.30 Animação  
12.10 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Tiro e Queda  
15.00 Big Brother II Extra  
15.30 Batatoon  
19.30 Big Brother II Extra  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Jardins Proibidos  
22.00 Big Brother II  
23.00 «Desejos Secretos» (de Richard Weinman, EUA/1995, com John Bradley, Meilani Paul, Devin Devasquez.)  
01.00 Última Edição  
01.50 «Inferno em Família» (de Dean Stockwell, Jason Behr, Robert Keith. *Drama*)  
03.50 Os Segredos de Verónica  
04.20 Nightman



Ally McBeall

19.20 Big Brother II Extra  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Jardins Proibidos  
22.00 Big Brother II  
23.00 As Pupilas do Sr. Doutor  
23.50 A Bola É Nossa  
01.50 Última Edição  
02.40 Os Segredos de Verónica  
03.10 Nightman II

### Sexta, 26

#### ▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
08.35 Guia Dia a Dia  
10.00 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Emoções Fortes  
15.30 Marcas da Paixão  
16.25 Rosalinda  
17.30 Quem Quer Ser Milionário?  
18.05 Quebra-Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Quem Quer Ser Milionário?  
21.45 Alves dos Reis  
22.45 Milionários à Força II  
23.25 Cromos de Portugal II  
01.05 Big Bang  
02.00 «Uma Comédia Sobre Sexo e Outras Partes Marotas» (*Erotico*)

#### ▶ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
13.00 Livres e Iguais  
14.00 Gente Remota  
15.00 Conversa Privada  
16.00 Euronews  
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 100.000 Porquês (Estreia)  
19.45 Cidade Louca  
20.15 Viver no Campo  
20.45 O Tal Canal  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Dharma e Greg II (Estreia)  
00.00 A Outra Face da Lua  
01.00 «Van Gogh» (de Maurice Pialat, França, com Jacques Dutronc, Alexandra London, Gérard Séty. *Drama. Biográfico*)

#### ▶ SIC

08.00 Buéréré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 História de Amor  
15.00 Chiquita Gonzaga  
16.00 Fátima Lopes  
18.00 O Cravo e a Rosa  
19.00 Malhação  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Acorrentados  
21.30 Uga Uga/Laços de Família  
23.30 «Crimes Cruzados» (de Ralph Hemecker, EUA/1993, com Matt McCoy, Tracy Scoggins, Shary Shatuck. «Thriller»)  
01.30 Jogo Limpo  
03.30 «Sete Pecados Mortais» (de David Fincher, EUA/1992, com Brad Pitt, Morgan Freeman, Kevin Spacey, Gwyethy Patrol. *Ver Destaque*)

#### ▶ TVI

08.30 Animação  
12.15 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Tiro e Queda  
15.00 Big Brother II Extra  
15.30 Batatoon  
19.30 Big Brother II Extra  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Jardins Proibidos  
22.00 Big Brother II  
23.00 «Desejos Secretos» (de Richard Weinman, EUA/1995, com John Bradley, Meilani Paul, Devin Devasquez.)  
01.00 Última Edição  
01.50 «Inferno em Família» (de Dean Stockwell, Jason Behr, Robert Keith. *Drama*)  
03.50 Os Segredos de Verónica  
04.20 Nightman



A Ilustre Casa de Blackadder em 2.ª série

### Sábado, 27

#### ▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top +  
15.15 Sete em Miami  
15.50 Felicity  
17.00 O Lago Mais Fundo do Mundo  
18.55 Futebol – Sporting-V. Guimarães (1.ª Liga)  
21.00 Telejornal  
22.10 Moda 21  
22.40 Sábado à Noite  
00.10 Lei Marcial  
01.10 24 Horas  
01.30 Máquinas  
02.10 «O Creptisculo do Sião» (de John Polson, Austrália/1999, com Linus Roache, Victoria Hill, Ian Bliss, Danielle Cormack. *Comédia*)

#### ▶ RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto  
19.00 «A Justiça de Jesse James» (de Henry King, EUA/1939, com Tyrone Power, Henry Fonda, Nancy Kelly, Western)



Artigo 37, um novo programa de Diana Andriaga

21.00 Horizontes da Memória  
21.30 Bombordo  
22.00 Jornal África  
22.30 Jornal 2  
23.00 O Lugar da História  
24.00 Brit Com («A Ilustre Casa de Blackadder III», «Many Splintered Things», «Chambers»)  
01.30 «Os Emisários de Khalon» (*Erotico*)  
03.10 Prazeres

#### ▶ SIC

07.00 Ziz Zap  
11.15 Dá-lhe Gás  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Malucos do Riso  
15.00 «Viagem clandestina» (de Jonathan Kaplan, EUA/1985, com Meredith Salenger, John Cusak. *Drama*)  
17.00 «A Guerra dos Botões» (R. Unido/1996)  
19.00 Malhação  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Acorrentados  
23.00 Herman Sic  
01.15 «Psicopata da Noite» (de Bob Fialter, EUA/1992, com Michael Dudikoff, Mark Hamill, Robert Mithum. «Thriller»)  
03.15 Portugal Radical

#### ▶ TVI

08.30 Animação  
12.20 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
13.30 Contra-Ataque  
14.15 4ª a Fundo  
14.30 Caras Lindas  
16.00 «Homenzinhos» (de Rodney Gibbons, EUA/1997, com Mariel Hemingway, Chris Sarandon, Michael Caloz.)  
18.00 A Viagem dos Condenados  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Jardins Proibidos  
22.00 Bora Lá Marina  
22.50 112  
23.20 Lux  
00.20 Jogos de Poder  
04.20 Psi Factor III

## Domingo, 28

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
12.15 Jet 7  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Made in Portugal  
15.15 Providence  
16.15 «Heróis do Tiro» (de Niki List, Áustria/Alemanha/Suíça/1998, com Christian Schmidt, Elke Winkens, I. Stangl. *Comédia musical*)  
18.00 Agora é que são eles  
20.00 Telejornal  
21.10 Histórias da Vida Como Ela É  
22.05 Domingo Desportivo  
23.30 24 Horas  
02.00 «Felicidade» (de Tod Solondz, EUA/1997, com Cynthia Stevenson, Ben Gazzara, Lara Flynn Boyle. *Comédia*)

## ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
09.30 Programa Religioso  
10.30 Missa  
11.30 Horizontes da Memória  
12.00 Fronteira Ocidental  
12.30 Porto 2001  
13.30 Pontos de Fuga  
14.00 Desporto  
18.30 Super Humano  
19.30 Uma Mulher de Branco  
20.30 Onda Curta («Como Beijar», EUA/1989; «Um Desses Dias», EUA/1988; «Boomtown», de Bill Plympton, EUA/1985 e «A Dança dos Brutos», de Janet Perlman, Canadá/2000. *Curtas Metragens*)  
21.00 Futurama  
21.30 Artes e Letras  
22.30 Jornal 2  
23.00 Travessa do Cotovelo  
00.15 «Adeus Minha Concubina» (de Chen Kaige, China/1993. *Drama*)

## ▼ SIC

07.00 Zip Zap  
12.00 BBC Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Big Show  
18.00 «Cavaleiros de Água Doce» (de Tiago Guedes, Port./2000, com Nuno Simões, João Cabral, Guilherme Duarte, Francisco Martins. *Ver Destaque*)  
20.00 Jornal da Noite  
21.30 «Duplo Team» (de Tsiu Hard, 1997, com Jean-Claude Van Damme. *Ação*)

## Segunda, 29

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
08.35 Guia Dia a Dia  
10.00 Praça da Alegria  
12.30 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Marcas da Paixão  
17.00 Rosalinda  
17.45 Quem Quer Ser Milionário?  
18.15 Quebra-Cabeças  
18.45 Ajuste de Contas  
20.00 Telejornal  
21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?  
21.40 Volfrâmio - A Febre do Ouro Negro (2)  
22.40 Jogo Falado  
00.30 24 Horas  
01.00 «Fronteiras de Silêncio» (de Michael Lessac, EUA./1992, com Kathleen Turner, Tommy Lee Jones, Asha Menina. *Drama*)

## ▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
13.00 Vila Faia  
13.40 Universidade Aberta  
14.10 Gente Remota  
15.10 Parlamento (Rep.)  
16.10 Euronews  
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Rotações  
19.45 Cidade Louca  
20.15 Viver no Campo  
20.45 Por Outro Lado  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Os Sopranos  
24.00 Artes de Palco - Bailado  
01.40 Andamentos (Rep.)

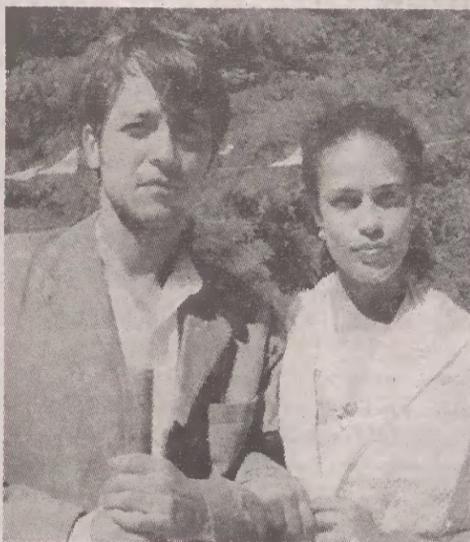
## ▼ SIC

08.00 Buêréré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 História de Amor  
15.00 Chiquita Gonzaga  
16.00 Fátima Lopes  
18.00 O Cravo e a Rosa  
19.00 Malhação  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Acorrentados  
21.20 Uga Uga/Laços de Família  
23.00 Roda dos Milhões

## Terça, 30

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
08.35 Guia Dia a Dia  
10.00 Praça da Alegria  
12.30 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Marcas da Paixão  
17.00 Rosalinda  
17.45 Quem Quer Ser Milionário?  
18.15 Quebra-Cabeças  
18.45 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões



A Febre do Ouro Negro

20.00 Telejornal  
21.00 Quem Quer Ser Milionário  
21.40 Patilhas e Ventoinha  
22.30 Milionários à Força  
23.10 João Nicolau Breyner  
01.20 24 Horas  
01.50 «Para Além das Nuvens» (de Michelangelo Antonioni e Wim Wenders, Itália/França/Alemanha/1995, com John Malkovich, Fanny Ardant, Inês Sastre, Kim Rossi-Stuart, Sophie Marceau. *Comédia*)

## ▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
13.00 O Lugar da História  
14.00 Gente Remota  
15.00 A Outra Face da Lua  
16.30 Informação Gestual  
17.45 Querida Encolhi os Miúdos  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Bombordo  
20.10 Viver no Campo  
20.40 O Triunfo dos Porcos  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Conversa Privada  
24.00 «Paixões em Fúria» (de John Huston, EUA/1948, com Humphrey Bogart, Lauren Bacall, Edward G. Robinson. *Ver Destaque*)  
01.50 Rotações

## ▼ SIC

08.00 Buêréré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 História de Amor  
15.00 Chiquita Gonzaga  
16.00 Fátima Lopes  
18.00 O Cravo e a Rosa  
19.00 Malhação  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Acorrentados  
21.30 Uga Uga/Laços de Família  
23.30 «Milícias de Morte» (de Brent Huff, 1998, com Robert Davi, Roddy Piper. *Ação*)  
01.30 Os Anos 60  
02.30 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Animação  
11.00 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Tiro e Queda  
15.00 Big Brother II Extra  
15.30 Batatoon  
19.20 Big Brother II Extra  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Jardins Proibidos  
22.10 Super Pai  
23.00 Big Brother  
24.00 Pretender  
01.00 Os Homens do Presidente  
02.00 Última Edição  
02.50 Profiler

## Quarta, 31

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
08.35 Guia Dia a Dia  
10.00 Praça da Alegria  
12.30 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Marcas da Paixão  
17.00 Rosalinda  
17.45 Quem Quer Ser Milionário?  
18.15 Quebra-Cabeças  
18.45 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal

21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?  
21.40 «Dillinger» (de John Milius, EUA/1973, com Warren Oates, Ben Johnson, Michelle Phillips. *Policial*)  
23.30 24 Horas  
00.00 Turnos de Risco  
00.55 «Lala Lili» (de Marie Vernillard, Fr./1998, com Alexia Monduit, Geneviève Tenne. *Drama*)

## ▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.30 Onda Curta  
13.00 O Triunfo dos Porcos  
14.00 Gente Remota  
15.00 Travessa do Cotovelo  
16.00 Euronews  
17.45 Querida, Encolhi os Miúdos  
19.10 Informação Religiosa  
19.30 Programa por designar  
20.10 Viver no Campo  
21.40 Livres e Iguais  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Zapping  
24.00 Sinais do Tempo  
01.00 Uma Pistola

## ▼ SIC

08.00 Buêréré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 História de Amor  
15.00 Chiquita Gonzaga  
16.00 Fátima Lopes  
18.00 O Cravo e a Rosa  
19.00 Malhação  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Acorrentados  
21.30 Uga Uga/Laços de Família  
23.30 «Máximo Risco» (de Ringo Lam, EUA/1996, com Jean-Claude Van Damme, Natasha Henstridge, Jean-Hughes Anglade. *Ação*)  
01.30 Último Jornal

## ▼ TVI

08.30 Animação  
11.00 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Tiro e Queda  
15.00 Big Brother II Extra  
15.30 Batatoon  
19.20 Big Brother II Extra  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Jardins Proibidos  
21.10 Big Brother  
22.00 Big Brother II - Talk-Show  
00.30 Ally McBeal  
01.30 Última Edição  
03.00 Pensacola

Nota:  
A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

# TVisto

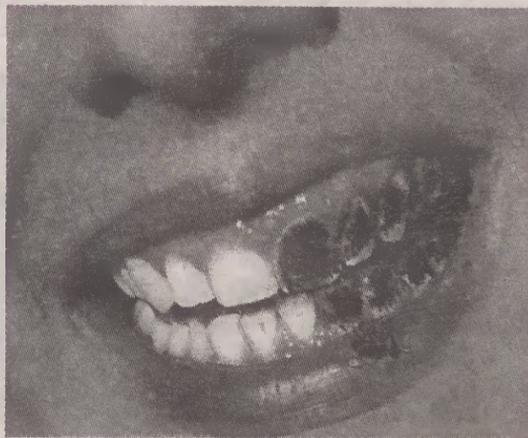
Correia da Fonseca

## A voz que decide

Por muito que possa custar aos próprios, parece claro que a popularidade dos protagonistas do «Big Brother I» já caminha rapidamente para o ocaso, o que aliás esteve desde sempre marcado no seu natural destino: aquilo era material humano completamente descartável, para a estação usar e deitar fora. Já a casa usada para temporária detenção domiciliária dos participantes foi ocupada por nova leva de voluntários (uma segunda dúzia que neste caso são treze, a lembrar as antigas dúzias de carapaus onde um décimo terceiro era «para o gato») e, o que lhes será ou não mais funesto, já a SIC, rendida às sacrossantas leis do Mercado,

Tenho para mim como certo, tanto quanto posso avaliar pelo que se viu até ao momento em que escrevo, que «Acorrentados» é muito mais reles que o «Big Brother I» que tantas indignações suscitou: tão mais reles que se arrisca a colocar sobre a memória do primeiro «Big» uma espécie de auréola de relativa santidade. Por agora, a sequência que se me afigurou mais emblemática do «Acorrentados» foi aquela em que, sentando-se a supostamente sedutora Daniela na sanita (e vendo-o nós, através de uma porta de vidro fosco), os quatro matulões que lhe estão acorrentados, cá fora, ergueram vozes num coral desafinado para que não ouvíssemos eventuais sons

provavelmente pouco aliciantes. Era o programa da SIC a bater claramente o da TVI em matéria de devassa da intimidade WC. Perfeito, decerto, no critério dos peritos em conquista de audiências. Assim faleceu, talvez envolto nos peculiares cheiros e sons que se terão escapado pela porta



arrancou com o seu «Acorrentados», fórmula mais concentrada e mais «hard» do mesmo inescrupulo por parte das operadoras de TV. De qualquer modo, não quero passar por aqui sem reiterar, embora sem demoras, que este mesmo inescrupulo não começou com o «Big Brother», longe disso: vem de longe e já se revestira de formas talvez não tão espectaculares e promovidas mas, creio bem, mais nocivas e até mais repugnantes. Resta, é claro, explicitar o que mais pode causar repugnância a quem acompanha o impacto da TV no tecido social, mas isso fica para uma outra oportunidade. Entretanto, quem o queira pode lançar-se a adivinhar tais motivos, se é que pensando bem não os entenda, o que é capaz de nem ser difícil.

forçosamente entreaberta, a galáxia de escrúpulos que levava Emídio Rangel a rejeitar o «Big Brother».

## O verdadeiro patrão

Entenda-se: seria injusto, além de superficial, recriminar insistentemente o director da SIC por ter, afinal, aceite um produto pelo menos tão mau quanto o que rejeitara com pública indignação. A questão é que, creio eu com razões que julgo boas, Emídio Rangel não decidiu como quis, mas sim como lhe mandaram. E quem neste caso mandou não foi o dr. Balsemão que, coitado, é bem capaz de andar um bocado envergonhado com aquilo, e menos ainda a Globo, associada distante: a voz de mando a quem Rangel obedeceu, julgo que a contragosto, foi a voz do Mercado. Do Mercado com inicial maiúscula, que não é um mercado qualquer: é o que, em estreita convergência de interesses e objectivos com os grandes poderes deste mundo enfim unipolar de que, afinal, é simultaneamente efeito e instrumento, investe a fundo na estupidificação de povos inteiros e, sempre que lhe convém, desencadeia guerras e mais todas as catástrofes que lhe convenham. Cheio de razão, é claro: os seus superiores interesses estão acima do bem e do mal, como aliás constantemente demonstra na prática.

Entretanto, não surpreenderá decerto que se convide os intransigentes cruzados da iniciativa privada e da libérrima concorrência em todos os sectores a não perderem uma só emissão do «Acorrentados» e afins. Aquele primor é também obra sua. Saboreiem. Mas sem pressa: o processo vai decerto prosseguir.

## Uma sequência notável

Quanto ao actual momento da televisão portuguesa, é quase obrigatório sublinhar a evolução da SIC relativamente a este tipo de programas ditos «reality shows», embora de facto não o sejam. Como se sabe, quando a TVI arrematou o «Big Brother» que a Endemol inicialmente tentara vender à SIC, Emídio Rangel veio a público dizer, lá por palavras suas, que, abrenúncia!, nunca a estação que dirige adquiriria mercadoria tão ordinária, tão infractora de princípios deontológicos e morais. Foi bonito, embora não fosse nada convincente para quem não tivesse esquecido práticas anteriores da estação. Porém, a perda de audiências em favor da TVI selou o trágico destino da coerência de Rangel. A estreia do «Acorrentados» af está, já muito capaz de esclarecer dúvidas e permitir confrontos, se é que se torna necessário fazê-los.



Alves dos Reis

23.00 Cuidado com as Aparências  
00.30 «Desenterrar o Passado» (de Harley Cokliss, EUA/1999, com Ray Liotta, Gloria Reuben, Armin Mueller-Stahl. *Ver Destaque*)  
02.30 Esta Semana  
04.30 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Animação  
11.00 Espaço Religioso  
11.15 Missa  
13.00 TVI Jornal  
13.30 Aquanautas  
14.00 «Última Mentira» (de Richard A. Colla, EUA/1998, com Yasmine Bleeth, Richard Grieco. *Drama*)  
16.00 «O Cão Real» (de Philip Spink, Canadá/1999, com James Doohan, Courtney Draper. *Comédia*)  
18.00 «Storm - Projecto Tempestade» (de Harris Done, EUA/1999, com Martin Sheen, Luke Perry, Robert Knott. *Ação*)  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Jardins Proibidos  
22.00 Big Brother II  
23.15 112  
23.45 «Bom Dia, Vietnam» (de Barry Levinson, EUA/1987, com Robin Williams, Robert Wuhl, J.T. Walsh. *Ver Destaque*)  
02.15 «Uma Mulher Endiabrada» (de Herbert Ross, EUA/1975, com Barbara Streisand, James Caan. *Comédia*)  
04.15 PSI Factor III

24.40 «Pistoleiro à Força» (de Peter Markle, EUA/1990, com Anthony Edwards, Lou Gosset Jr, Joe Pantoliano. «Western»)  
03.00 Os Anos 60  
04.00 Portugal Radical

## A talhe de foice

• Henrique Custódio

### A pose

No fascismo, a «pose de Estado» era tudo o que um governante precisava para se afirmar às massas – melhor dizendo «ao povo», que nesse tempo falar de massas só para a panela. E «pose de Estado» era, basicamente, olhar de alto e afivelar no rosto uma de duas expressões: a do cenho carregado ou a do sorriso paternal, conforme a conveniência do momento.

Em todo o caso, sempre emanando uma autoridade oculta e por isso indiscutível, tornando cada representante do poder em poder pessoalmente representado.

Neste quadro, a imbecilidade ou a incompetência, a cobardia ou a estupidez, a ignorância ou o servilismo dos responsáveis do regime mantinham-se geralmente ao abrigo da exposição pública, couraçados que estavam todos eles por uma «pose de Estado» que não admitia improvisos aos próprios nem interpelações de terceiros. Só mesmo a um retardado mental como Américo Tomás a «pose de Estado» não valia grande coisa porque, de tão inepto, o homem nem vesti-la conseguia, quanto mais ficar quieto e calado dentro dela. Os tempos mudaram e a «pose de Estado» também.

Embora continuem geralmente fardados de fato e gravata, os governantes da actualidade baniram definitivamente o chapéu, já arriscam algum colorido nos fatos e floreados nas gravatas e esmeram-se a adaptar a tualéte à paisagem visitada: nos estaleiros de obras públicas calçam botas e embarretam-se de capacetes, em laboratórios vestem batas e babetes, nas manobras militares fardam-se com camuflados da NATO, nos Parques Naturais usam blusão de cabedal e pulóver a condizer, nos jardins passeiam conjuntos de desporto desenhados por costureiros da moda, nos arraiais e feiras atiram o casaco para as costas, esgargalam a camisa e bebem o que lhes põem à frente com o mindinho espetado de prazer popular.

É a «pose de Estado» em estado mimético, onde já não basta ser-se governante dos sítios que se visitam, também é preciso parecer-se – com os próprios sítios.

A democracia do politicamente correcto assim o exige.

Mas a alteração mais substantiva da «pose de Estado» deu-se na coreografia do rosto.

Continuam a olhar de alto mas sempre, sempre a sorrir.

O sorriso paternal é figurino indiscutível – cenho carregado só em cerimónias fúnebres e outros eventos de força maior, como a derrota da selecção ou a queda de um anjo.

Em suma, na actual «pose de Estado» o sorriso é a autoridade oculta porque emana do voto popular e o governante, ao arreganhar a tacha ao cidadão, é como se lhe dissesse pela fieira dos dentes: «eu é que sou o presidente da junta».

É claro que esta nova «pose de Estado» tem brechas e inconvenientes, nomeadamente ao não abrigar o governante dos seus próprios ridículos e incompetências. Metaforicamente falando, continua a ser um bom chapéu-de-chuva mas não evita a pata na poça.

Até, o governante pode mesmo ser forçado a demitir-se, o que faz transformando a «pose de Estado» na «dignidade do Estado», uma pose indispensável para o regresso triunfal e sem pecado, a construir numa bíblica «travessia do deserto».

Mas fique ou regresse, o governante de hoje – tal como o do passado – continua a dispor da «pose de Estado» como estado de pose fundamental para o exercício das suas graves responsabilidades.

Enfim, é a vida. Sem poses.

O Ministério da Educação insiste em entregar a privados a Escola Profissional de Electrónica e Telecomunicações

## Ministro aceita discutir EPPET

A EPPET foi fechada a cadeado pelos pais e alunos, protestando contra a decisão do Ministério da Educação entregar uma das escolas com maior sucesso nas mãos de privados.

O Ministério da Educação marcou uma reunião para segunda-feira com a Associação de Encarregados de Educação da Escola Profissional de Electrónica e Telecomunicações, depois de, anteontem, dezenas de alunos e pais terem fechado a instituição a cadeado.

A razão do protesto arrastase desde o ano passado: o Ministério da Educação pretende passar a escola para a mão de privados, no caso o Instituto de Educação Técnica, do grupo Ensinus. Defendendo que «a educação não é um negócio», estudantes e

pais recusam e afirmam que há interesses financeiros por trás desta decisão.

«DREL e ME fazem negócios obscuros, prejudicando a nossa educação e os nossos futuros», lia-se num cartaz. De referir que a EPPET tem um prestígio ímpar e índices praticamente totais de sucesso escolar e de empregabilidade.

Outras reivindicações são apresentadas: o desenvolvimento do curso com as actuais características e o actual

corpo docente, novas instalações definitivas (um compromisso assumido pelo Estado português no protocolo com a Holanda, que deu origem à EPPET, mas que ainda está por concretizar), um laboratório de ciências físico-químicas e melhorias no equipamento usado nas aulas.

**Pais e alunos afirmam que, por trás, há interesses financeiros**

Este protesto contou com o apoio do Sindicato dos Professores, do Sindicato das Telecomunicações, da Câmara Municipal de Lisboa e do Grupo Parlamentar do PCP.

António Abreu, vereador da Educação da CML, e o deputado comunista Bernardino Soares juntaram-se aos protestos na terça-feira para manifestar o seu apoio.

O PCP, através da Direcção da Organização Regional de Lisboa e do seu Organismo Intermédio para as Telecomunicações, já exigiu o esclarecimento de todas as ligações entre accionistas do grupo Ensinus e quadros responsáveis do ME e do PS.

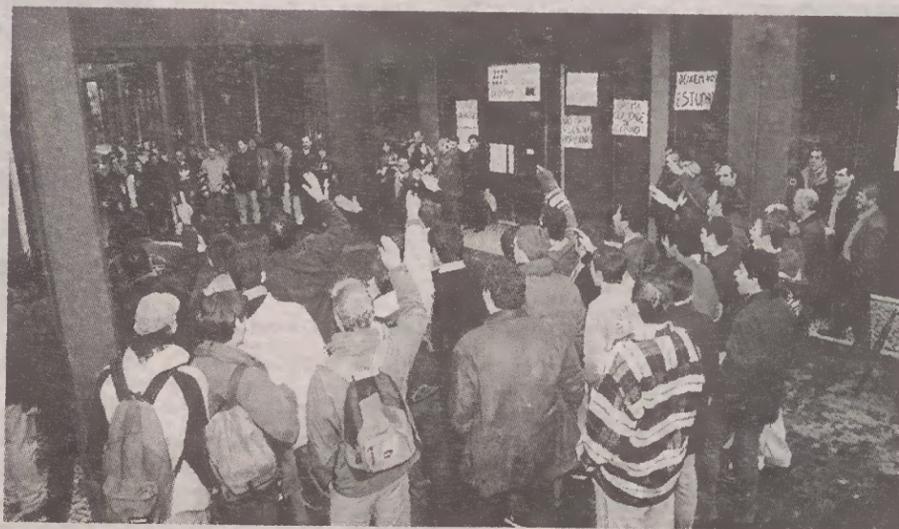
Em Agosto, o Ministério adiou por um ano a entrega da escola para o grupo privado, após 15 semanas de uma luta intensa de pais e alunos.

## Amadora

A CDU da Amadora lançou esta semana uma campanha de protesto contra o aumento das taxas sobre o consumo de água, que atinge os 55 por cento. A campanha inclui a publicação de uma carta à população e a divulgação de um cartaz e denuncia que, neste município, os SMAS dão um lucro anual de quase um milhão de contos.

«É a expressão de uma política de classe, que sobrecarrega os trabalhadores, os pequenos e médios comerciantes e as populações de impostos e taxas, enquanto prossegue a concentração de propriedades e capital nas mãos de uma meia dúzia de grupos, de que a projectada privatização da água e recolha de resíduos sólidos da Amadora seria um exemplo», alerta a CDU.

«É preciso a Amadora voltar ao bom caminho», reclama.



António Abreu e o deputado Bernardino Soares, do PCP, manifestaram o seu apoio

## Esquerda Europeia condena uso de urânio

O grupo Esquerda Unitária Europeia, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, classifica a utilização de armas com urânio empobrecido e plutónio nos Balcãs como «crime de guerra contra a Humanidade» e exige a proibição do fabrico, ensaio, utilização e venda deste género de armamento.

O grupo – de que faz parte o PCP – condena a intervenção da Nato nos Balcãs e a utilização de armas de destruição maciça e apela ao Conselho da Europa e respectivos Estados membros que exijam que a Nato divulgue toda a informação, para que a ONU lance

um programa de vigilância médica das populações civis, dos soldados que participaram nas operações, dos membros das organizações humanitárias e dos jornalistas que trabalharam no terreno.

O grupo defende ainda o aprofundamento das investigações científicas sobre as consequências da utilização deste género de armamento e munições e denuncia a responsabilidade das autoridades políticas e militares da NATO e dos países membros pela utilização destas armas no Kosovo e na Bósnia.

«As munições utilizadas nos Balcãs são verdadeiras

armas químicas de efeito retardado, eticamente repugnantes, que condenam as actuais e futuras gerações, a população civil e os militares enviados para os campos de operações», sublinha a Esquerda Unitária Europeia, em comunicado.

«A utilização deste tipo de armamento e munições, testados anteriormente no Golfo, quando os efeitos da sua utilização eram já conhecidos, não deixam qualquer dúvida sobre o conhecimento pela NATO e pelos respectivos países membros dos efeitos nefastos da sua utilização», conclui.

## PCP quer TAP na AR

O Grupo Parlamentar comunista requereu a presença do ministro Jorge Coelho na Comissão de Equipamento Social da Assembleia da República, para explicar os recentes desenvolvimentos do negócio do Governo com a grupo Swissair.

O SAir Group anunciou anteontem uma revisão da sua estratégia e alterações na sua

estrutura de topo, de onde foi afastado o administrador-delegado que assinou, em Fevereiro do ano passado, o acordo para entrada na TAP, adquirindo 34 por cento do capital da companhia por 31 milhões de contos, que poderiam ser acrescidos de mais 5 por cento. Os suíços, que advogaram a necessidade de «reexaminar a situação a fundo»,

ainda não fizeram qualquer pagamento mas receberam já o sistema de reservas da TAP.

Para o PCP, o ministro deve pronunciar-se na AR sobre a situação actual e a necessidade de reponderação da estratégia seguida, assente na privatização, e das hipóteses de contratualização de parcerias estratégicas, fixadas na Swissair.

## EPAC

Os trabalhadores da EPAC Comercial realizam uma concentração amanhã, em frente aos ministérios das Finanças e da Agricultura, em Lisboa, a partir das 15 horas. «Queremos resolvidos os problemas criados pela má gestão e pelas decisões do Governo», exigem, em comunicado.

«O Governo quer ver-se livre dos trabalhadores da EPAC», acusam, lembrando que continuam à espera que o Executivo dê uma resposta às suas propostas: continuar no mesmo ou noutra posto de trabalho, ainda que noutra entidade, com salvaguarda de todos os direitos e expectativas de evolução nas carreiras e salários. Uma terceira hipótese é apresentada: a rescisão do contrato de trabalho, com indemnização em condições idênticas às asseguradas aos trabalhadores da EPAC, SA.

O Governo não deu ainda nenhuma garantia aos trabalhadores.

